

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

APARECIDO DE JESUS SILVA

**A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO GARI: DA CRISE DE
REPRESENTATIVIDADE SINDICAL AO SURGIMENTO DE NOVOS
ATORES POLÍTICOS**

**Niterói
2016**

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

APARECIDO DE JESUS SILVA

**A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO GARI: DA CRISE DE
REPRESENTATIVIDADE SINDICAL AO SURGIMENTO DE
NOVOS ATORES POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto

**Niterói
2016**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S587 Silva, Aparecido.

A construção do sujeito político gari: da crise de representatividade sindical ao surgimento de novos atores políticos / Aparecido Silva. – 2016.

113 f.

Orientador: Prof, Dr Claudio de Farias Augusto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2016.

Bibliografia: f. [100-104].

1. Classe trabalhadora. 2. Garis. 3. Greve. 4. Autonomia. (RJ). I. Augusto Farias, Claudio. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III.

Título. CDD 305.896081

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

APARECIDO DE JESUS SILVA

**A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO GARI: DA CRISE DE
REPRESENTATIVIDADE SINDICAL AO SURGIMENTO DE
NOVOS ATORES POLÍTICOS**

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto
(Orientador)
Universidade Federal Fluminense

.....
Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra
Universidade Federal Fluminense

.....
Prof. Dra. Vânia Morales Sierra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Niterói
2016**

Assim como cursar uma universidade, entrar na pós-graduação foi romper com paradigmas construídos desde o século XVII. Espaço que eu, até aos 23 anos, nem sequer sabia da existência e agora, me vejo nele. Aos boias-frias, aos garis, aos ajudantes de pedreiros, as faxineiras, aos subalternos, eu dedico este trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradecimento especial à minha família: minha mãe, Nilda Ana de Jesus, meu pai, Sebastião da Silva Neto. A meus irmãos em ordem decrescente: Marieta, Dalva, *In memoriam*, Armindo, José Carlos, Maria José, José Maria, Regina e Marineide. À todas minhas sobrinhas e sobrinhos.

Agradecimento especial à minha companheira, esposa e amiga de todos os momentos, Monique Rodrigues.

Meus amigos que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse chegar até aqui: Tahirá Endo, José Francisco, Michael Batista, Alex Vasconcelos, Antônio Cícero, Luiz Marques, Davi Dinamarco, Reinaldo Ramos e José Rosa.

Devo agradecimento especial a José Francisco Alvarenga pela edição, revisão e pelo compartilhamento de ideias.

Aos garis da cidade do Rio de Janeiro, meu muito obrigado.

Meu orientador Claudio de Farias Augusto, que me auxiliou em todos os momentos da dissertação, além de me deixar livre para desenvolver o trabalho. Obrigado.

Os professores Carlos Henrique Serra e Marcial Suarez, que participaram da minha banca de defesa de projeto e fizeram sugestões que contribuíram de forma decisiva para o trabalho.

Os professores Marcus Ianoni, Jessé de Souza e Cristina Buarque.

Agradecimento especial ao Sr. Manoel Pereira, funcionário do PPGCP, muito obrigado.

À CAPES pela bolsa de estudos que permitiu dedicar-me à pesquisa.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo entender os acontecimentos que levaram a greve dos garis em 2014, bem como sua organização, motivação e a conquista de seus objetivos. Busca-se refletir sobre as formas de organização, principalmente aquelas que se dão de maneira autônoma, sem participação de intuições formais liderando o processo. Para a compreensão dos aspectos históricos da classe trabalhadora, utilizou-se os aportes teóricos de Karl Marx, Lukács, Eric Hobsbawm e E. Thompson. Para refletir sobre a crise e atuação sindical, os movimentos sociais e a organização dos trabalhadores autônomos foi fundamental a contribuição de José Luiz Fiori, Alcir Lenharo e Eder Sader. Por fim, sustenta-se que os trabalhadores podem se organizar estando fora do chão de fábrica, utilizando-se outros referenciais para tal, que vão além dos tradicionalmente pensados, como foi o caso dos garis da cidade do Rio de Janeiro. Para esta pesquisa, utilizou-se métodos qualitativos, que vão desde a realização de entrevistas com os atores envolvidos no processo e acompanhamento de algumas reuniões, até a análise documental de veículos midiáticos e publicações elaboradas pelo grupo.

Palavras- chave: classe trabalhadora; garis; greve; autonomia.

ABSTRACT

The research aims to understand the events that led the strike of garbage collectors in 2014, as well as their organization, motivation and achievement of its objectives. The aim is to reflect on the forms of organization, especially those that occur autonomously, without the participation of formal institutions leading the process. It was used Karl Marx, Lukacs, Eric Hobsbawm and E. Thompson for to understand the historical aspects of the working class. To reflect on the crisis and union activity, social movements and organization of self-employed workers was essential the contribution of José Luiz Fiori, Alcir Lenharo and Eder Sader. Finally, it is argued that the workers can organize themselves standing outside the factory floor, using other references to such, that go beyond the traditionally thought, as was the case of street sweepers in the city of Rio de Janeiro. For this research, we used qualitative methods, ranging from interviews with the actors involved in the process and monitoring of certain meetings and document analysis of media outlets and publications produced by the group.

Key words: working class; garbage collectors; strike; autonomy.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 CAPÍTULO 1. Breve reflexão sobre o modo de produção capitalista e a origem da classe trabalhadora	14
1.1 Marx: perspectivas clássicas de um novo modo de produção e apontamentos sobre a origem da classe trabalhadora	14
1.2 Contribuições de Lukács para reflexão de classe e consciência de classe trabalhadora	21
1.3 A formação de classe e da cultura operária na perspectiva de Eric Hobsbawm	25
1.4 As ideias de Thompson - Organizações coletivas e a micropolítica	28
2 Capítulo 2: O movimento de trabalhadores em relação ao sindicato, Estado e conjuntura política	36
2.1 Breve descrição do desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil .	36
2.2 O Estado e sua política de controle para com a classe operária pós década de	30 41
2.3 Ditadura e a construção de novos atores políticos	45
2.4 Movimentos populares no meio urbano e resistência pós-64.....	48
2.5 Neoliberalismo na década de 90 e a precarização do trabalho	55
3 CAPÍTULO 3: Construir resistência e fazer política: garis de luta e na luta por melhores condições de trabalho	65
3.1 A limpeza urbana e a gênese da profissão de gari	65
3.2 Descrição dos acontecimentos antes, durante e depois da greve dos garis de 2014	71
3.3 Desdobramentos pós-greve e as articulações dos trabalhadores	811
3.4 Possíveis aproximações do campo teórico com o trabalho empírico	91
4 Conclusão	96
5 Referências bibliográficas	100
6 Anexos	1044

Introdução

O interesse em redigir uma dissertação com a temática sobre os garis que atuam na cidade do Rio de Janeiro surgiu em 2015, a partir do momento em que os noticiários divulgaram as demissões dos trabalhadores que participaram da greve de 2014¹ por justa causa, quando pude acompanhar as articulações desses trabalhadores para serem readmitidos, recorrendo à justiça e denunciando as práticas arbitrárias da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (Comlurb), prefeitura e sindicato. A partir das lembranças da greve, realizamos um levantamento preliminar no qual percebemos que haviam poucos estudos acadêmicos sobre esse segmento da classe trabalhadora. A partir dessas considerações definimos o tema da dissertação, levando em consideração o histórico dessa profissão e seu não reconhecimento frente à sociedade.

Os eventos ocorridos no ano de 2014 trazem aspectos relevantes para se pensar as novas representações políticas articuladas num contexto de crise de representação sindical. Neste quadro, vale analisar o advento da greve dos garis nesse mesmo ano, atrelando-se a análise deste evento ao contexto de crise de representação sindical ampliada pelo modelo neoliberal e as possibilidades de novas articulações de luta e reivindicação. Pode-se dizer que esses trabalhadores ainda não havia se mobilizado de forma efetiva até 2014, e este pode ser um dos motivos de terem sido repreendidos na greve deste ano pela prefeitura e pela Comlurb. Estas questões serão trabalhadas a partir de algumas entrevistas semiestruturadas com alguns trabalhadores grevistas, pela análise de documentos disponibilizados na página oficial do sindicato e pela Comlurb, e também com a entrevista concedida pelo prefeito Eduardo Paes a uma rede de televisão carioca. Para além, será feita uma análise das notícias da greve veiculadas nos meios de comunicação do Rio de Janeiro e uma breve análise do perfil do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município.

Ao mesmo tempo, esses eventos serão analisados a partir das contribuições teóricas de Edward Palmer Thompson com seu conceito de classe social e sua processualidade histórica, no qual se define os trabalhadores por outras categorizações para além da organização de classe pensada tradicionalmente. Nesse sentido, consultamos autores, os quais de alguma

¹ No mês de março de 2014, os garis da cidade do Rio de Janeiro fizeram uma greve do dia 1 de março ao dia 8. Essa greve entrou para a história da categoria, não só pela forma de organização, mas também pelas conquistas alcançadas frente a COMLURB e Prefeitura.

forma refletiram sobre a organização dos trabalhadores e suas mudanças ao longo do processo histórico, culminado na gênese da profissão de gari, em sua mobilização e a greve de 2014.

Finalmente, observamos que esse trabalho procurará compreender se o advento da greve dos garis de 2014 pode ser entendido pelas mudanças estruturais que propiciaram o surgimento de novas configurações de organização de luta, e pela análise do surgimento desses novos atores políticos. A mobilização e a estratégia utilizadas pelos trabalhadores para chamar atenção da população carioca teve como instrumentos formas inovadoras, como a visibilidade do lixo em um momento em que a cidade passava por um evento tradicional, o carnaval. A análise procurará compreender ainda a formação dessa instrumentalidade, sua efetividade e de que forma a categoria compreendeu essa atuação.

Para desenvolvermos tal propósito, faremos um breve histórico da formação da classe trabalhadora e das lutas das organizações populares em contextos ditatoriais e democráticos, da profissão de gari, dos acontecimentos da greve de 2014, sua organização, suas parcerias, suas motivações e a apropriação de novas fontes de lutas como as redes sociais, visando compreender a trajetória e a atuação dos trabalhadores da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), bem como sua participação na esfera política, tendo como foco o surgimento de novos atores políticos: os garis da cidade do Rio de Janeiro.

Agrega-se a isso a hipótese de que em diferentes momentos históricos a classe trabalhadora se organiza de forma autônoma, sem a participação de instituições, intelectuais, e partidos políticos liderando o processo. Assim, categorias de trabalhadores puderam se transformar em sujeitos históricos, a partir do momento em que se identificaram entre si e externalizaram suas demandas e opressões. Neste sentido, 2014 foi um momento relevante para a categoria “garis”, que fez com que eles se instituíssem em parte como sujeitos políticos. Utilizaram de diversas estratégias de luta, dentre elas uma que merece atenção especial: deixar visível o incômodo (lixo), tornando visível o que tem que ser invisível em pleno carnaval. Além disso, questionamos se o contexto atual levou a uma crise de representação sindical, fruto dentre outros aspectos da intensificação do corporativismo e também a abertura de inovadoras possibilidades com o surgimento de novos atores políticos, pensando o gari, assim, pode ser entendido enquanto um ator político.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro apresentamos as formulações de Marx para trazer a ideia de formação da classe trabalhadora e seus desdobramentos, qual seja, a transição do sistema feudal para o sistema capitalista, mostrando

o espaço ocupado pelos trabalhadores e a transição dos mesmos do campo para a indústria. No campo, os camponeses transformavam os meios de subsistência em seu próprio capital, já na indústria, transformavam o capital para o burguês. Essa passagem não se deu de forma harmoniosa, já que a indústria não conseguia absorver toda mão de obra camponesa. Além disso, Marx mostra a expansão do capitalismo com o advento do neocolonialismo o saque das riquezas de outros povos e sua submissão às potências capitalistas. O propósito central desse capítulo foi mostrar que as ideias marxistas de classe surgem a partir do nascimento do capitalismo, e que de certa forma Hobsbawm (1987) e Lukács (2003) redimensionaram tal posição ao consolidarem a ideia de consciência de classe operária. Ampliando a visão de classe trabalhadora e de consciência de classe, Thompson argumenta que antes do sistema capitalista essas ideias já estavam presentes na perspectiva dos trabalhadores e que não é obrigatório um espaço fabril para que os trabalhadores possam se conscientizar e se mobilizarem. Nesta perspectiva, a classe e a consciência de classe acontecem no fazer cotidiano e nas condições em que os povos são submetidos. Assim, para entender as transformações complexas do trabalho na atualidade, Ricardo Antunes (2012) propõe que para se compreender a classe trabalhadora é necessário expandir a concepção de trabalhador. É justamente nessa perspectiva que se desenvolveu a pesquisa com os garis da cidade do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, desenvolvemos de forma breve a formação da classe trabalhadora e seus entraves frente ao Estado e aos sindicatos. Além disso, ressaltamos que a organização dos trabalhadores se fez presente em momentos em que as instituições não conseguiam se mobilizar, por motivos de repressão ou por não dialogar com as bases. Dentro desse escopo, verificamos como esses grupos populares e de trabalhadores se organizaram frente a regimes repressivos e em contextos neoliberais, levando em consideração a atuação das instituições e dos intelectuais. Para tanto, foram mobilizados autores que se debruçaram sobre essa temática, destacando os estudos desenvolvidos por Eder Sader (1988) e José Luís Fiori (2001).

No último capítulo, será abordada a gênese da profissão de gari, a greve de 2014 e uma análise da forma como se deu a construção desse sujeito político. Para isso, será traçado um panorama sobre a trajetória, a atuação, a forma de mobilização e suas estratégias de luta frente às instituições, levando em consideração o contexto social e político, tais como *As Jornadas de Junho* de 2013, e aquisição de novas ferramentas, como as redes sociais e sua posterior aproximação com movimentos sociais. Para isso, foram realizadas algumas

entrevistas semiestruturadas com os grevistas para ampliar o entendimento da greve e dos problemas enfrentados pela categoria, as quais foram importantes para a configuração dessa dissertação. Essas entrevistas foram realizadas de agosto de 2015 a julho de 2016, as mesmas foram gravadas em diferentes localidades, da cidade do Rio de Janeiro, passando pela própria residência do trabalhador, Central do Brasil, Arcos da Lapa, gerência da Comlurb e na sede do Sindicato (Sindsprev-RJ²). Optou-se por não colocar os nomes das pessoas entrevistadas, pelo fato de muitas terem conseguido na justiça retornar ao trabalho, enquanto outras continuam aguardando julgamento. Assim, enumerou-se as entrevistas de acordo com a sua realização. Também foi utilizada nesta pesquisa, reportagens de jornais, entrevistas publicadas nos veículos de comunicação que retratavam o tema. Desta forma, este capítulo terá como objetivo trazer à tona os problemas, as dificuldades enfrentadas e as conquistas obtidas após a greve de 2014 e seus desdobramentos.

² “SINDSPREV/RJ - Sindicato dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro”.

1 CAPÍTULO 1. Breve reflexão sobre o modo de produção capitalista e a origem da classe trabalhadora

A expressão “classe trabalhadora” é comumente pensada no âmbito da sociedade formada a partir do século XVII/XVIII, como resultado do processo que culminou na revolução industrial. Diversos pensadores se debruçaram sobre a formação e ascensão da sociedade industrializada e os conflitos sociais que se desenrolaram com o seu desenvolvimento, sendo também o momento de surgimento das ciências sociais, tendo como um de seus grandes pensadores o filósofo Karl Marx, que deixou uma obra crucial para o entendimento dos conflitos entre burguesia e proletariado, que se estendem até a atualidade.

1.1 Marx: perspectiva clássica de um novo modo de produção e apontamentos sobre a origem da classe trabalhadora

Em um de seus grandes clássicos, *O Capital*, MARX, analisa o desenvolvimento do capitalismo, partindo da crítica da economia clássica, evidenciando o processo de acumulação capitalista, a relação de exploração da burguesia sobre o proletariado, que culminou na nova forma de trabalho moderno. No capítulo 24, Marx começa exemplificando o que havia dito em capítulos anteriores, qual seja, o conceito de mais valia. Para ele, o capital acumulado é fruto da mais valia, a qual estava ligada diretamente à produção de capital, concentrando-se nas mãos dos detentores dos meios de produção. E essa acumulação primitiva foi fruto da história real, a qual estava relacionada às conquistas, à subjugação de pessoas, às mortes, aos roubos e às inúmeras formas de violência praticadas, principalmente pelo Ocidente, e que desempenham o principal papel nesse processo. Nesse sentido, segundo Marx, esses foram os reais mecanismos utilizados para concentrar capitais nas mãos de poucos e deixar à grande maioria a própria sorte. Segundo o autor,

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1996, p.340).

Dentro dessa linha de pensamento, o marco inicial para o sistema capitalista foi à acumulação primitiva de capital, a qual tem uma relação direta com o fim do feudalismo. Marx faz uma crítica a Smith, a sua maneira de pensar a acumulação de capital e conseqüentemente a desigualdade. Segundo o autor, a forma simplória de explicar a acumulação primitiva não condiz com a história do sistema capitalista. Nas palavras do autor,

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e, sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. (MARX, 1996, p.340).

Existe a segregação dos trabalhadores da propriedade, que aumenta de acordo com o crescimento da acumulação de capital, e, quanto maior for à acumulação, maior será a “distância” entre o trabalhador e a propriedade.

Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas produz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996, p.340).

Fica evidente no trecho acima que na perspectiva de Marx a acumulação primitiva é fruto de um processo de separação entre o produtor efetivo e os meios de produção. Dentro dessa formulação, como pensar na liberdade do trabalhador? Para Marx, antes de pensar na liberdade que o operariado tinha em vender sua força de trabalho é necessário lembrar que antes de ser “livre” foi preciso romper os laços com a servidão e também com as garantias de sobrevivência que a sociedade feudal oferecia, ou seja, a pretensa liberdade só foi possível após o fim do feudalismo. Ressaltando que essa liberdade era somente estabelecida na venda de sua força de trabalho.

Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. (MARX, 1996, p.341).

A expropriação se acentuou com o avanço do capitalismo e com a abolição do trabalho servil. Um grande exemplo dessa época foi a Inglaterra, onde, no século XIV, prevalecia o trabalho dos camponeses livres. Dentre esses camponeses se destacavam os lavradores, os

quais vendiam parte do seu trabalho aos grandes agricultores e outra parte trabalhava para si. É nesse campo que o capital ganha espaço.

Na Inglaterra, a servidão tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido. A grande maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse a etiqueta feudal que ocultasse sua propriedade. Nos domínios senhoriais maiores, outrora ele mesmo servo, foi desalojado pelo arrendatário livre. Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. (MARX, 1996, p.342).

A partir do exposto pode-se dizer que para Marx a base de florescimento do capitalismo se deu no momento em que grande quantidade de trabalhadores foram expulsos de suas terras, ficando os camponeses sem terras e trabalho, já que as terras que até então pertenciam aos senhores feudais foram vendidas aos capitalistas. É sabido que os camponeses que foram despojados de suas terras não foram absorvidos nas indústrias, sendo assim, uma grande quantidade de camponeses, agora vivendo na cidade, estavam disponíveis para trabalhar. No entanto, a ampla mão de obra disponível gerou uma grande procura por trabalho, enquanto a oferta era pequena. Muitos camponeses na cidade, sem trabalho e sem propriedade, sem uma ocupação que se revertesse em ganhos para suprir suas necessidades mais básicas, tais como a comida, vestimenta, moradia, saúde, muitos ficaram vagando pela cidade, que agora permanecia aglomerada e depauperada evidenciando-se grandes índices de pobreza. Tais fatores desencadearam em eclosão de atos que Marx chamou de delinquência por toda a Europa, esses ex-camponeses que não conseguiam uma ocupação nas fábricas foram perseguidos por não ter trabalho, sendo que até uma lei foi criada para enquadrar essas pessoas como desviantes e delinquentes.

Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratavam como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam. (MARX, 1996.p.356).

Não tendo mais a terra para seu trabalho, o camponês, agora operário ou desempregado na cidade, se tornou um problema de polícia e não um problema de política, ou melhor, a forma de se pensar politicamente nesta nova categoria era o desenvolvimento e especialização dos mecanismos de repressão policial. A nova burguesia em ascensão e em

intenso processo de acumulação de capital e o Estado em seu processo de formação, não pensou em criar medidas para esse segmento social, ao invés disso, criou-se medida punitivas para intensificar o mecanismo de controle e exploração. Em um momento anterior, século XIV, a classe trabalhadora era apenas uma pequena parcela da população da cidade ou constituía grande parte da população camponesa. Com todo o processo que se desenvolveu nos séculos seguintes, com a constituição desse novo espaço geográfico que passou a abrigar os trabalhadores que expropriados de suas terras foram de forma involuntária buscar ocupação no meio urbano, já que não tinham perspectiva de uma vida digna. “Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1996, p.358). Com isso, houve-se um aumento da procura por trabalho, mas a oferta não era proporcional à massa de trabalhadores. A desapropriação por golpes sempre renovados e a banimento da população rural forneceram à indústria urbana massas contínuas de proletários estranhas à esfera corporativa.

O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante. A demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, convertida mais tarde em fundo de acumulação do capital, ainda entrava no fundo de consumo do trabalhador. (MARX, 1996, p.359).

Para além no meio rural os meios de subsistências eram transformados em capital, assim como no meio urbano. Com o ocorrido no campo, os camponeses que trabalhavam produzindo sua lã deixavam de existir e passavam a serem operários das grandes indústrias têxteis, aumentando o lucro dos capitalistas. Outro fato importante, além do desenvolvimento das indústrias têxteis e expropriação de terras para a acumulação primitiva de capital, foi o desenvolvimento do neocolonialismo com a expansão do comércio e os saques no Oriente, África, América e Ásia.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato seque a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (MARX, 1996, p. 370).

O ouro, a prata, as especiarias, a escravidão de pessoas, tudo isso contribuiu para aumentar a riqueza da burguesia. Além da exploração da mão de obra camponesa de forma desumana, nesse processo industrial foi usado como mão de obra crianças que viviam em asilos com idade de 7 a 13 anos que trabalhavam sob vigilância de capangas e capatazes dos industriais. Os responsáveis pela vigilância desses trabalhadores procuravam extrair o máximo de produtividade possível, pois sua remuneração era proporcional à soma de produtos que eles extorquiam. Esse chão de fábrica se tornou um espaço de tortura, mortes, crueldades, fome, abusos e violações. Essas crianças que a princípio trabalhavam durante o dia, passaram a trabalhar também à noite, isso devido à visão dos donos das fábricas de aumentar o lucro. Todo esse processo evidencia a depauperação e degradação que grande parte da população estava submetida.

Tantae molis erat, para desatar as “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista, para completar o processo de separação entre trabalhadores e condições de trabalho, para converter, em um dos pólos, os meios sociais de produção e subsistência em capital e, no pólo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em “pobres laboriosos” livres, essa obra de arte da história moderna. Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces”, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés. (MARX, 1996, p. 379).

Pode-se inferir desse texto que o processo de surgimento da classe trabalhadora foi na sua essência conturbado, desumano, exploratório e complexo. E muito de sua origem pode ser vivenciada nos dias atuais. Tendo como foco a pesquisa, faz-se necessário, além do entendimento e reflexão sobre o desenvolvimento do processo que culminou com a formação da classe trabalhadora, a análise e processo de formação e organização deste mesma classe em seus mecanismos de luta e organização.

Outra obra importante para o entendimento da formação de classe operária é o panfleto escrito por Karl Marx em 1848, cujo título é *O Manifesto do Partido Comunista* (MARX & ENGELS, 1981). Karl Marx e Friedrich Engels difundiram de maneira simples, em formato de manifesto, sua nova concepção de Filosofia e de História. Já no prefácio, escrito por Engels em 1883, ele diz que em toda a história é, em última instância, o meio econômico e a estrutura social que vão definir a história da luta política e intelectual.

[...] portanto, depois do desaparecimento do regime primitivo da propriedade comum de terra, a história tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes nas diversas etapas da evolução social;- a tal ponto chegou essa luta que a classe oprimida e explorada- o proletariado – não poderá mais libertar-se da classe que o explora e o oprime- a burguesia[...]. (MARX; ENGELS, 1981, p.13).

Essa ideia de classe, segundo os autores, vem desde o século VII a. C, ou seja, desde a Roma antiga. Para eles, com o surgimento da burguesia a separação que existia entre as classes no feudalismo persistiu e conseqüentemente apareceram novas formas de opressão e também novas maneiras de resistência eclodiram no meio proletário e por fim a disputa entre o operariado e burguesia. E assim são definidos os conceitos de burguesia e de proletariado. Segundo Engels e Marx, a burguesia é a classe que tem os meios de produção e que explora o trabalhador assalariado. Esse grupo foi chamado por Max de capitalistas modernos, já o proletariado é definido como sendo a classe ou grupos de trabalhadores assalariados modernos que não possui os meios de produção, sendo assim, é obrigado a vender sua única mercadoria, no caso, sua força de trabalho para poder viver. Nesta perspectiva, pode-se inferir que as classes sociais passam por um processo de evolução. Para verificar basta recorrer ao contexto histórico que se perceberá que a burguesia veio se consolidando desde o declínio da sociedade feudal, posteriormente com a colonização, exploração das colônias e surgimento da indústria moderna. Nesse processo, a burguesia já estava fortalecida, logo já se apropriava do comércio estabelecido entre metrópole e colônia, além de se apropriar dos meios de produção. Pode-se então afirmar que a burguesia foi responsável pela criação dos meios urbanos, impondo seu modo de vida aos camponeses, a vida rural, deixando-a dependente da cidade. Além disso, a burguesia centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos, surgindo com isso a centralização política. São esses fatores que possibilitaram a burguesia multiplicar seu capital e sufocar economicamente outra classe, por isso, Marx diz que a burguesia é uma classe revolucionária, pois ela criou o Estado para ser o gestor dos seus negócios, enquanto ela dava continuidade ao processo de acumulação de capital e exploração do trabalhador que passou a ser assalariado. Mas o proletariado também é revolucionário. “O proletariado vai passando por diferentes fases de desenvolvimento. Desde que nasce começa sua luta contra a burguesia” (MARX & ENGELS, 1981, p.22). A classe operária emerge com o surgimento da burguesia, conseqüentemente com a Revolução Industrial.

Faz mais de dez anos que a história da indústria e do comércio outra não é senão a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de vida da burguesia e da sua dominação. Basta lembrar aqui as crises comerciais, que se tornam cada vez mais frequentes, pondo em risco, cada vez mais, a sociedade burguesa. Cada crise destrói não apenas grande quantidade de produtos já fabricados, como também parte considerável das mesmas forças produtivas desenvolvidas. (MARX & ENGELS, 1981, p.23).

Com o avanço da tecnologia, investimentos em máquinas pela burguesia levam mais a fragilização econômica e social do operariado, levando ao acirramento de conflito entre

trabalhador e patrão. Nessa perspectiva, se a luta da classe trabalhadora é contra a burguesia, pode-se entender que a indústria já estava estabelecida e as duas classes, burguesia e proletariado estão consolidados enquanto classe. Essa ideia de formação de classe a partir das relações econômicas e de produção estabelecidas na fábrica é elucidada por Marx. Relação esta que vai se tornando conflitante, justamente devido a precária condição de vida dos operários, levando-os a buscarem as instituições para se fortalecerem e conseqüentemente enfrentar a classe dominante, ou seja, a burguesia. É uma luta que se intensifica na medida em que a exploração se acentua na fábrica, com baixos salários, intensificação da produtividade e também com a perda cada vez maior do poder de comprar bens necessários para a existência desse segmento social.

Essa luta é assumida, inicialmente, por operários isolados, depois por operários de uma mesma fábrica, de uma mesma localidade contra o burguês que os explora diretamente. Eles não se contentam em atacar apenas as relações burguesas de produção, mas atacam os próprios meios de produção; destroem mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência; quebram máquinas, queimam fábricas e lutam por reconquistar a posição perdida do artesão da idade média. (MARX & ENGELS, 1981, p. 25).

Com o estabelecimento da classe dominante, no caso, a burguesia o operariado passa a se fortalecer enquanto classe explorada e começa a boicotar de alguma forma os meios de produção, conseqüentemente, forma resistência contra a burguesia e posteriormente isso vai desembocar na formação das instituições sindicais.

A condição de vida do operário se torna cada vez mais precária por causa do contínuo aprimoramento e o rápido desenvolvimento das máquinas. Por isso os conflitos individuais entre o operariado e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflitos entre duas classes. Os operários, a partir daí, começam a se unir em sindicatos contra os burgueses, fundam associações permanentes para eventuais choques. Por toda parte a luta vai se transformando em motim. (MARX & ENGELS, 1981, p.26).

A partir do trecho acima, percebe-se que os trabalhadores a cada conflito na fábrica vão se fortalecendo e chegam a ter pequenas vitórias em relação as conquistas de melhores condições de trabalhos, tal como uma pequena redução da carga horária. São pequenas conquistas que vão levando ao conhecimento do operariado a necessidade de se unir enquanto classe social oprimida pela burguesia. Os meios de comunicação também contribuíram para essa ampliação e divulgação dos ideais proletários que atingiriam os operários, mas também uma pequena parte dissidente da pequena burguesia que passa a apoiar o proletariado e se torna também revolucionária apropriando-se do pensamento de Marx para desenvolvimento da pesquisa e levando-se em consideração as transformações pelas quais passaram as classes sociais, mais especificamente o proletariado, e partindo-se da perspectiva de que as formações

coletivas podem ser forjadas nos espaços nos quais as instituições, necessariamente, não se fazem presente, torna-se relevante para além das contribuições clássicas marxistas, acrescentar a análise de autores que possam dar luz a esses processos complexos vivenciados na contemporaneidade e que desencadearam nos mecanismos de luta e reivindicação vivenciados pelos garis, sendo este um dos objetivos a ser desenvolvido nessa dissertação.

A ideia é não deixar de lado a contribuição marxista na formação da classe trabalhadora, mas sim buscar um entendimento do segmento para além dela. Visto que, o objeto central da pesquisa foge ao modelo padrão de organização trabalhadora defendida pelos teóricos marxistas e também porque essa ideia foi pouco desenvolvida por Karl Marx, ela está subentendida no capítulo XXIV de O Capital. Assim, faz-se necessário trazer as reflexões de Georg Lukács, um importante intelectual que contribuiu para se pensar as questões citadas acima, visto que o objetivo do trabalho é entender a organização autônoma e coletiva e a sua conscientização enquanto classe explorada.

1.2 Contribuições de Lukács para reflexão de classe e consciência de classe trabalhadora

Foi durante as primeiras décadas do século XX que Lukács escreveu sua obra mais relevante para a teoria marxista, justamente porque se debruçou sobre temas que até então havia sido pouco explorados, no caso, a consciência de classe. Neste sentido, o autor diz que para se entender a consciência de classe é preciso voltar-se as próprias práticas das lutas de classe. É no fazer-se da classe e no processo de produção dela que se pode entender essa consciência. Sendo assim, é necessário compreender a sociedade na sua totalidade, pois essa consciência se daria a partir das relações estabelecidas entre as pessoas e no reconhecimento da sua própria existência enquanto classe, ou seja, é necessário reconhecer-se para posteriormente se conscientizar, esses seriam pressupostos básicos para o entendimento de classe. Além disso, o autor diz que é necessário para o entendimento da luta de classe se levar em consideração dois pontos de vista, qual seja, a ideia de que a relação entre consciência de classe e história na época capitalista e pré-capitalista é diferente.

Pois, nas primeiras, as classes só podiam ser retiradas da realidade histórica imediatamente dada por intermédio da interpretação da história pelo materialismo histórico, enquanto no capitalismo as classes são essa realidade imediata e histórica. [...]. Sendo assim, em períodos pré-capitalistas, o homem nunca conseguiu se conscientizar (nem mesmo por meio de uma consciência adjudicada) das verdadeiras “forças matrizes que se escondem por trás dos motivos das ações humanas na história”. (LUKÁCS, 2003, p.155).

Para ele, o capitalismo é o motor ou o despertar para a consciência de classe. “Com o capitalismo, com o desaparecimento das estruturas estamentais e com a constituição de uma sociedade com articulações puramente econômicas, a consciência de classe chegou ao estágio em que pôde se tornar consciente” (LUKÁCS, 2003, p.156). Segundo o autor,

Como resultado para épocas pré-capitalistas e para o comportamento no capitalismo de numerosas camadas sociais, cujas origens econômicas se encontram no pré-capitalismo, consciência de classe não é capaz, por sua própria natureza, de assumir uma forma plenamente clara nem de influenciar conscientemente os acontecimentos históricos. (LUKÁCS, 2003, p.148).

Para ele a principal obra de Marx foi interrompida no momento em que ela começava a definir as classes. Coube aos marxistas fazer as interpretações do que seriam as classes. “No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção” (LUKÁCS, 2003, p.133). Lukács se pergunta a respeito do que viria a ser a consciência de classe e, para tentar responder a esse questionamento, o autor perpassa por vários pontos de reflexão. Segundo ele essas questões passam pelo entendimento teórico e também prático, sendo assim, pode-se dizer que esses dois entendimentos são importantes para se responder a pergunta elaborada anteriormente. O autor revela que para Engels é necessário uma compreensão da história, levando-se em consideração o que ele chamou de intenção consciente, a qual não se deseja uma finalidade, ou seja, para uma compreensão da história deve-se levar em consideração as vontades, que são individuais e ao mesmo tempo elas são movedoras de interesses. Para o autor, Marx critica a ideia dogmática do pensamento burguês em que se naturaliza a vida social. Segundo, Lukács, “A esse dogmatismo, que encontrava seus mais significativos representantes, de um lado, teoria política da filosofia clássica alemã e, de outro, na economia de Smith e Ricardo, Marx opõe uma filosofia crítica, uma teoria da teoria, uma consciência da consciência” (LUKÁCS, 2003, p.135). Segundo o autor, a limitação do pensamento burguês encontra na medida em que eles enxergam à história a possibilidade de domínio da história pelo pensamento. “O pensamento burguês, contudo, deve deparar aqui com uma barreira intransponível, visto que seu ponto de partido e sua meta são, embora nem sempre consciente a apologia da ordem existente das coisas ou, pelo menos, a demonstração de sua imutabilidade” (LUKÁCS, 2003, p.136).

A busca da sociedade burguesa por meios da ciência histórica e estudo concreto visa encontrar o indivíduo empírico e histórico. Segundo Lukács aqui está um eco básico, pois na medida em que esse indivíduo concreto está se distanciando do verdadeiro concreto, ou seja, do que é concreto de fato e está sim ligado o abstrato. “Essas relações”, diz Lukács “não são

relações entre indivíduos, mas entre o operariado fundiário etc.” (LUKÁCS, 2003, p.141). Alguns estudiosos da consciência de classe, estudada na perspectiva de objeto empírico, esse empirismo não é suficiente para entender a divisão da sociedade.

Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência. (LUKÁCS, 2003, p.142).

Segundo Lukács, não se deve, no entanto, permanecer na simples constatação dessa distância, ou mesmo se limitar a fixar, de maneira geral e formal, as conexões resultantes. É necessário investigar se existe um distanciamento econômico e social entre as classes e qual o papel na história da consciência de classe na prática. O interesse de classe fica evidente na história em momentos de tensão e conflitos. São nesses momentos que o interesse de classe aparece e conseqüentemente a violência possibilita a consciência de uma classe social. “Mesmo as classes capazes de dominação, no entanto, não devem ser colocadas todas no mesmo plano, no que concerne à estrutura interna de sua consciência de classe” (LUKÁCS, 2003, p.145).

Lukács (2003) problematiza as condições que levam uma classe a se conscientizar de práticas e também de ações para se tornar uma classe dominante, ainda segundo o autor, o que vai determinar a posição de uma classe é a sua capacidade de lidar com os problemas, resolvê-los e esclarecer de forma prática as problemáticas decorrentes da história. “Vê-se de novo, de maneira inteiramente clara, que com a consciência de classe não se trata do pensamento de indivíduos, por mais evoluídos que sejam, muito menos do conhecimento científicos” (LUKÁCS, 2003, p. 146). É sabido que na época pré-capitalista a consciência de classe não se faz presente como no capitalismo, pois segundo o autor no pré-capitalismo não se tinha clareza dos aspectos econômicos, logo denota-se a dificuldade em se ter uma consciência de classe. Justamente porque o pré-capitalismo não se tem uma coerência econômica tal qual no capitalismo, isso devido a pouca circulação de mercadoria na vida social. Essa não clareza dos processos econômicos não possibilitou a consciência de classe. As palavras do autor, “Pois a relação com o todo, criada pela “consciência do próprio status” não se dirige à totalidade da unidade econômica real e viva, mas à fixação passada da sociedade que constituiu em sua época os privilégios dos estamentos”, (LUKÁCS, 2003, p.154). Essa divisão da sociedade em estamentos impossibilitava a manifestação da consciência de classe, por que os interesses econômicos não eram claros e que essa clareza só aparece no capitalismo. “Com o

capitalismo, com o desaparecimento das estruturais estamentais e com a constituição de uma sociedade com articulações puramente econômica, a consciência de classe chegou ao estágio em que pôde se tornar consciente” (LUKÁCS, 2003, p.155). A partir do fragmento, pode-se inferir que ele reforça a ideia de que apenas no sistema capitalista a consciência de classe se manifesta.

Ainda segundo o autor a sociedade dividida em estamentos era um fator crucial para o não florescimento da luta de classes, pois os camponeses não estabeleceram laços fixos com identidades definidas, com uma relação direta com a política, por isso, eles, segundo Lukács, não formam uma classe e mesmo que se fundarem partidos não receberiam apoio de todos os camponeses. Sendo assim, a consciência de classe se encontra na burguesia e no proletariado. Porém, por outro lado, nem a própria burguesia solidificada tem consciência total de classe.

Como sua dominação não é exercida apenas por, mas também no interesse de uma minoria, resta à ilusão das outras classes, sua permanência numa consciência de classe confusa como pressuposto indispensável para a manutenção do regime burguês. (Basta pensar na doutrina do Estado que paira “acima” das oposições de classes, na justiça “imparcial” etc.) Mas, para a própria burguesia, a dissimulação da essência da sociedade burguesa também é uma necessidade vital. (LUKÁCS, 2003, p.167).

Neste sentido, nas formulações do autor, pergunta-se qual o papel do materialismo histórico para a burguesia e para o proletariado, pois a burguesia age para combater o materialismo histórico já o proletariado não precisa de fator histórico para a força motriz da revolução. “A raiva desesperada com que a ciência burguesa combate o materialismo histórico é compreensível: tão logo se vê obrigada a colocar-se ideologicamente nesse terreno, está perdida” (LUKÁCS, 2003, p.171). Na perspectiva do autor, o proletariado não está ligado aos acontecimentos históricos, logo não é movido por eles. Em suas palavras,

Justamente porque é impossível para o proletariado libertar-se como classe sem suprimir a sociedade de classes em geral, sua consciência de classe, que é a última consciência de classe na história da humanidade, deve coincidir, de um lado com o desenvolvimento da essência da sociedade e, de outro, tornar-se uma unicidade cada vez mais íntima da teoria e da práxis. (LUKÁCS, 2003, p.174).

Essas reflexões trazidas por Lukács evidenciam a necessidade de se aprofundar nessas questões de conscientizações e de formação de classe operária, já que Marx não a desenvolveu. Essas questões serão problematizadas no terceiro capítulo desta pesquisa, espaço para aprofundamento das reflexões oriundas do advento das greves dos garis. Assim, tendo como objetivo buscar entender como ocorre a conscientização desses trabalhadores e a sua organização para reivindicar suas demandas, que será trazida à tona a contribuição de Lukács para essa pesquisa, como também as ideias de Eric Hobsbawm que avança no sentido

de aprofundar ao que se refere às classes, a consciência de classe e também em relação às instituições.

1.3 A formação de classe e da cultura operária na perspectiva de Eric Hobsbawm

O pensamento de Hobsbawm tem como gênese o pensamento de Karl Marx e sua ideia de formação de classe trabalhadora também vêm daí. “Não obstante, por justiça [...] devo talvez iniciar pela explicação de onde minhas próprias reflexões estão ligadas às da argumentação extremamente interessante de Lukács (derivada, naturalmente, de Marx), bem como de onde elas estão” (HOBSBAWM, 1987, p.36). Nesta perspectiva, a classe operária já estabelecida como classe social e consciente de sua existência enquanto tal passou a reivindicar suas demandas e se organizarem a partir dos sindicatos, partidos e movimentos coletivos.

Para o autor, ao se analisar a história da classe operária é necessário ter uma visão geral da história e desviar o olhar para outros espaços tal qual a América Latina. Ele usa como exemplo os trabalhadores das sapatarias e as carpintarias os quais foram pioneiros na formação de um movimento de trabalhadores na Argentina e na Europa. “Eles ocasionalmente entravam em greve em grande escala e estavam entre os ofícios mais propensos à greve na França durante a Monarquia de julho” (HOBSBAWM, 1987, p. 151). Ainda segundo o autor, a presença dos sapateiros estava na formação de base sindical e até de partidos políticos. Deve-se lembrar também que no movimento cartista os sapateiros formavam o maior grupo do movimento.

Dos integrantes ativos do movimento cartista cujas ocupações são conhecidas, os sapateiros formam o maior grupo singular após os tecelões e os “trabalhadores” de ocupação não especializada: mais do dobro do número de trabalhadores na construção civil e mais de 10 por cento de todos os militantes de ocupação conhecida. (HOBSBAWM, 1987, p.151).

Outros grupos que tiveram participação na luta foram os marceneiros e serralheiros, cujos trabalhadores fizeram parte de todo o processo histórico e das mudanças. A presença desses dois segmentos pode ser percebida na Comuna de Paris de 1871. Sendo assim, as mudanças ocorridas no século XVIII tiveram participação importante desses trabalhadores na Europa, mais especificamente na França e na Alemanha.

Na verdade, o número aparentemente grande de ativistas sapateiros pode por vezes apenas refletir o tamanho do seu ofício que, na Alemanha e na Grã-Bretanha,

consistia no maior grupo ocupacional de artífices. As ações coletivas dos grupos, portanto, não explicam a reputação radical dos sapateiros. (HOBSBAWM, 1987, p. 151).

Hobsbawm considera os sapateiros como sendo um segmento de trabalhadores que era porta voz do povo, isso devido a expressividade relacionada à política que esse segmento carregava consigo. Nas palavras do autor: “Quem diz sapateiro, com frequência surpreendentemente está dizendo jornalista e verzejador, pregador e conferencista, executor e editor” (HOBSBAWM, 1987, p.152). Obviamente que não eram todos os sapateiros com essas características, era uma parte dos trabalhadores (sapateiros), mas não se sabe explicar ao certo de onde veio o gosto pela política e pela leitura. Têm-se especulações, mas nada consolidado. Especula-se que o contato e a facilidade de locomoção diária possibilitou um envolvimento dessas pessoas no processo político.

A imagem popular pode ter atraído jovens com preferências literárias ou filosóficas e interesses políticos: ou inversamente, os rapazes, tendo entrado em contato com sapateiro filósofos e radicais, podiam adquirir um certo interesse por esses assuntos. (HOBSBAWM, 1987, p. 152).

Para além, outros fatores contribuíram para que esse segmento de trabalhadores tivesse se apresentado como destaque no cenário trabalhista. “Finalmente, a cultura do ofício podia desenvolver alguns destes traços entre os profissionais que o exerciam não só porque as condições materiais os propiciassem, mas porque os costumes do ofício não os impediavam” (HOBSBAWM, 1987, p.162). Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que a principal motivação que levaram os sapateiros a se tornarem “politizados” foi a pobreza que afetava esses trabalhadores. Para Hobsbawm, a pobreza seria o principal fator do radicalismo desse segmento social no século XIX. Ainda nesta perspectiva, o autor mostra que o conhecimento do processo de produção de sapato e os meios pelos quais precisavam passar até se chegar ao produto final restringiam outros segmentos da sociedade nesse espaço, isso devido ao fato de ser um processo manual com muita sujeira e ruídos. Sendo assim, esse espaço ficava restrito as pessoas de baixa renda. “O baixo status dos sapateiros e o desprezo a eles dirigidos na antiguidade- ao menos pelos escritores, pode ser parcialmente devido à associação com “sujeira” ou com a lembrança dela” (HOBSBAWM, 1987, p.163). Eram, então, os sapateiros considerados como sendo pessoas de menor status e prestígio social. As pessoas que ingressavam como aprendizes eram oriundos de famílias pobres, as quais não conseguiam levá-los a outra profissão. Neste sentido, pode se inferir que existia uma relação direta entre a profissão de sapateiro e a pobreza. O que distinguia os sapateiros de outros trabalhadores no que diz respeito a sua organização política? Segundo o autor,

O que realmente o distinguia era seu contato com grandes quantidades de pessoas humildes e sua independência com relação a seus protetores, clientes abastados e empregadores. Os lavradores dependiam dos seus senhores de terras; os fabricantes de rodas e os construtores contavam com encomendas das lavradoras e de pessoas de boa situação; os alfaiates serviam aos ricos, pois os pobres faziam sua própria roupa. (HOBBSAWM, 1987, p. 167).

Os sapateiros também serviam aos ricos, porém sua clientela maior eram os pobres, logo, mantinha-se contato com os dois segmentos da sociedade. Isso permitiu que os sapateiros pudessem expressar suas opiniões sem correr o risco de perder o emprego, pois não mantinham contrato empregatício direto com seus clientes, possibilitando se organizarem para reivindicarem suas demandas. Para além, Hobsbawm enumera dois fatos de estímulo ao radicalismo. “1. Lento declínio do ofício do sapateiro como ocupação artesanal. 2. Descontentamento crescente das populações aldeãs à medida que enfrentavam as consequências do capitalismo agrícola e baixos salários” (HOBBSAWM, 1987, p. 171). Passando a ter seu trabalho formalizado e uma vez ingressando nas fábricas, os sapateiros começavam a participar da vida sindical, e em muitos países eles formaram as raízes dos sindicatos, como na França e principalmente na Grã-Bretanha.

O sapateiro de aldeia participava, em conjunto com os responsáveis sapateiros urbanos, as causas do pequeno artífice independente. Na defesa desta causa eles proferiam uma crítica da economia e do governo que podia realçar os problemas de outros trabalhadores e impedi-los à ação. O apelo à ação baseava-se na hipótese de que homens como eles mesmos eram capazes de agir; na verdade este apelo supunha que pequenos grupos de “cidadãos” inteligentes podiam agir no sentido de corrigir a injustiça de forma independente sem a liderança de homens mais instruídos ou sem o apoio de organizações formais centralizados. (HOBBSAWM, 1987, p.175).

O processo de industrialização, primeiramente, favoreceu a luta da categoria, pelo fato dos sapateiros a partir da inserção na indústria terem maior proximidade entre eles e se reconhecerem enquanto trabalhadores, ampliando as possibilidades de se organizar enquanto grupo para lutarem pelos seis direitos. Porém, posteriormente essa inserção veio a enfraquecer a luta destes trabalhadores pela consequente formalização do trabalho. Sobre o enfraquecimento dos sapateiros: “Não existe muita dúvida sobre o fato de que o papel desempenhado pelo sapateiro foi reduzido à medida que o centro de gravidade do movimento transferiu-se para as indústrias de grande escala e o emprego no setor público” (HOBBSAWM, 1987, p.178). É dentro desse escopo político que foi sendo construída a classe trabalhadora e consequentemente a cultura de classe operária Britânica.

O foco dessa pesquisa é a classe trabalhadora atual, mas é importante saber como ela se projetou no processo histórico nos países industrializados. Assim, Hobsbawm traz a tona o aparecimento do termo classe trabalhadora, “O termo “as classes trabalhadoras”, ou mesmo “a

classe operária”, aparece na linguagem política da Grã Bretanha nos anos que seguiram ao fim das guerras Napoleônicas” (HOBSBAWM, 1987, p.254). Para o autor, os movimentos operários tornaram importantes após a era napoleônica.

Na verdade, o movimento cartista (1838-1848), cuja coesão se baseava em poderosos laços de consciência de classe bem como na exigência de democratização eleitoral, pode talvez ter mobilizado uma proporção maior dos trabalhadores “não-agrícolas” do que qualquer outro movimento anterior ao fim da primeira guerra mundial. (HOBSBAWM, 1987, p.254).

Após o explanado acima pode se inferir que a classe trabalhadora ou operária tem como origem de sua formação pessoas que a princípio não tinham grandes pretensões políticas ou institucionais. O que se percebe é que a construção da classe operária vem dos grupos subalternos da sociedade, ou seja, grupos que não usufruía de privilégios, sendo a sua organização uma questão de sobrevivência. Neste sentido, o fazer-se da classe trabalhadora é algo constante, sem um modelo prévio determinado, cabendo a cada lugar, com suas demandas e opressões fazer-se a micropolítica. A classe operária ou trabalhadora se faz no momento histórico e cada uma com suas especificidades. Partindo-se dessa perspectiva, não se deve pensar nessa formação de forma única.

As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar. Entretanto, como a classe operaria foi historicamente uma classe nova- não reconhecida como um coletivo social ou institucional, interna ou externamente, até um período específico- faz sentido delinear sua emergência enquanto grupo social durante um certo período. (HOBSBAWM, 1987, p. 273).

As ideias desenvolvidas por Marx e por Hobsbawm nos leva a uma compreensão histórica da formação da classe trabalhadora. Fato importante para se compreender as relações complexas das demandas operárias atual, é necessário se apropriar dos processos sociopolíticos para a atuação de trabalhadores que necessariamente não se enquadram na classe operária tradicional. Dentro dessa linha de raciocínio as ideias de Thompson são cruciais para ir costurando a ideia central da pesquisa.

1.4 As ideias de Thompson - Organizações coletivas e a micropolítica

Thompson (2011) numa análise sobre a gênese da formação de classe trabalhadora inglesa identifica seu surgimento sob o ponto de vista histórico e cultural. Nesta perspectiva, para entender a organização dos garis na greve de 2014, a qual se deu sem a liderança de instituição política e sindical deve-se levar em consideração as ideias elaboradas por Thompson sobre a classe trabalhadora. Segundo o autor, ao longo do processo histórico a classe trabalhadora passa por transformação criando uma identidade e posteriormente uma

consciência de classe. A partir dos seguintes argumentos “a classe operária não surgiu tal qual como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2011, p.9.v.1), pode-se perceber que para Thompson a classe é constituída num processo contínuo. Levando-se em consideração seu processo histórico para o autor, diferente de Marx, a classe operária e a consciência de classe são anteriores à revolução industrial. Segundo Thompson,

Os operários, longe de serem os “filhos primogênitos da revolução industrial”, tiveram nascimento tardio. Muitas das suas ideias e formas de organização foram antecipadas por trabalhadores domésticos, como os que trabalhavam com a lã em Norwich e em região do oeste, ou os tecelões de aviamentos de Manchester. É discutível se os operários- exceto nos distritos algodoeiros- “formaram o núcleo do movimento trabalhista” antes do final da década de 1840 (e, em algumas cidades do norte e da região central, nos anos de 1823-4), conduzindo às grandes dispensas coletivas. (THOMPSON, 2011, p. 16. v1).

Thompson buscou entender a formação da classe trabalhadora a partir de outra perspectiva que não passava somente pelas instituições, já que percebia uma organização coletiva de pessoas e grupos que se organizavam sem a participação de sindicatos ou partidos políticos, tal qual os garis da cidade do Rio de Janeiro o fizera. “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril” (THOMPSON, 2011, p.17, v.1). Neste sentido, Thompson traz reflexão para o entendimento da classe trabalhadora inglesa, sendo importante agregá-lo a esta reflexão, já que ele parte da perspectiva de que a classe trabalhadora ou classe operária não tem espaço definido para seu surgimento.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria- prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2011, p.9, 10.v.1).

Para ele, a classe é construída a partir da sua relação com a história e justamente por ser uma construção histórica ela não pode ser estudada apenas em um determinado tempo ou período, sendo necessário observar as atividades das pessoas a partir de sua realidade social, cultural e de seu contexto histórico. “A relação precisa ser e estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais” (THOMPSON, 2011, p.10. v1). Ainda segundo o autor, a classe se forma quando pessoas passam a compartilhar experiências.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em

grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 2011, p.10, v.1).

Neste sentido, para entender a consciência de classe é necessário levar em conta as experiências, instituições, costumes, tradições, hábitos e valores, ou seja, a experiência se dá pela produção material da vida. Nesta perspectiva, pode-se inferir as experiências como sendo algo pré-determinado, mas já a consciência de classe ocorre de maneira distinta. “A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 2012, p.10. v1). Para o autor, não se deve atribuir a Karl Marx a ideia de classe como sendo uma única coisa. Essa formulação é usada na contemporaneidade pelos estudiosos de Marx como sendo algo acabado, dado, que pode ser definida por meios exatos. Essa visão de classe conduz a ideia de que quando se têm grupos que se encontram nos meios de produção é possível se determinar a consciência de classe. Segundo o autor, “Se lembrarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira. Ela não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste” (THOMPSON, 2011, p.12.v1).

Ao se analisar a história, na visão do autor, percebe-se que a classe tal qual é formulado não existia. O que existe seriam grupos de indivíduos com diversas práticas e conhecimentos. No entanto, ao se observar os indivíduos nos momentos em que ocorreram mudanças sociais irá se notar que eles seguem algum modelo ao se relacionar com o outro, isso pode ser observado pelas colocações de suas opiniões e também nas instituições. No entendimento do autor:

Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. Nos anos de 1780 e 1832, os trabalhadores ingleses, em sua maioria, vieram a sentir uma identidade de interesse entre si, e contra seus dirigentes e empregados. (THOMPSON, 2011, p. 13. v1).

Na sua segunda obra THOMPSON (2012, v2) destaca a organização dos movimentos revolucionários surgidos na Inglaterra não industrial, os Jacobinos que estabeleceu laços e raízes profundas entre os artesões e o Ludismo que era composto por trabalhadores com alguma capacitação e trabalhavam em pequenas oficinas. “Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros, fabricantes de arreios, livreiros, impressoras, pedreiros, pequenos comerciantes e similares” (THOMPSON, 2012, p. 16. v2).

Nesta perspectiva, entende-se que a consciência de classe e organização de uma classe trabalhadora é anterior a revolução industrial, assim como é defendida a tese de que as grandes transformações sociais ocorreram a partir da micropolítica para posteriormente formar laços com a macropolítica, ou seja, com as instituições e partidos. Neste sentido, Thompson diz que, “A vasta área de Londres radical, entre 1815- 1850, não extraiu sua força das principais indústrias pesadas (a construção de navios tendia a declinar, e os mecânicos causariam impactos somente no final do século), mas das fileiras dos pequenos ofícios e ocupações” (THOMPSON, 2012, p.16, v.2). Nessa perspectiva, os pensamentos de Hobsbawm se aproximam das ideias de Thompson quando ele afirma que a consciência de classe não domina o processo de organização trabalhadora, o que domina são outros mecanismos voltados a diversos interesses, tais como, de caráter nacional, religioso, racial, ou corporativo, enfim, formas de consciência que dividem a classe. A consciência de classe não pode ser entendida como sendo natural, ela é necessária para mobilizar trabalhadores e decretar greves ou revoluções. Já para Thompson, “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” (THOMPSON, 2012, p 18 v.2). Para ele, forças exteriores tal qual a revolução industrial não foi o principal fator para o surgimento da formação da classe operária. Nas palavras do autor, “As notáveis relações de produção industrial não foram impostas sobre a matéria bruta, mas sobre ingleses livres- livres como Paine os legou ou como os metodistas os moldaram” (THOMPSON, 2012, p. 18 v.2). A religião também teria contribuído para a consciência de classe num meio tão diversas de profissões. Então, dizer que determinada profissão foi responsável pela organização e conscientização não procede. Fica difícil falar em um grupo só de trabalhadores. Esses trabalhadores eram compostos por marinheiros, trabalhador oriundo da Irlanda, desqualificado, ambulante, habitantes de casa de correção e tipógrafos. Todos esses trabalhadores eram considerados como sendo pertencentes a uma classe inferior.

Contudo, uma vez tomada todas as precauções necessárias, o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação de “classe operária”. “Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes” (THOMPSON, 2012, p.18. v2).

A luta dos trabalhadores ocorre na maioria das vezes por demandas que a princípio parecem supérfluas, mas que para configuração desse trabalho é algo muito importante. Justamente por acreditar na micropolítica como sendo base de sustentação das grandes

revoluções, o autor vai buscar nos diversos fatos históricos indícios que contribuem com a sua reflexão. Assim, “A agitação popular é considerada o resultado da coincidência inevitável da alta dos preços do trigo com as depressões econômica, e explicável em termos de um quadro elementar de “tensão social”, derivado dessas condições” (THOMPSON, 2012, p.19.v2) Nesta perspectiva, entende-se que, se existe trabalho conseqüentemente existirá uma classe trabalhadora consciente de sua exploração.

Lukács contrapõe essa ideia ao dizer que, “A consciência de classe existe na sociedade capitalista e que no espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção” (LUKÁCS, 2003, p.134).

Portanto como Engels já ressaltou não é absolutamente por acaso que esse conhecimento da história só tenha se tornado possível na época capitalista. E não somente como pensa Engels - devido à maior simplicidade dessa estrutura em contraste com as “conexões complicadas e ocultas” de épocas passadas, mas antes de tudo porque o interesse econômico de classe, como motor da história, apareceu em toda sua pureza somente no capitalismo. (LUKÁCS, 2003, p.155).

Para se entender a luta e também a consciência de classe é necessário estudar os dois momentos históricos, antes e depois do capitalismo. O antes ou o pré-capitalista é entendido como momento não favorável a conscientização de classe, justamente por não ter um modelo econômico definido como na sociedade moderna capitalista. Segundo Lukács,

Antes de tudo, porque é da essência de toda sociedade pré-capitalista jamais pôde fazer aparecer, em plena luz (econômica), os interesses de classe. A organização da sociedade dividida em castas, em estamentos econômicos aparecem unidos inextrincavelmente aos elementos políticos, religiosos, etc. (LUKÁCS, 2003, p.156).

Essa afirmação é justificada a partir da ideia de que os modelos econômicos são distintos e conseqüentemente a classe só pode surgir nesse espaço. O argumento de que no pré-capitalismo a divisão e a percepção dessa hierarquização não aparecia como um problema, já que os indivíduos não tinham percepção de tais estamento e dos privilégios mantidos pela elite em relação aos trabalhadores. Nesta perspectiva, como se pode dizer qual era a relação entre a consciência de classe e a história nos dois momentos? Para Thompson, “É somente com a dominação da burguesia, cuja vitória significa a supressão da organização em estamentos, é que se torna possível uma ordem que a estratificação da sociedade tende à pura e exclusiva estratificação em classe” (THOMPSON, 2012, p. 25, v.2). Para Thompson, a classe operária se formou segundo os acontecimentos, os quais o povo foi submetido, a exploração econômica, a opressão política, a impessoalidade nas relações entre empregados e patrões e um aumento parcial da liberdade do trabalhador.

Pois quando nas fazendas as relações ainda se estabeleciam em oposição entre a servidão e a cidadania, [...] visto que o empregado nas fazendas estava (nas palavras de Taynbee) “situado a meio caminho entre a posição do servo e a do cidadão”, esta “liberdade” significava que se sentia mais intensamente a falta dela. (THOMPSON, 2012, p. 24 v2).

Assim, na década de 1830 as agitações dos trabalhadores buscavam não só um aumento salarial, mas também uma redução da carga horária. Segundo Thompson.

Os primeiros anos da década de 1830 foram marcados por agitações que levaram questões nas quais os salários tinham importância secundária; os oleiros, contra o pagamento de salários têxteis, pela jornada de dez horas; os trabalhadores na construção, grupos de trabalhadores, pelo direito de formação de sindicatos. A grande greve na região mineradora do nordeste, em 1831, girou em torno da segurança do emprego, do pagamento dos salários em espécie nas vendas e do trabalho das crianças. (THOMPSON, 2012, p.31, v.2).

De acordo com essas ideias esmiuçadas, em toda sociedade a relação de exploração pode ser encontrada nos diferentes momentos da história e que ela tem relação com a propriedade privada e também com o poder. Os trabalhadores se apropriavam da imprensa para divulgar suas ideias de resistência e se organizarem. Destacando os sapateiros que aprenderam a ler a Bíblia, mais especificamente o antigo testamento, e se tornaram os líderes radicais juntamente com outros trabalhadores tais como tecelões, livreiros, alfaiates. Mesmo as pessoas analfabetas se reuniam em locais onde se lia os jornais. “[...] Aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaiates reuniram pilhas de periódicos radicais e aprenderam a usar as publicações oficiais do parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixaram de ir, todos as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbert” (THOMPSON, 2012, p. 414. v3).

Para Thompson a partir de 1830 foi amadurecendo e aumentando a consciência de classe no sentido marxista que ele chama de tradicional. “De 1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com o qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas” (THOPMSON, 2012, p 415.v 3).

Para o autor o não domínio da leitura pelos trabalhadores não os excluía da participação política, pois existia um grupo de letrados com realizações intelectuais consideráveis. A forma de acompanhar os acontecimentos pelos analfabetos era por meio da leitura dos periódicos realizada por outras pessoas.

Em período de fermentação política, os analfabetos pediram aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de

discurso e a apropriação de longas séries de resoluções. (THOMPSON, 2012, p.415. v3).

A divulgação dos periódicos era tão forte e mobilizador que quando se flagrava alguém vendendo o jornal, essa pessoa era presa. A luta pela organização dos trabalhadores e também a luta pela liberdade de expressão e organização ainda estava incipiente nesse momento. Para Thompson, em 1820 ainda não se podia falar em uma cultura operária. Ele define os artesãos como sendo, “[...] um meio que abrangia de um lado, os mestres e operários de estaleiros londrinos e os trabalhadores fabris de Manchester, e de outro, os artesões rebaixados e trabalhadores por encomendas” (THOMPSON, 2012, p.466. v3). Para Thompson um grande pensador da luta operária foi William Cobbertt. “Foi Cobertt quem criou essa cultura intelectual radical, não porque tenha oferecido a ela as ideias mais originais, mas por ter encontrado o tom, o estilo e os argumentos uniram num discurso comum o tecelão, o mestre-escola e o operário dos estaleiros.” (THOMPSON, 2012, p. 467. v3). Os aspectos da nova consciência de classe seriam de um lado a necessidade de interesse de construção de identidade entre os trabalhadores, as quais desembocavam nas instituições sindicais, em segundo lugar já aparecia a consciência de identidade de classe a qual Thompson chamou de classe produtiva.

As ideias de Thompson contribuem para o entretenimento das novas configurações pelo qual passa o mundo do trabalho na contemporaneidade. Dentro dessas relações complexas de trabalho, encontram-se estudos realizados pelo sociólogo Ricardo Antunes (2012), que parte de uma perspectiva que se aproxima das ideias desenvolvidas por Thompson, no momento em que discorre sobre as novas possibilidades de classes trabalhadoras. Segundo Antunes,

[...] uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Por isso, a caracterização de classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que a noção que o restringe exclusivamente ao trabalho industrial, ao proletariado industrial ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril. (ANTUNES, 2012, p. 217).

Dentro dessa perspectiva, se pensa nos trabalhadores de limpeza urbana com sua potencialidade de classe trabalhadora e não como operário fabril tal qual formulado pela literatura clássica. Justamente na tentativa de alcançar e compreender a complexidade em que se inserem os garis é que o autor vai definir,

Portanto, uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora hoje, a classe-que -vive- do – trabalho, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salários, como o enorme leque de

trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, Port-tine, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. (ANTUNES, 2012, p.217)

Continua Antunes,

Então, compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora sua formação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do Taylorismo e do Fordismo (ANTUNES, 2012, p. 218).

Apropriando das ideias dos autores citados acima e na tentativa de ir além de suas formulações para o desenvolvimento desta pesquisa, torna-se relevante indicar que as relações de classe se tornam cada vez mais complexas, justamente por ela ir se reformulando e se reinventando ao longo do processo histórico. Assim, entender a gênese do pensamento em relação aos trabalhadores se torna fundamental para posteriormente se pensar a atualidade. Seguindo essa linha de raciocínio, para posteriormente desembocar na organização dos trabalhadores de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro, os garis, busca-se averiguar quais foram os acontecimentos favoráveis ou não a esse despertar enquanto categoria trabalhadora, levando-se em consideração, a consciência, a sua identidade e reconhecimento enquanto classe explorada.

Partindo do princípio que sua organização coletiva se deu de maneira autônoma, a qual eu chamarei de uma organização micro política e não institucional. Essa maneira de organização já havia sido identificada pelos autores acima ao se aprofundarem nos quesitos de conscientização, organização coletiva e resistência operária.

É a partir da análise de formação de classe operária observada pelos autores, do desenvolvimento histórico da classe operária no Brasil, as inovações trazidas pelo advento da ditadura, a crise sindical no contexto neoliberal e as possibilidades oriundas com o surgimento de novos atores políticos, que será desenvolvida a pesquisa com os garis e as mudanças em suas perspectivas. Levando-se em consideração os acontecimentos liderados pela categoria, na greve de 2014, tendo como objeto o sindicato, a prefeitura, os trabalhadores, e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana - Comlurb. Isso ficará mais evidente nos capítulos que se seguem, os quais serão abordados a problemática da classe trabalhadora brasileira na perspectiva de alguns autores que foram selecionados para esse trabalho.

2 Capítulo 2: O movimento de trabalhadores em relação ao sindicato, Estado e conjuntura política

O presente capítulo pretende observar os acontecimentos relacionados à classe trabalhadora, levando-se em consideração as instituições que os representam. Assim, os autores mobilizados nesse capítulo elucidam as questões levantadas na pesquisa, já que a mesma trata da organização dos trabalhadores em instituições que a representam e a sua relação com a conjuntura, que em muitos casos vai gerar novos rearranjos políticos e novas possibilidades de organização.

Na década de 60 o país adentrou em um regime de exceção, no qual os direitos básicos, sociais e políticos foram usurpados pelos militares, levando o país a ficar sob o domínio ditatorial por 21 anos. No referido período a classe trabalhadora foi afetada direta e indiretamente, dificultando sua organização por vias institucionais, tais como pelos sindicatos e partidos políticos. Nesse sentido, busca-se entender como novos atores conseguiram se organizar e estabelecer movimentos de resistência frente ao regime e as políticas neoliberais adotadas na década de 90 do século XX.

2.1 Breve descrição do desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil

Antes de adentrar no período pós 64, faz-se necessário fazer um breve levantamento da classe trabalhadora, mostrando sua singularidade em relação à classe operária europeia. Sendo assim, para se compreender o presente com suas novas especificidades é necessário fazer um breve levantamento do processo histórico e social da formação da classe trabalhadora no Brasil. Dentro dessa premissa, considere relevante trazer alguns autores para compreensão desse fato. Dentro desse escopo, farei um breve retorno à história, para pensar o espaço da classe trabalhadora com historiador Marcelo Badaró Mattos (2009) e com os cientistas políticos José Luís Fiori (2001) e Paulo Sérgio Pinheiro (1985). Partindo da premissa de que os acontecimentos sociais e políticos não ocorrem de maneira homogênea em todas as nações, assim para se entender um fenômeno é preciso levar em consideração o momento histórico e os atores políticos envolvidos em tais fenômenos. Nesse sentido, a classe trabalhadora não foge a essa linha de pensamento.

O processo de formação de uma classe trabalhadora só pode ser compreendido a partir das condições objetivas (independente da vontade dos homens) que, desde o surgimento da propriedade privada (e do Estado), opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção (terras, ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, empresas), exploram os que nada

possuem, por isso têm de trabalhar para outros de forma a garantir sua sobrevivência. (MATTOS, 2009, p.16).

No Brasil esse processo não ocorreu de maneira diferente. Segundo Marcelo Badaró, a classe trabalhadora brasileira desde sua formação esteve subordinada e dominada por pequenos grupos pertencentes às elites. Seja em períodos autoritários, seja em períodos democráticos, a maioria da população foi excluída das grandes decisões políticas, econômicas e sociais. Essa exclusão fica evidente quando se pensa a cidadania, ao direcionamento dos recursos públicos para aquisição de bens materiais e simbólicos. Em períodos autoritários e democráticos a velha política de exclusão sustentada nos privilégios de propriedade das elites se perpetuou [...] a nova industrialização, como todas “as nossas reformas burguesas anteriores, também teve como limite os dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do império e o medo do povo” (FIORI, 2001, p.189). Afirma-se hoje com precisão que a formação da classe trabalhadora no Brasil tem uma singularidade, justamente por ter sua gênese no período escravocrata brasileiro, como segue na passagem abaixo.

Afinal, até meados dos anos de 1850, o trabalho escravizado dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, mas também as principais cidades do país, em que os trabalhadores escravizados moviam portos, transportes terrestres, comércio urbano a até mesmo as primeiras fábricas. (MATTOS, 2009, p.17).

Nessa perspectiva, faz-se necessário uma introdução a respeito da origem da formação de classe trabalhadora brasileira, levando-se em consideração o período escravocrata, o qual tinha a mão de obra escrava presente nos diversos setores, tais como na agricultura, no serviço doméstico, no transporte de mercadorias e na área comercial e quais as possibilidades surgidas para a primeira organização trabalhista no país. Esses trabalhadores livres e escravos conviviam nos meios urbanos. “É dessa convivência que surgem à classe trabalhadora brasileira, que posteriormente deu origem aos sindicatos” (MATTOS, 2009, p.18). Assim, Mattos afirma que a gênese da classe trabalhadora encontra-se antes de 1888, ou seja, no período que coincide com a escravatura e posteriormente com imigração europeia, porém sua formação enquanto classe se deu com dificuldades no início do século XIX e começo do século XX. “Mas, no Brasil de quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho. Até o século 19, a regra era: trabalhava quem era escravizado ou os livres que não possuíam escravos” (MATTOS, 2009, p.34). Neste sentido, José Luís Fiori complementa o raciocínio,

Mas a intervenção do Estado no mercado de trabalho começou antes, já no século XIX, mantendo o sistema escravista e patrocinando a vinda dos primeiros imigrantes europeus. A partir dali, e mesmo depois das primeiras iniciativas legislativas de

caráter previdenciário que datam de 1923, a regra básica que organizou a relação do Estado dos capitais privados com força e trabalho foi a repressão, substituída, ou complementada intermitentemente por várias formas de cooperação, sobretudo dos trabalhadores urbanos. (FIORI, 2001, p.196).

Assim, pode-se dizer que o Estado brasileiro faz-se presente como regulador do trabalho e do capital. Isso fica evidente na obra de José Luís Fiori,

Neste campo das relações entre o capital privado, o Estado e a classe trabalhadora sempre existiu espécie de “pacto-conservador”, cujas raízes últimas remontam ao Brasil agrário e oligárquico, mas cujas, “regras básicas” se mantiveram vivas e intocáveis durante toda a modernização industrial da sociedade brasileira, mesmo depois da inflexão liberal dos anos 90. (FIORI, 2001, 195).

Dentro dessa perspectiva, Badaró, Pinheiro e Fiori, seguem uma linha de raciocínio convergente, no sentido de que para eles a formação da classe trabalhadora no Brasil pode ser considerada nova em relação aos países do continente europeu e americano, que iniciaram seu processo industrial no século XVIII e posteriormente no século XIX. Para Paulo, alguns fatores devem ser levados em consideração quando se pensa nessa formação de uma classe operária brasileira: “o primeiro dado a considerar é a natureza periférica, dependente do desenvolvimento industrial: seus traços são determinados pelo processo econômico que se desenrola fora dos limites da economia” (PINHEIRO, 1985, p.83).

Atrelado a isso, percebe-se uma dificuldade em construir uma classe de trabalhadores num ambiente em que o trabalho era visto de forma negativa e degradante, já que a sociedade atrelava o trabalho braçal aos escravos. A estratégia adotada pelos trabalhadores foi tentar alterar o conceito de trabalho, tornando-o positivo perante a sociedade para posteriormente se organizar como classe. Superando o estigma do trabalho, os operários enfrentaram ressignificar outras dificuldades, justamente devido à industrialização ainda ser pequena no país. Contribuiu para esse fato de a industrialização no Brasil ocorrer tardiamente, “A história desta industrialização começou na década de 1930, mas foi, sobretudo, nos anos 50 que a indústria se consolidou como eixo da economia brasileira” (FIORI, 2001, p.192). A organização da classe trabalhadora em pequenos partidos ocorreu durante a República Velha, mas não lograram êxito no cenário político, justamente porque o modelo político da época exigia a alfabetização como requisito para votar e ser votado. É importante lembrar também que esses desejos de participação na esfera política estão ligados às influências socialistas, ligadas ao grande contingente de imigração, já que muitos dos imigrantes que vieram ao país trouxeram consigo as ideologias que eclodiam na Europa, podendo ser citado enquanto ilustração a participação política de imigrantes italianos. No início desta organização, as associações mais comuns antes do sindicato eram as associações mutualistas.

Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistências e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mutuais permaneceu em pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo. (MATTOS, 2009, p 47).

Pode-se dizer que o mutualismo foi um primeiro desenho para a formação do que vinha a ser conhecido como sindicato. Neste momento, grupos passaram a se organizar a partir de suas afinidades ideológicas. Duas correntes de pensamento se destacaram: o grupo socialista e o grupo anarquista. Os socialistas tentaram se inserir no cenário político por via eleitoral, com pouco sucesso. Os anarquistas, conhecidos como sindicalistas revolucionários, queriam uma transformação direta, que passaria pelo processo de tomada de consciência até o conflito direto com os patrões. Esses sindicalistas revolucionários agiam com base em um modelo francês. Sua ferramenta de luta mais comum eram os jornais e palestras. Um jornal que ganhou destaque foi *A voz do trabalhador*³, criado pela Confederação Operária Brasileira, em 1906.

Os anarquistas acreditavam, ainda, que a emancipação social dos trabalhadores dependia de sua libertação moral dos vícios e das ideologias da burguesia, expressos nos jogos de azar, no alcoolismo e nos festejos mundanos, como o carnaval. Por exemplo. Combatiam também as práticas educativas da escola convencional e a igreja, responsáveis, segundo, eles pelo atraso cultural, a degradação moral e a subordinação intelectual dos trabalhadores. Uma verdadeira cultura operária deveria, segundo essa ótica, surgir e difundir-se por meio de bibliotecas proletárias, centros de estudos, círculos culturais, escolas livres, teatro social e literatura engajada. (MATTOS, 2009, p. 49).

Na década de 20 os anarquistas sofreram uma baixa. O Estado, por meio do seu aparato repressivo fechou jornais, prendeu membros e passou a desqualificar os sindicatos. Devido ao grande aumento de greves, o Estado criou um órgão especial para combater os operários grevistas: a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, fato importante para que posteriormente fosse criado em 1922, Partido Comunista Brasileiro - PCB. A polícia política, instância dentro da inspetoria responsável pela repressão aos trabalhadores, tinha a função de prender os brasileiros e deportar os militantes estrangeiros. Esta estratégia teve forte atuação no período de 1917 a 1922. Com o aumento da repressão aos anarquistas e seu posterior enfraquecimento, surge em 1922 o Partido Comunista Brasileiro. Parte dos anarquistas dissidentes funda o partido para tentar por vias legais a participação no cenário político. “Fundado naquele ano, por antigos militantes anarquistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) procuraria aglutinar as simpatias provocadas pela vitória da Revolução Soviética de 1917, tentando adequar-se ao formato, já então exportado para o mundo todo, do

³ A Voz do Trabalhador foi um jornal anarquista criado em 1908 pela Confederação Operária Brasileira, cuja tema base era o anarquismo e sindicalismo.

partido bolchevique” (MATTOS, 2009, p.52). Outro fator importante a ser levado em consideração, segundo Sérgio Pinheiro, foi a Primeira Guerra Mundial, que provocou o “surto industrial”, levando os países desenvolvidos a entrarem em desequilíbrio o que acarretou o desenvolvimento dos chamados países periféricos, que passaram a importar recursos tecnológicos para sua indústria. No entanto, o autor ressalta que essa tecnologia não foi capaz de gerar emprego e sim acúmulo de capital nas mãos dos industriais. Segundo Sérgio,

No período anterior à Primeira Guerra a indústria nacional era constituída de estabelecimentos de tamanho reduzido, dispersos, de importância econômica muito limitada “que fabricavam em condição quase” artesanal material destinado a agricultura, alguns tipos grosseiros de arados, máquinas primitivas para melhorar a cultura do café, ou para o consumo rural (fábricas de massas alimentícias, bebidas, refrigerantes, vestuários, chapéus, tecidos de algodão mais ou menos grosseiros, sapatos e artigos domésticos: móveis, pregos, tapetes). (PINHEIRO, 1975, p. 85).

Neste sentido, com a importação de bens tecnológicos, a indústria brasileira foi capaz de favorecer os países detentores do capital tecnológico em detrimento do seu capital interno. Pinheiro alertou que o processo de industrialização no Brasil ficou concentrado na região sudeste, destacando os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados sulistas. Esse tipo de industrialização gerou no país a polarização de duas regiões distintas, de um lado têm-se a concentração industrial e econômica e de outro lado, regiões como o nordeste com pouco investimento industrial, isso levou a um processo de migração para a região sudeste e sul. O processo industrial teve altas e baixas,

Do ponto de vista dinâmico, a industrialização brasileira foi marcada por uma sucessão de ciclos expansivos potentes, mas de curta duração, interrompidos por crise que resultaram, quase sempre, da situação do balanço de pagamentos e que acabaram se transformando, quase invariavelmente em crises políticas ou institucionais. (FIORI, 2001, p.192).

Em relação às classes trabalhadoras Pinheiro diz que,

Com respeito à formação do proletariado industrial, polarização da economia, essa constituição de regiões satélites exportadoras de mão de obra (como o nordeste). E de capitais, acarretará uma disponibilidade entre a massa de operários não qualificados, cujos contingentes estarão sempre em expansão por causa das migrações internas e a queda dos operários qualificados e dos técnicos, originalmente recrutados através das migrações internacionais. (PINHEIRO, 1975, p. 84)

Para além, o emprego gerado nessa indústria brasileira esteve ligado ao setor secundário. Já o setor terciário, não se desenvolveu na mesma proporção. Isso refletiu na fraqueza do proletariado brasileiro, o qual não conseguiu uma estabilidade na atividade industrial, levando ao alto índice de desemprego. Nesta perspectiva, segundo, o autor, é necessário que se leve em consideração nesse processo à alta taxa de desemprego. Segundo ele, a análise das condições de estrutura de emprego no Brasil mostra uma estagnação do

percentual dos efetivos do setor terciário e um inchaço no setor secundário, o qual contribuiu para o enfraquecimento da organização da classe operária brasileira. Atrelado a isso, nas décadas de 30 e 40 do século XX, o Estado passou a desenvolver políticas de controle sobre os trabalhadores e qualquer forma de organização não encontrava espaço nos meios proletários.

2.2 O Estado e sua política de controle para com a classe operária pós década de 30

Durante as décadas de 30 e 40 o governo brasileiro operou de maneira a manter sobre seu controle os dois segmentos da população brasileira, qual seja, os trabalhadores e os donos de indústrias. Já na década de 30, o governo Vargas passou a usar mecanismos de controle, não possibilitando grandes organizações autônomas em relação ao Estado, ficando o sindicato sob tutela do Ministério do Trabalho, o qual não abria espaço para ampliação de direitos. Os trabalhadores foram obrigados a se submeterem aos caprichos do então Ministro do Trabalho Lindolfo Collor. Esse modelo político Varguista foi bem estudado pelo historiador Alcir Lenharo, que contribuiu de forma significativa para entendimento desse período, sendo assim, suas reflexões para a pesquisa, a qual se propõe investigar a relação entre trabalhadores, sindicatos e governo. Segundo o autor,

O Estado Novo levou a sério a existência da luta de classes, assim como as possibilidades reais da classe operária no jogo do poder. A estratégia jurídica a aliciamiento e a proposta corporativista de sindicalização apontam para uma política especialmente orientada de controle da classe operária e de sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder. (LENHARO, 1986, p. 22).

Não obstante, no campo da política operava dois grupos, os Integralistas que eram compostos por uma classe média, cujo propósito era, “[...] O integralismo era instrumental para servir de freio à mobilização operária”. “Sob a bandeira do combate ao comunismo” (LENHARO, 1986, p.23). E por outro lado, tinha-se o Estado Novo, o qual buscava na classe operária o alicerce para sustentação do regime e conseqüentemente o controle dos trabalhadores e um atrelamento ao Estado. Neste sentido, percebe-se que o Estado operava para suprimir qualquer manifestação de luta de classe. O mesmo disseminava a ideia na sociedade de harmonia entre trabalhadores e patrões, ou seja, evitava qualquer possibilidade de confronto direto ou indireto entre os dois segmentos, deixando ao Estado a responsabilidade de criar e executar as leis trabalhistas, argumentando que, os dois grupos não possuíam capacidades para entendimento. Assim, o governo Vargas foi costurando a política

trabalhista e o seu controle. “A intervenção do Estado nas relações capital- trabalho é sempre tomada como inevitável face à fragilidade dos negociadores, ou à irredutibilidade de uma das partes (os anarquistas), que se negavam a adentrar ao espaço legal de negociação” (LENHARO, 1986, p.24/25).

Agindo para ter controle das classes, o Estado criou por via de leis uma nova modalidade de sindicalização, na qual impedia que os trabalhadores se organizassem e criassem seus sindicatos. Com a criação dessa lei de 19 de março, o Estado passou a ser o organizador e controlador dos sindicatos, restringindo ainda mais qualquer tipo de organização fora do controle do Estado, para além, colocou como restrição a participação de estrangeiros no cargo de comando dos principais sindicatos.

Qualquer concessão do Estado à classe trabalhadora vem acompanhada de uma contrapartida que lhe é fatal: significa sempre uma nova volta no parafuso da opressão e da dominação. Registra-se, no entanto, que justamente no Estado Novo a própria prática rompe a máscara do Estado protetor dos trabalhadores, avolumando-se o número de determinações “negativas” para a classe. (LENHARO, 1986, p.28).

E continua,

À proibição da greve, à unicidade sindical em bases corporativas, juntava-se o atrelamento necessário ao Estado, medida que seria incrementada logo depois com a criação do imposto sindical (cobrado já em 1941) responsável pela cimentação de uma organização burocrática pelega de fôlego muito mais longo que o período. De 1940 também vem à criação do salário mínimo, medida de cunho político muito mais voltado para angariar a simpatia das classes através das propagandas, do que efetivamente premiá-las. (LENHARO, 1986, p. 28).

O sindicato criado durante o período de Getúlio Vargas, segundo o autor, funcionava não para representar os operários, muito pelo contrário, o sindicato operava como mecanismo de controle entre as duas classes, ou seja, entre burguesia industrial e trabalhadores, urbanos e rurais. Lembrando que, em muitos casos, o sindicato não era criado pelos trabalhadores e sim pelo próprio Estado, porém aqueles que se aventuravam a criá-lo teria que passar pelo aval do governo. Assim, o sindicato funcionava como “[...] Uma argamassa burocrática sustentada pelo Estado, por sua vez sustentadora de um seletivo número de liderança à custa do bolso do trabalhador” (LENHARO, 1986, p.37). Nessa perspectiva, o Estado operava não só como regulador das instituições relacionadas às questões trabalhistas, mas também como agente regulador da vida social. Assim, Vargas também utilizou de outros elementos, ou de outros mecanismos de controle das massas. Dentre tais mecanismos pode-se destacar o departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o rádio o qual atingia os lares com a propaganda positiva do governo e de suas políticas voltadas a esse segmento social. Pode-se dizer que este mecanismo funcionou positivamente a favor do Estado, sendo isso percebido quando se pensa

a classe trabalhadora e a sua passividade frente às instituições. O Estado buscava a unificação do povo brasileiro, agindo como articulador e sendo a voz dos cidadãos, usando para isso diversas vias.

O homem comum, o cavalheiro dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na nação engendrara através da harmonia social já alcançada. (LENHARO, 1986, p.35).

Os dispositivos utilizados para controle dos trabalhadores e consequentemente da vida social vieram acompanhados de outros.

Junto a dispositivos como a “proteção trabalhista”, ou a outros menos nobres como a repressão, a delação, a tortura, pretendia-se agora educar o trabalhador de modo a arrancá-lo da sua condição de classe, diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo. (LENHARO, 1986, p.38).

Como já foi citado acima, não se pode deixar de reverberar que a classe trabalhadora foi sufocada, não permitindo sua organização coletiva, seja ela por meios das instituições ou fora delas. Essa proximidade entre o governo e a população estabelecida via rádio possibilitou ao governo uma relação de pessoalização e restrição do exercício do ser político, ou seja, dissolveu o eu e construiu o nós. “Pelo rádio, o poder vasculha a intimidade de cada um, atomiza a condição política de cada cidadão para condensá-lo simbolicamente no coletivo da nação” (LENHARO, 1986, p. 42). O argumento utilizado para tal feito era em razão de o Brasil ser um país de grande dimensão e o governo não poderia estar fisicamente na residência de todos os cidadãos, mas que esse era o desejo de fato do governo.

Qualquer aproximação ao estudo da propaganda no período detectará, necessariamente, o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos; ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo. As instâncias moleculares atingidas não ficam circunscritas a determinados espaços sociais; por isso mesmo, dão acabamento à obra da máquina da propaganda, podendo os condutores dos micropoderes ir do mundo do trabalho ao âmago do cotidiano de cada um para intervir em suas expectativas, seus sonhos, reorientar seus projetos de vida, docilizar seus corpos e mentes, o que pôde implicar, reversivamente, numa nova relação política com o trabalho e imprimir um novo sentido até mesmo nas relações interpessoais. (LENHARO, 1986, p. 43).

Sendo assim,

Os meios de comunicação e a máquina de propaganda insistem na imagem da comunidade harmoniosa permanentemente proclamada pelo rádio e em todas as ocasiões em que as autoridades anunciam o milagre da participação de todos por meio delas mesmas no exercício da política. As manifestações públicas visavam atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação. (LENHARO, 1986, p.50).

O corpo doutrinado para o trabalho era a meta do governo. Assim, as instituições foram mobilizadas, tais como a escola, a saúde e a imprensa como divulgadora desse modelo de homem direcionado ao trabalho, enquanto a mulher, destinava o ofício da procriação de indivíduos saudáveis. Coube também ao educador físico o papel de aprimorar esses corpos. Não obstante, por meios de práticas de aprimoramento dos corpos físicos, políticas eugenistas começaram a ganhar espaço no cenário político brasileiro, já que o tipo ideal de brasilidade que se queria, fugia ao que se tinha aqui, africanos e indígenas.

O elogio da mestiçagem a caminho do aperfeiçoamento não mantém, entretanto, ambiguidade sobre o perfil definitivo do brasileiro em formação. O brasileiro idealizado não corresponde exatamente à figura do mulato, que apologistas da nacionalidade imaginaram ser o portador da identidade nacional. (LENHARO, 1986, p. 78).

Ficava sob responsabilidade dos profissionais da educação física traçar um fenótipo do modelo de pessoa brasileira, ou seja, caucasiano ou o mais parecido possível disso. Essa ideia não ficou apenas na construção de “homem”, ela foi estendida a políticas de imigração, na qual o governo proibia qualquer pessoa que entrasse no país que tivesse traços indígenas e africanos. Internamente, “outras medidas de “normalização da raça incidiram na segregação e na esterilização dos indesejáveis, o isolamento definitivo de procriar ou temporário seria suficiente para que fossem impedidos de procriar “e assim, propagar o mal aos seus descendentes” (LENHARO, 1986, p.79). Essas medidas não ficaram apenas no campo do físico, mas também na parte espiritual. “[...] a militarização espiritual’ nos asseguraria os atributos de uma “regeneração antro-po-síquica” (LENHARO, 2001, p.80). Com os corpos docilizados fisicamente e psicologicamente, tinham-se a disposição do governo, “O homem se encontrava no trabalho, da sua vida, da sua humanidade”. “O ato de trabalhar lhe serve de medida de avaliação de sua própria condição existencial [...]” (LENHARO, 2001, p.87). Não obstante, a questão religiosa operava fortemente na vida dessas pessoas como mais um mecanismo de controle.

Esse desejo cresce e ingressa num plano mítico, direcionado para transformar o trabalhador disciplinado e produtivo numa matriz racial do brasileiro. Trabalhador regenerado, raça e brasileiros regenerados. A “cooperação” é chave enquanto associada ao esquadrinhamento nacional, o molde final do projeto fascista. À exigência de relações sociais disciplinadas, corresponde, portanto, o desejo mítico da criação do brasileiro uno, racialmente homogêneo e acabado. (LENHARO, 1986, p. 104).

O modelo de homem, de pessoa brasileira estava moldada a partir dos parâmetros psicológicos, físicos, político social e racial. Assim foi se consolidando a política trabalhista, na qual os sindicatos e os trabalhadores de forma geral não conseguiam se libertar das garras

do Estado. A política de dominação operou nesse período de forma extremamente eficaz com a população.

Pelo visto, anteriormente, as discussões e o cuidado com a produção social de corpos que trabalham, a reposição de uma dada moralidade para a mulher e para a criança, a educação física do corpo, o tratamento eugênico do corpo e da mente, os cuidados com o lazer, com o morar a segurança moral da família asseguram a interiorização do sexo como matéria-prima fundamental à modelagem social dos corpos dóceis. (LENHARO, 1986, p.107).

As intervenções do Estado nas questões trabalhistas é um fato na política brasileira, assim como no governo Vargas essa prática persiste até os dias atuais. Essas intervenções, na maioria das vezes, ocorrem de maneira negativa e trazem grandes entraves para a classe trabalhadora. Pensando na pesquisa, essa intervenção do executivo na classe trabalhadora ocorreu durante a greve dos garis de 2014. Mais isso, não inviabiliza o surgimento de grupos de resistência e de origem popular em governos autoritários e em governos democráticos. Neste sentido, faz-se necessário uma breve análise desses movimentos populares.

2. 3 Ditadura e a construção de novos atores políticos

Nesse contexto de repressão em que passava o país e afetava a classe trabalhadora, os sindicatos sofreram duras perseguições. Para se analisar esse contexto social e político, trarei alguns autores que se debruçaram sobre a temática. Os mesmos trazem grandes contribuições para reflexão, no que se refere à classe trabalhadora e organização popular. Logo após o golpe, começam-se as perseguições aos líderes sindicais e nomeações de interventores que mantinham relações estreitas com o regime e também alguma relação de proximidade com a classe trabalhadora, ou seja, alguém capaz de transitar entre os dois segmentos. A ideia era ter os sindicatos como uma das bases de sustentação do regime. Para isso, eles nomeavam interventores e caçavam os militantes do Partido Comunista Brasileiro e também do Partido Trabalhista Brasileiro. A aproximação entre sindicalistas e o governo ditatorial ficou explícita logo após o golpe 64, com a conferência Nacional de dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia de Bem-Estar do Trabalhador, realizado no Rio de Janeiro. Em 64, momento do golpe, o Ministério do Trabalho tinha domínio das instituições sindicais e logo que se concretizou o golpe começou agir energicamente. “Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção de 433 entidades sindicais” (MATTOS, 2009, p.102). Muitos líderes sindicais que não estavam atrelados ao governo foram postos na clandestinidade e outros foram presos pelo regime. Se no intervalo entre o governo Vargas e

64 os trabalharas conseguiram um avanço mínimo com a política populista, pós golpe esses avanços retrocederam. Segundo Maria Hermínia Tavares (2008),

A coação policial, efetiva ou potencial, reforçou e deu maior eficácia à repressão burocrática- legal. Esta exercer-se pelo cumprimento de uma legislação trabalhista que, herdada dos anos da ditadura Vargas, cerceava a liberdade e a autonomia sindicais e consagrava múltiplos mecanismos de subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. (TAVARES, 2008, p.288).

É sabido que os militares contaram com a participação da classe empresarial não só para dar o golpe, mas também para manter o regime durante os 21 anos de existência. Por mais que se tente negar, era evidente a relação dos militares com o empresariado industrial e da imprensa brasileira. Isso fica bem elucidado na passagem abaixo.

A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifúndios e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. (MATTOS, 2009, p. 101).

Nesse período, o Brasil vivia sobre uma forte crise econômica e, para tentar saná-la, os militares adotaram como medida voltando sua vigilância para os sindicatos, apertando ainda mais os salários e controlando as lideranças sindicais. Essa crise foi estudada por Fiori,

No início da década de 60, colocou-se o desafio e a oportunidade de uma reforma do projeto, incluindo, além da industrialização, uma melhor distribuição de renda e da riqueza. Alternativa voltada pelos conservadores e implicada pelo golpe militar de 1964. Depois de uma breve interrupção liberal, entretanto, o novo regime autoritário retomou o caminho do desenvolvimento, agora com forte conotação antipopular. (FIORI, 2001, p.188).

Em relação à industrialização do período continuou concentrada na região sudeste, principalmente em São Paulo, tendo como carro chefe a liderança da indústria automotiva com apoio de capital internacional. A intervenção dos militares nos sindicatos se deu de forma efetiva e violenta por quase duas décadas. No entanto, os trabalhadores resistiram fortemente a essa intervenção militar, resistência essa que desembocou nas greves no ABC paulista. Nesse período da década de 1970 teve-se um grande aumento de trabalhadores sindicalizados no campo. Essa mudança se deu devido à forte atuação do regime nas instituições sindicais no meio urbano. Segundo Tavares,

Note-se a presença destacada dos trabalhadores organizados em sindicatos rurais, como daqueles setores de assalariados de classe média, que em virtude de proibição legal, não se reúnem em sindicatos oficiais, mas, em associações civis de funcionários públicos e, em parte, também, em associações parasindicais. (TAVARES, 2008, 286).

Essas greves foram um marco na luta de resistência dos trabalhadores brasileiros contra os patrões e também contra o regime. Segundo Tavares,

Na verdade, a expansão do contingente de sindicalizados, até 1978, não pode ser atribuída à existência de um movimento sindical ativo, combativo e capaz de proporcionar vantagens substanciais para seus seguidores. Ao contrário, em boa medida, aquela expansão ocorreu em período no qual não existiu movimento sindical, mas tão somente sindicatos cerceados, centralizados, enfraquecidos, forçados ao silêncio por sucessivos governos autoritários. (TAVARES, 2008, p. 287).

Foi em 1978 o início de uma das maiores greves na história do país, a qual foi responsável pelas mudanças significativas na política brasileira.

Desta forma, o novo sindicalismo em gestão opôs-se à política de fixação pelo governo dos reajustes anuais de salário e pregou a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação de organismos estatais. Para torná-la possível exigiu a volta ao direito irrestrito de greve e a liberdade e autonomia sindicais, cerceados pela legislação que impunha a tutela do ministério do trabalho entre as entidades de classes. (TAVARES, 2008, p. 292).

“Essa voz vinda do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), que representava um segmento expressivo da moderna classe operária brasileira [...]” (TAVARES, 2008, p.292). Esta greve foi o resultado de uma forte crise ocorrida na década de 70 que afetou a classe trabalhadora, gerando desemprego, baixos salários e alteração nos direitos mais básicos da categoria.

O apoio externo e a afluência dos capitais privados permitiram, manter juntos interesses econômicos e políticos heterogêneos, num movimento de fuga “fuga para à frente”, no qual a acumulação do capital e da riqueza privada ocorreu ao mesmo tempo em que crescia a polarização na destruição da riqueza e da renda entre as classes sociais (FIORI, 2001, p.188).

Assim o novo sindicalismo foi marcado,

O sopro renovador do novo sindicalismo não foi forte o suficiente para criar uma nova ordem, na qual o Estado não fosse força ativa e os sindicatos autônomos, democráticos e representativos pudessem-se afirmar-se no jogo livre de negociação coletiva. Todavia, marcou definitivamente o movimento sindical brasileiro com as imagens de um sindicalismo de participação de massas. Democráticos nos projetos e procedimentos. Para além de sua força simbólica abriu um espaço real de organização e livre contratação nas empresas. (TAVARES, 2008, p.311).

A partir do que foi desenvolvido, pode-se concluir que desde as primeiras organizações trabalhistas do início do século até o advento da ditadura militar, o desenvolvimento dos trabalhadores no Brasil deve ser entendido a partir de suas especificidades. Deve-se levar em consideração tanto o seu contexto interno, marcado pelas intensas intervenções do Estado e de seus dirigentes nas lutas sindicais e também pelas influências externas, visto que o traço da dependência do país à política e economia externa,

fez com que a conjuntura internacional tenha grande impacto sobre a vida da classe trabalhadora. Pode-se ainda inferir que quando o movimento passa a se estruturar internamente, tem-se o advento da ditadura militar que causa um grande impacto nas possibilidades de luta no país e possuem reverberação até os dias atuais. Como as instituições, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais de grande expressão não tinham espaço, surgem nas periferias de São Paulo grupos políticos ou como chamou Eder Sader (1988), novos atores políticos. Para pensar no surgimento de novos atores políticos é importante ter como base a sua obra. Lembrando que na época do estudo realizado por Eder, o Brasil estava imerso em um contexto de intensa repressão às mobilizações.

2.4 Movimentos populares no meio urbano e resistência pós-64.

O país estava imerso em uma ditadura empresarial e militar. De 64 a 85 o país viveu sob uma forte repressão, levando os partidos, sindicatos e qualquer grupo organizado politicamente contrário ao regime à extinção, principalmente o movimento operário sindicalizado. Para Ruth Cardoso (2008), nos anos 70 em meio a crise apareceu uma nova corrente de luta, qual seja, os movimentos populares que até então estavam completamente excluídos da participação política e da sociedade. A característica de lutas desses grupos minoritários era a luta pela igualdade e por demandas específicas. Segundo a autora,

Durante este período, instalaram-se regimes militares que, rompendo abruptamente com os sistemas políticos- democráticos, proscreveram todas as organizações ligadas às classes populares. Apesar deste contexto tão negativo de reorganização do Estado e da sociedade, passando o período de maior repressão assistimos a uma revitalização das manifestações da vontade popular. (CARDOSO, 2008, p.314).

A esquerda, a qual focava seus estudos sobre o sistema capitalista na relação entre burguesia e proletariado, não tinha como foco de análise os movimentos populares e periféricos. A partir do momento que os intelectuais passaram a se debruçar sobre as organizações populares na sociedade contemporânea, percebiam o surgimento de novas formas de lutas e resistência.

Discutiam como a luta de classe se desdobrava, no mundo contemporâneo, em lutas urbanas e como na fase atual do capitalismo, as manifestações libertárias (que a esquerda tinha tanta dificuldade em absorver) eram uma face do povo, que recusava a disciplina produtiva e reivindicava o direito a uma vida melhor. (CARDOSO, 2008, p.315).

Neste momento as ciências sociais, que até então, não se atentava para esse fenômeno, passou a abrir espaço para essa nova configuração de resistência. Para Cardoso

A discussão do tema da marginalidade social, em suas várias vertentes, propunha a imagem de sociedades divididas, onde a ruptura entre os excluídos do moderno

sistema capitalista e os nele integrados parecia indicar a presença de uma nova contradição estrutural, capaz de gerar um movimento transformador na periferia do mundo capitalista. (CARDOSO, 2008, p. 313).

Assim, novos fenômenos de resistência surgiam durante os tempos de repressão no Brasil. Foi dentro desse escopo que surgiram novos grupos de lutas que até então não tinham atuação no cenário político. “Apesar de manipuladas pelas elites, as camadas populares aparecem como capazes de definir objetivos e formas de luta condizentes com seus interesses” (CARDOSO, 2008, p.324). Esses grupos de resistência fragmentados emergiram das classes populares nos movimentos oriundos da periferia paulistana. Nessa perspectiva, Sader (1988) acredita que esta fragmentação diz respeito ao próprio contexto no qual estes movimentos aparecem, sendo um reflexo das próprias diferenciações oriundas da estrutura social. O que parece, contudo, fundamental para se entender os movimentos da época, é perceber que eles tinham como característica a autonomia de suas formas de organização, não havendo uma hierarquia ou algo que viesse a sintetizar essa manifestação. Segundo CARDOSO, “O que é apresentado como traço inovador da participação popular é sua espontaneidade e seu senso de justiça que garantem, ao mesmo tempo, sua independência de suas demandas decididas entre iguais”, (CARDOSO, 2008, p.307). Foi no contexto da década de 60, pós-regime autoritário em diante que alguns movimentos lograram êxito nas suas demandas, das lutas pelos direitos sociais, civis e políticos. Assim, pode-se dizer que essas organizações populares podem ser chamadas de novas formas de organização política.

Fazendo uma comparação com períodos anteriores, Sader avalia que no período de 1945 a 1960 o que se percebe é que estes movimentos tinham como dinâmica circunscrever as heterogeneidades em formas unificadoras de expressão, seja na expressão estatal getulista ou nas formas oriundas do Partido Comunista. Posterior a este período, nota-se que a heterogeneidade se estabelece como marca de expressão, mesmo que se possam estabelecer significados comuns perpassando pelos vários movimentos. “As classes populares estão atuando com um duplo jogo que pretende, ao mesmo tempo, lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas, diminuindo suas carências” (CARDOSO, 2008, p.330). Nessa perspectiva, no decorrer da pesquisa realizado por Sader mostra como foi surgindo a formação de sujeito coletivo decorrente de ações individuais e da prática política, posteriormente, passando a se reconhecer como sujeito coletivo observou também a atuação da igreja católica nesse processo, afirmando que na década de 70 em São Paulo, era forte e constante a presença da Igreja Católica e sua influência nos movimentos de contestação da época.

Os movimentos sociais tiveram de constituir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência. (SADER, 1988, p.199).

O autor, então, analisa minuciosamente por meio de trabalho empírico, quatro organizações surgidas no período em São Paulo: o clube das mães, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, o grupo de oposição metalúrgica de São Bernardo e das comissões de saúde da Zona Leste. Sader denota, para ilustrar um traço importante de mudança neste período, o surgimento do clube das mães, quando as mães da periferia tornam-se protagonistas do movimento: não mais um movimento coordenado pela caridade das mães da classe média, mas pelas próprias mulheres da periferia. Já que a iniciativa partiu de um grupo de mulheres de classe média católica que ensinava o trabalho artesanal nas paróquias e que, de certa forma, acabava direcionando o processo, as mães da periferia quando começaram a conduzir o trabalho deram outro caráter conotativo ao mesmo. Em um primeiro momento, as mulheres da periferia recebiam as instruções sem questionar o resultado de suas atividades, passando posteriormente a ter a liderança desse processo.

Um dos aspectos que se coloca a partir de então é a reivindicação contra a injustiça, encarada pela falta de recursos, e não mais a busca pelo assistencialismo. A emergência destas organizações surgidas pela própria base é um elemento característico, segundo o autor, dos anos 70. O papel da igreja foi decisivo neste novo começo, dava-lhe os conhecimentos necessários para estruturar este tipo de organização. Estimulava justamente este protagonismo, esta participação ativa das camadas de base. Vinculava-se neste período, em alguns setores da igreja católica, o cristianismo com a ideia de luta contra a injustiça causada pelo capitalismo, e a necessidade de solidariedade e injustiça social. Diversas motivações levavam as mães a frequentarem o clube, sendo a primeira o contato com a vizinhança, a segunda, uma alternativa para sair de uma rotina opressiva e a terceira a que ele denota como razões de ordem instrumental. Seguindo esse mesmo raciocínio, Cardoso mostra que,

As classes populares estão atuando com um duplo jogo que pretende, ao mesmo tempo, lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas, discriminando suas carências. Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão. O movimento das mulheres, dos negros, dos hippies ou dos homossexuais tem sua base na cooperação entre aqueles que real ou imaginariamente comparam os mesmos problemas. (CARDOSO, 2008, p.339).

Nos encontros na igreja o grupo era dividido em duas partes: o primeiro ligado a atividades práticas e o segundo a leitura de um trecho do Evangelho que levava a uma reflexão coletiva. Esta reflexão levava a percepção das injustiças cotidianas e a ideia de que

estas injustiças não devem ser encaradas como um aspecto natural, elas fazem parte de um coletivo. A partir destas reflexões, organizavam-se ações coletivas, frente ao poder público e também a organização de mutirões comunitários. Para Sader,

Com essa dinâmica, os clubes das mães constituem-se em espaços sociais em que as motivações de seus membros tornam-se pontos de partida para um redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica (na medida em que apresentam seus papéis de “donas de casa”) quanto de aspectos da vida política (na medida em que passam a pensar as carências de suas condições de vida como direitos que lhes estão sendo negados). (SADER, 1988, p.208).

Assim, surgiu outro movimento chamado Custo de Vida, o qual foi um desdobramento do Clube das Mães. O movimento surge da constatação do alto custo de vida e da dificuldade que isto acarreta. O movimento não conseguiu apoio ou comunicação direta com o poder público. Além disso, constatou-se um afastamento da direção e as bases, por se elencarem temas difíceis para a compreensão da base e não houve esforço necessário de tradução destes elementos. Deve-se ressaltar que uma das ferramentas de luta dos movimentos sociais era o abaixo assinado. Assim foi feito. Na época, esse grupo realizou um abaixo assinado com mais de 1.250.000 assinaturas para o poder público que não reconheceu o movimento.

Nesse contexto se insere novos grupos de resistência e um novo tipo de mobilização passa a surgir nesta época. Mobilização caracterizada por temas minuciosos e cotidianos. Muitas mães do clube diziam não querer discutir política. Mas, o que é interessante, é que ao se discutir e se mobilizar pelo alto custo de vida, já estavam discutindo política. Isso está ligado, entre outros aspectos, ao medo da repressão. Mas um aspecto importante que o autor destaca é que isso também mostrava a recusa das mediações políticas as quais, em muitos casos, fugiam à compreensão do grupo. Focava-se, logo, na resolução de coisas concretas, como a luta contra o aumento nos preços dos produtos alimentícios.

De uma experiência coletiva emergia uma nova ideia de política. Essa nova ideia não lhes veio já elaborada, e as elaborações até então instituídas não lhes serviam. A palavra “política” vinha carregada de conotações que elas rechaçavam. A nova ideia da política estava sendo criada (e a criação desse novo discurso era também a criação de novos sujeitos coletivos). (SADER, 1988, p. 221).

Um importante avanço ocorrido na perspectiva da organização destas mulheres diz respeito à desnaturalização de seus problemas cotidianos, que agora passam a ser entendidos como frutos de injustiças. E, contra estas injustiças, as mulheres transpõem seus papéis tradicionais e partem para a ação coletiva. Esses aspectos revelavam uma importante mudança nos movimentos sociais: não mais o clientelismo mais uma organização onde as mulheres da periferia passam a atuar como protagonistas.

Analisando a chapa de oposição que se formou no movimento metalúrgico de São Paulo, o autor também percebe uma importante mudança. Devido à intensa repressão vivida na época, o movimento também passa a incorporar em sua pauta a reivindicação de aspectos da luta cotidiana, que manifestam possibilidades concretas de mudança. Então questões como melhoria do almoço, do transporte para a fábrica dentre outros aspectos passam a ser ponto de pauta para essas lutas. Da mesma forma, as pequenas vitórias conseguidas, eram amplamente comemoradas como uma forma de real possibilidade de intervenção direta no âmbito da vida destes trabalhadores. Gera-se então uma nova forma de reivindicação que reestabelece a confiança entre este grupo de operários. “Entra-se neste contexto, a referência à fábrica como um lugar de lutas de classe; as condições fabris como premissas para a constituição de movimentos ativos que produzem ações significativas” (SADER, 1988, p.247).

O autor mostra que estas referências foram construídas historicamente. Elas se estabelecem em um momento de dificuldade e repressão de outras formas de organização fabril. Então, estes aspectos cotidianos passam a ser cruciais para a organização coletiva, aspectos que passam pela articulação de uma identidade de classe. Esse momento é perpassado pelas consequências pós Golpe militar de 64. O Golpe trouxe consigo uma desilusão e crítica da classe trabalhadora as organizações partidárias e sindicais. Os sindicatos pós-68 são marcados pelo corporativismo com o Estado. É neste contexto que o cotidiano da fábrica passa a ser nova arena de luta dos trabalhadores. A luta operária na fábrica passa a se constituir de uma nova modalidade de sujeitos políticos, tendo entre as motivações a greve geral: “O fim da política salarial, praticada desde 1965, foi a grande reivindicação explícita dos trabalhadores, cuja mobilização, em si, afirmava também o direito à greve e a autonomia dos sindicatos frente ao governo” (TAVARES, 2008, p.300). A organização dos trabalhadores pela base possibilitou, posteriormente, o fortalecimento do sindicato.

No momento em que a OSM-SP se consolidava enquanto expressão política dos metalúrgicos em luta, o desafio central que ela enfrentaria era o da vinculação entre a organização autônoma nas fábricas e a intervenção unificadora no sindicato. Era um velho tema, presente desde sua formação, mas agora reposto após a experiência das greves. (SADER, 1988, p. 258).

Um dos movimentos analisado pelo autor são as comissões de saúde, surgida pela conjugação dos sanitaristas e as mulheres já formadas pelas comunidades de base, o que lhes davam a ideia de reivindicação de direitos. As primeiras comissões se formaram em 1977. A partir da constatação da precariedade da saúde, com o sucateamento dos postos, a comissão procurou discutir o problema com os moradores e funcionários, formulando também um

abaixo assinado pedindo melhoria no posto de saúde e a possibilidade de participarem ativamente da gestão das unidades. “É neste momento que o movimento ganhou um caráter de massa, com visibilidade pública” (SADER, 1988, p.272).

O autor percebe que, conforme o movimento ia ganhando mais amplitude, uma contradição aparecia de forma cada vez mais latente. As pessoas iam se dividindo entre aquelas que buscavam as melhorias mais imediatas e aquelas que de fato queriam se colocar como sujeitos políticos, alterar seu papel na sociedade. A luta pela melhoria da saúde passava cada vez mais a uma ação política com a participação na gestão dos serviços públicos. Outro movimento analisado pelo autor é o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. Para Sader, este sindicato foi uma importante expressão de modificação destas esferas institucionais. “De uma entidade vazia, expressão da perda de funções do sindicato no início da década, ele se transformará numa agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos” (SADER, 1988, p.277).

Uma das características deste sindicato, que garantiu esta transição, foi à incorporação e o estímulo às múltiplas formas de reivindicação que ocorriam nas empresas. Assim o sindicato passou a ser uma referência para a categoria, que sentia suas lutas representadas. O resultado da incorporação das reivindicações básicas dos trabalhadores ficou evidente no I congresso dos Metalúrgicos, que culminou na eleição do torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva a presidente do sindicato em 1975. Esse foi um momento decisivo nesta nova guinada e em seu discurso de posse Lula define como prioritário o amplo trabalho de base, reconhecendo a necessidade de dar continuidade a micropolítica realizada nas dependências das fábricas como sustentação do sindicato. Com uma base forte o sindicato poderia decretar greve. “1978: onda grevista. A meia noite do dia 12 começou a greve dos metalúrgicos de todo ABC paulista. Diferentemente do ano anterior, não foi uma série de greves da fábrica, mas uma greve geral da categoria, centralizada no sindicato” (SADER, 1988, p.305).

No ano de 1979 a onda grevista atingia seu auge, mas a repressão também estava preparada para conter o movimento. Vários setores se mobilizaram para apoiar a greve, que passou a ser vista como um retrato da oposição contra o regime militar. A partir daquele momento o movimento passa a abarcar uma importante conotação política. Para concluir, o autor revela que os movimentos sociais surgidos nesse período trouxeram novidades no que diz respeito à elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social, além de uma nova forma de configuração das condições de classe.

Das experiências do autoritarismo e das experiências da auto-organização ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalização que escapa do controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada movimento. Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um, é reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia. (SADER, 1988, p. 311).

E continua Sader,

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso, acabaram alargando a própria noção de política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano. (SADER, 1988, p.312).

A esquerda brasileira tradicional tentava de alguma forma se reorganizar por meio da luta armada. Essa organização em muitos casos não se materializava por que suas bandeiras muitas vezes eram distante da vida do operariado comum. Segundo Sader,

É nesse quadro que as lutas fabris são assumidas como momentos de autoafirmação de grupos operários, que veem nelas o processo de sua constituição como sujeitos políticos. Mas essa atribuição de sentido não pode ser vista como se fosse o ato soberano de um sujeito racional. Ela se realiza no confronto entre diversos agentes- que atribuem significados diversos aos acontecimentos – e no fogo de situações concretas, onde tais significados ganham contornos imprevistos. (SADER, 1988, p. 250).

Para Sader isso foi um marco na história dos trabalhadores. “Da experiência das greves do fim da década- acontecimentos cruciais na elaboração que fizera de uma história, atribuindo-lhes um sentido de transformação social- ficou a ideia de que só com a luta conquistam seus direitos” (SADER, 1988, p. 312).

Apoiando-se nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da sociedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; fizeram da afirmativa da própria identidade um valor que a antecede cálculos racionais para a atenção de objetos concretos. (SADER, 1988, p.312)

Não obstante um regime ditatorial e uma fragmentação da esquerda em se organizar frente aos percalços relacionados aos trabalhadores e também à política, pós 1988 o Brasil passa por um aumento da política neoliberal atingindo diretamente os trabalhadores e também as instituições sindicais. Nesse sentido, é importante para a pesquisa elucidar um pouco sobre esses acontecimentos, pois os mesmos influenciaram os movimentos populares até os dias de hoje. Autores como Sader, Fiori e Boito Jr (1996) me possibilita pensar as organizações populares e conseqüentemente a organização dos garis da cidade do Rio de Janeiro, pois esses mesmos autores de alguma forma falam de organizações populares e seus modos de organização coletiva.

2.5 Neoliberalismo na década de 90 e a precarização do trabalho

A política neoliberal afetou a classe trabalhadora, levando a precarização do trabalho e um enfraquecimento do Estado e dos sindicatos. Essa política mantém influência e gerou impactos que afetam os dias de hoje e por isso elas são relevantes ao se tratar do tema dos garis. Dentro dessa perspectiva, os autores trabalhados abaixo, permitem entender esse processo. Boito Jr e José Luís Fiori analisaram esse cenário político neoliberal e as principais figuras que implementaram essa política no país. A política neoliberal vinha se desenhando na década de 70 em concomitância à globalização. Segundo Fiori,

Hoje, quase todos os analistas estão de acordo que as mudanças econômicas que estão na origem chamada globalização começaram no início da década de 1970. A globalização já teria, portanto, pelo menos trinta anos de idade e, até agora, os números disponíveis apontam numa direção contrária à hipótese de que seja universal, inclusiva e homogeneizadora. (FIORI, 2001, p.25).

Acreditava-se que a globalização viria para resolver os problemas sociais e políticos, o que de fato não ocorreu. “Em síntese, pelo menos nesses seus primeiros trinta anos de idade, a globalização não foi global e vem apresentando sinais evidentes de ser cada vez menos inclusiva e convergente, do ponto de vista das classes sociais das nações” (FIORI, 2001, p.27).

Um campo difícil de entender e organizar, mas mesmo assim é possível identificar pelo menos assim é possível identificar pelo menos quatro conotações fundamentais que acompanharam a palavra globalização no debate político- econômico da década de 1990, transformando-a no carro chefe do pensamento e das políticas neoliberais. (FIORI, 2001, p. 29).

A base defensora da política neoliberal brasileira argumentava que “[...] a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita, como único caminho de defesa dos interesses nacionais, num mundo onde já não existiriam mais as fronteiras nem as ideologias” (FIORI, 2001, 27). Para o autor essas mudanças já eram percebidas na década de 70, momento em que se têm avanços nas redes de computadores e telecomunicações, as quais influenciaram diretamente o mercado financeiro. A partir da leitura de Fiori, pode-se depreender que diferentemente dos argumentos neoliberais, essas mudanças não alteram de forma positiva as relações sociais no sistema capitalista. O sistema continuou predatório como antes. O modelo neoliberal provocou, então, a precarização de direitos trabalhistas, que afetaram diretamente o trabalhador. Essa política neoliberal, amplamente adotada por diversos países, gerou consequências negativas ampliando a precarização das camadas populares.

O novo liberalismo que, nas duas últimas décadas do século XX, se transformou numa arma de ataque, não apenas contra o protecionismo e a regulação econômica estatal, mas também contra o Welfare-State, uma das principais obras da democracia de massa da segunda metade do século XX. O Estado do bem estar – social, entretanto, é considerado pelos neoliberais apenas o produto de uma convivência perversa entre as “demandas excessivas” da população e a irresponsabilidade fiscal dos governantes. (FIORI, 2001, p.79).

Essa política foi adotada pelo primeiro governo eleito democraticamente pós-regime militar. “O programa de reformas neoliberais, foi implementado na década de 1990 de forma idêntica, em toda a América Latina e na maior parte dos países periféricos” (FIORI, 2001, p.206). São vários os estudos sobre o neoliberalismo no Brasil, mas é importante voltar na década de 70, momento este que essa política vinha se configurando e que se acreditava que a globalização traria benefícios para as nações, levando em consideração as mudanças tecnológicas informacionais no século XX. Segundo Fiori, os principais argumentos dos defensores da globalização foram,

A primeira ideia associada vulgarmente à palavra globalização é de que ela é um produto natural das forças de mercado; 2 A segunda conotação comumente associada à palavra é de que essa revolução tecnológica e a globalidade capitalista deram origem a uma “nova economia; 3 A terceira significado mais comum é de que a globalização é um processo universal, inclusivo e homogeneizador.4 Por fim, a globalização promoveria uma redução pacífica e positiva da soberania dos Estados nacionais (FIORI, 2001, p.30/29).

Nesse sentido, as consequências dessas medidas foram o desenvolvimento em altas taxas de juros, aumento do setor privado (riqueza), o qual foi adquirido principalmente por meios de rentismo, e por outro lado teve-se um entrave nas políticas sociais. O que estaria por trás do avanço da política neoliberal da década de 90? Segundo o autor, a política desenvolvimentista adotada pelo governo de abertura e desregulação para a transnacionalização radical.

Ela é um opção consciente de nossas elites que, desde o início dos anos 90, trocaram seu “desenvolvimentista” das décadas anteriores, por uma estratégia de abertura e desregulação econômica com visitas a uma transnacionalização radical dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras”. (FIORI, 2001, p.11).

Para o autor, a globalização financeira foi arquitetada de maneira hierarquia pelo eixo Anglo – Saxão e foi imposto aos outros países pela força do capital, pelo poder político, “Portanto, se a globalização financeira foi facilitada pelas novas tecnologias sua verdadeira direção e significado foi dado pelas opções estratégicas e econômicas de algumas poucas potências mundiais” (FIORI, 2001, p.33/34).

Foi na década de 1990 depois do fim da URSS e da Guerra Fria, como já dissemos que e no mundo começou a renegociar sua nova “geometria de poder”. Hoje, já é possível perceber as consequências e tendências completamente diferentes, nos

vários territórios geopolíticos no mundo, e ver com mais nitidez, quais são os Estados nacionais que estão desaparecendo ou abdicando efetivamente de sua soberania. (FIORI, 2001, p.39).

As consequências seriam, então, percebidas principalmente no setor de trabalho, o qual já não tinha centralidade na economia, deixando espaço para os setores de serviços. “No seu lugar estaria nascendo uma sociedade na qual as relações de classe seriam substituídas por redes horizontais e comunicativas cada vez mais extensas, envolvente e democráticos” (FIORI, 2001, p.14). Em relação a classe trabalhadora Fiori afirma que,

Tudo indica, portanto, que o trabalho ainda não perdeu sua centralidade e a classe operária não acabou, o que ocorreu nas últimas décadas do século XX foi, de fato, uma complexidade no mundo do trabalho e no desemprego. E, como consequência, uma inevitável dispersão dos interesses e da linguagem dos trabalhadores, o que vem dificultando a soldagem política dos seus diversos segmentos. (FIORI, 2001, p. 16).

Dentro dessa perspectiva, para Fiori, as ideias neoliberais tomaram ou ganharam espaço na academia na década de 1950, com trabalhos de Milton Friedman, principalmente na academia norte-americana. “Na década de 1970, surgiram teorias ainda mais radicais, que superaram Friedman na defesa do fundamentalismo neoclássico e da perfeição e eficácia dos mercados desregulados” (FIORI, 2001, p.59).

A etapa decisiva, entretanto, nesta evolução do neoliberalismo em direção à atual hegemonia mundial, ocorreu com sua passagem do campo acadêmico para o terreno da política. Isso aconteceu com a chegada ao poder, nos principais países capitalistas, das forças conservadoras a partir da vitória eleitoral da Sra. Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e do sr. Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, e do sr. Helmut Kohl, em 1982, na Alemanha. Como é óbvio, uma vez postos no governo, as teorias foram retraduzidos para o plano prático e se transformaram no programa universalmente conhecido e organizado em torno ao tripé: estabilização, desregulação e privatização. (FIORI, 2001, p.60).

A partir do exposto pode-se dizer que na década de 90 prosperou as ideias neoliberais, baseados na ideia de individualidade, dando atenção especial ao mercado e de certa forma aprovando as desigualdades sociais. Assim, essas políticas neoliberais impostas ao continente latino americano foram políticas que haviam sido concebidas na década de 70 do século XX, as quais propunham alterações no processo de desenvolvimento de países em desenvolvimento. Seus princípios eram “[...] menos Estados, fim das fronteiras, desregulação dos mercados, moedas fortes, privatizações, equilíbrio fiscal, competitividade global etc.” (FIORI, 2001, p. 75).

“Sobre isto ninguém tem dúvida: a ideologia econômica e política, que saiu vitoriosa da década de 1990 respondem pelo nome de neoliberalismo” (FIORI, 2001, 77). Esses países foram obrigados a passarem por reformas, econômicas, políticos e sociais para se adequar a

esse contexto neoliberalizante imposto pelas potências mundiais. “É neste capítulo que se inscrevem as principais reformas estruturais, ou institucionais, que acabaram sendo implementados na década de 1990 e que se propunham: a desregulação dos mercados financeiros e do trabalho; a privatização das empresas e dos serviços públicos” (FIORI, 2001, p.189). Ainda segundo Fiori,

Ao começar a década de 1990, a “era desenvolvimentista” chegou ao fim, ou foi interrompida, também no Brasil depois da adesão das elites econômicas e políticas, ao novo mito neoliberal da modernidade associada à utopia da globalização. Neste longo trajeto, a sociedade ficou cada vez mais desigual, mas o produto e a riqueza nacionais crescendo de forma continuada, realimentados periodicamente pelos ciclos de expansão do crédito, do investimento internacional e do desenvolvimento externo do país. (FIORI, 2001, p.189).

O impacto neoliberal deixou rastros negativos na política brasileira. Assim, o avanço neoliberal no Brasil pode ser entendido a partir das eleições diretas de 1990 e 1994. Os dois representantes máximos dessa política no Brasil foram Fernando Collor de Melo, eleito em 1990 e governou até 1992, ano em que foi deposto e Fernando Henrique Cardoso, também eleito pelo voto popular em 1995 que governou por dois mandatos, até 2003. “Em nome do mercado e da competitividade global, sucatearam o patrimônio público, desindustrializaram-se, destruíram empregos e direitos sociais, reduziram os salários e cortaram os gastos e investimentos públicos sem alcançar maior desenvolvimento, nem muito menos uma maior equidade social” (FIORI, 2001, p.93). Já nas campanhas dessas duas eleições percebiam que um novo modelo político passaria a operar no país em que a influência da mídia e das empresas ficava cada vez mais visível e se tornaria hegemônica durante os seus respectivos mandatos.

A despeito disso, consideramos que seria errôneo atribuir as vitórias das candidaturas neoliberais em 1989 e em 1994 apenas à manipulação do processo eleitoral. No entender, essas vitórias são um indicador de que estamos assistindo a um processo- mais amplo e mais complexo do que o próprio processo eleitoral- de constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais. (BOITO JR, 1996, p. 80).

Boito Jr define hegemonia na perspectiva de Gramsci:

Falamos de hegemonia no sentido de gramsciano: a conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em “cimento” de um novo bloco histórico. A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado e das empresas públicas, como o espaço desperdício, do burocratismo e dos privilégios, são ideias que ganharam a condição de verdadeiro “senso comum”, difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares. (BOITO JR, 1996, p. 80)

Nesta perspectiva, o neoliberalismo criou no país uma reconfiguração da política capitalista monopolista em que advoga o setor privado e é contra as políticas públicas mais básicas. Segundo Boito,

O tripé da plataforma política neoliberal, composto pelo aprofundamento da abertura da economia nacional ao capital imperialista; pela privatização de empresas e de serviços públicos e pela desregulamentação das relações de trabalho obteve aceitação junto a grande parte da população. O Brasil não chegou a constituir um Estado de bem-estar social, no sentido europeu do termo. “Apesar disso, os direitos sociais restritos, excludentes e precarizados que ainda existem são um alvo importante da ofensiva neoliberal”. (BOITO JR, 1996, p.80).

“Essa ofensiva neoliberal possibilitou a ampliação do capital privado nos setores chave, setores esses citados pelo autor. “Previdência, educação, saúde, transporte etc.”. Reduzir os investimentos em política social [...]” (BOITO JR. 1996, p.81). Para o autor a política neoliberal adotada na década de 90 é uma ideologia reacionária e de certa forma, ela rompeu com a política populista oriundas da década de 30. As características da política neoliberal, segundo Boito JR, são: choque com o Estado protecionista, fortalecimento do empresariado, enxugamento das políticas sociais e flexibilização das leis do trabalho. Segundo Fiori, já em 2001 se percebia o resultado dessa política excludente e elitista. “Os resultados de suas políticas hoje já são mais do que claros: [...] Deterioração das contas externas, concentração de riqueza e do controle dos mercados, redução da participação do salário na renda, aumento do desemprego e do subemprego” (FIORI, 2001, p.60).

Nesse contexto de política neoliberal, os sindicatos tiveram uma atuação de destaque nesse processo de reforço ao neoliberalismo, o qual prometia modernização das instituições públicas e também eliminar as trocas de favores que ocorriam no funcionalismo público. “É neste momento, mais do que em qualquer outro, que o neoliberalismo se transformou numa ideologia e numa política conservadora ou mesmo reacionária, ao legitimar uma verdadeira vingança do capital contra os trabalhadores, feita na forma do desmonte de sua legislação sindical e dos seus direitos sociais” (FIORI, 2001, p.79). O autor destaca que a participação dos sindicatos ocorreu de duas maneiras: uma parte atrelou-se aos candidatos neoliberais e outra parte tentou combater essa política no âmbito da macropolítica. Após a eleição de 1989, foi eleito como presidente Fernando Collor de Melo, que venceu o candidato partido dos trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. Nesse cenário político Boito JR destaca dois tipos de sindicatos. O primeiro é composto pelos conservadores oriundos dos sindicatos corporativistas, moderados e passivos frente às reivindicações dos trabalhadores e o segundo é a corrente reformista e revolucionária que busca transformar as condições de vida do

trabalhador. As pequenas organizações sindicais, após a vitória de Fernando Collor de Melo nas eleições de 1989, pequenos grupos de sindicatos e um ex-membro do Partido Comunista Brasileiro- PCB, fundou a Força Sindical, a qual tinha como líder Antônio Carlos Medeiros e os sindicatos chamado de pelegos. Estava estabelecida a aliança entre os pequenos sindicatos e uma adesão as propostas neoliberais. A Força Sindical passou a defender as ideias neoliberais e mantendo relação de proximidade com o governo. A Força Sindical passou a atuar de acordo com o governante, sem uma base ideológica neoliberal.

O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância Cutista que ameaça sua condição de diretores de sindicatos oficiais. Eles, ou melhor, eles estão neoliberais porque o governo é neoliberal. (BOITO JR, 1996, p. 83).

Um dos fatores que levou o autor a nomear a Força Sindical como um sindicato governista foi os acontecimentos da eleição de 1989, em que na disputa entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo o líder sindical da força só se posicionou no momento em que percebeu que Collor ia vencer as eleições. Essa talvez seja uma das razões de o autor não classificar a Força Sindical como sendo neoliberal de fato. Mas, a força foi responsável pela aproximação dos trabalhadores com a política neoliberal e com ideias neoliberais. Sua ideia era construir um sindicato, buscando resultados imediatos que seriam negociados com as empresas. Esse aspecto conservador gerou desigualdades “A consequência estrutural dessa opção política do “pacto conservador” não foi apenas uma enorme dispersão salarial e segmentação dos mercados de trabalho, foi também a formação de um quadro de desigualdade social crescente” (FIORI, 2001, p.197). A corrente contra hegemônica, segundo Boito JR, foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que fez oposição ao sindicalismo pelego. Mas até mesmo a CUT, ou melhor, algumas lideranças cutistas cederam em algum momento à política neoliberal. Isso contribuiu com uma aproximação dos trabalhadores filiados à CUT à ideologia neoliberal. A chegada de um governo neoliberal não alterou de forma definitiva a base política adotada pelos militares. Segundo Boito Jr,

O bloco no poder que controlava a política do Estado brasileiro durante os anos 80 não sofreu alteração significativa com a substituição de um governo de ditadura militar por um governo civil.- ele continuou dirigido pelas grandes empresas, nacionais e imperialistas, e tendo como frações subordinadas os proprietários de terra e a mídia burguesa nacional. A política de desenvolvimento que refletia os interesses da força dirigentes desse bloco no poder era uma política pró-imperialista, pró-monopolista e pró-latifundiária. (BOITO JR, 1996, p. 85).

O cenário político de 1989 a 1990 possibilitou que a CUT se estabelecesse como oposição a esses dois governos. Antes ela combatia o regime militar, agora passou a combater

o governo do General Figueiredo e o governo Sarney, governo civil, mas não eleito democraticamente. Nesta perspectiva, a Central Única dos Trabalhadores se consolidou como um sindicato que lutava contra um estado monopolista, imperialista, por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho. Para Boito JR, mesmo a CUT se propondo a fazer o que foi citado acima, ela não conseguiu romper com o corporativismo estatal enraizado nos sindicatos. Nas palavras do autor:

Os sindicatos, todos eles partem da estrutura sindical oficial, permaneceram entidades burocratizadas que, usufruindo das vantagens aparente da estrutura sindical (a arrecadação de fundos assegurada pelas taxas sindicais obrigatórias por força de lei e a representatividade outorgada pela unicidade sindical), seguiram dispensando a enraizamento junto às bases. (BOITO JR, p. 85).

Devido à estrutura sindical continuar sobre a tutela do Estado, o sindicato de “pelego” fez frente às greves, o qual fortaleceu o empresariado brasileiro, mas possibilitou a candidatura de um operário à Presidência da República.

Na política nacional, a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989, que levou a plataforma neoliberal ao poder e colocou a frente burguesa conservadora na ofensiva, não foi um acontecimento isolado. As eleições proporcionais e a composição do Congresso Nacional também reforçaram esses deslocamentos para a direita neoliberal na cena política brasileira. (BOITO JR, 1996, p. 89).

E continua,

O governo Figueiredo fora o governo do recuo tático organizado- a política de abertura, dita de transição democrática frente à luta democrática e popular. O governo Sarney, por sua vez, fora marcado por idas e vindas e, finalmente, pelo imobilismo. No final de década de 1980, a mudança na conjuntura política tornou aquela plataforma ofensiva irrealista, colocando na ordem do dia a necessidade de elaboração de uma tática defensiva para orientar o movimento sindical. Foi no processo de revisão de tal plataforma que a corrente Articulação Sindical acabou por implantar na CUT uma estratégia sindical nova que faz importantes concessões à ideologia e à política neoliberal. (BOITO JR, 1996, p. 91).

Para Boito Jr, o neoliberalismo ganhou espaço no sindicato neocorporativo. Nessa perspectiva, as reivindicações dos trabalhadores foram limitadas na medida em que essas demandas estavam de acordo com a hegemonia neoliberal. Pode-se dizer que o neoliberalismo foi abraçado pelo patronato e difundido por ele aos trabalhadores e muitos princípios universais, tais como direitos sociais e questões ligadas à cidadania não se concretizou, o que teve foi um aumentando das desigualdades do Estado. Neste sentido, o neoliberalismo passou a operar dentro das desigualdades existente entre os trabalhadores. Pois, no Estado brasileiro existe uma desigualdade de direito entre a classe trabalhadora, provocando privilégios. Esses privilégios ocorrem de maneira verticalizada, tendo no topo o trabalhador de classe média, passando pelo setor privado, pelo setor público, setor metalúrgico automotivo desembocando nos desempregados. Para o autor o Estado contribuiu com essa política neoliberal, quando os

sindicatos estavam atrelados a ele. “Além das condições que permitem o antiestatismo neoliberal apresenta-se com uma popular, há também o fato de que as classes trabalhadoras são afetadas de modo desigual pela política econômica neoliberal” (BOITO JR, 1996, p.103).

Boito JR conclui afirmando que,

A ideologia neoliberal só pode construir uma hegemonia regressiva. Por isso, essa ideologia penetra no meio popular através de recursos que, em muitos casos, contrariam seus próprios postulados- o sindicalismo corporativo de Estado, o sindicalismo neocorporativo, a crítica oportunista à desigualdade e ao privilégio, o discurso favorável à melhoria das condições de vida dos trabalhadores pelo jogo das forças de mercado. O caráter reacionário da política neoliberal e essas contradições ideológicas podem se explorados pelos socialistas para resistir ao impacto do neoliberalismo no meio popular. (BOITO JR, 1996, p. 103).

Assim, essa política neoliberal não contribuiu de forma positiva para o Brasil, “Não houve tal modernização, e mantiveram-se os velhos costumes conservadores, generalizando-se a corrupção em todos os níveis da administração pública sob o controle da coalização de poder liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira. PDSB” (FIORI, 2001, p,213). As consequências da política neoliberal no país foi devastadora “Fatiou o patrimônio público em grupos econômicos escolhidos a dedo pelos financistas tucanos, orientados pelo único objetivo de construir a nova base material e privado do seu projeto de poder” (FIORI, 2001, p.212). Segundo Fiori,

Depois de 1990, mas, sobretudo depois de 1994, os mercados foram abertos e desregulados, e o setor público foi privatizado velozmente em nome da “competitividade global”. O Estado foi desmontado, o funcionalismo foi reduzido, mas a submissão do Estado aos interesses privados e a proteção de alguns grupos econômicos relacionados não alteraram com a abertura comercial e a desregulação econômica. (FIORI, 2001, p.211).

Esse contexto neoliberal pelo qual vivia o país trouxe à tona diversos entraves à classe trabalhadora, porém, como já foi supracitado anteriormente, novas formas de lutas e novos atores emergem nesse cenário político em diversos frentes e situações, ampliando as disputas para além da fábrica. Nesse breve histórico feito da classe trabalhadora, percebe-se como bem lembra Lenharo, que forças do Estado atuaram de maneira incisiva para a sua desmobilização e conseqüentemente gerando entraves para as suas reivindicações. Assim foi o período do governo Vargas e posteriormente com os militares. Porém, no período militar a classe trabalhadora não institucionalizada pôde operar nas brechas deixadas pelo Estado e mobilizar pela base, base essa que na maioria das vezes aconteceram foram das instituições, logo a luta das trabalhadoras e trabalhadores se renova e se complexifica.

A partir do desenvolvimento destes dois capítulos, pode-se chegar a breve conclusão de que essa relação também denota uma nova ressignificação da tradição marxista. A partir da concepção tradicional, a luta na fábrica por si só levaria a um aperfeiçoamento do sistema. Por isso a luta deveria ser entendida como uma luta global, conduzida pelo partido operário. Isso não condiz com o contexto histórico da época estudada por Sader e com os grupos e atores que estavam na arena política. Na ação de reivindicação promovida pela Oposição Metalúrgica, o que se observa é a falta da organização das demandas a partir de um partido, que determinariam o significado e o lugar no qual estas demandas estariam circunscritas. No entanto, o que o autor analisa é que isto está relacionado ao contexto histórico, de desarticulação e desmoralização dos partidos e sindicatos a partir do Golpe Militar. O que se vê neste momento é a articulação destas pequenas lutas para se resgatar o sentimento de coletividade e de dignidade. Esta luta na fábrica é estimulada e direcionada para a formação de grupos autônomos a estas grandes esferas de organização, como o sindicato e o partido.

É nesse quadro que as lutas fabris são assumidas como momentos de autoafirmação de grupos operários, que veem nelas o processo de sua constituição como sujeitos políticos. Mas essa atribuição de sentido não pode ser vista como se fosse o ato soberano de um sujeito racional. Ela se realiza no confronto entre diversos agentes – que atribuem significados diversos aos acontecimentos, e no fogo de situações concretas, onde tais significados ganham contornos imprevistos. (SADER, 1988, p.253).

Estas lutas, então, podem ser entendidas primeiramente como oposição ao modelo capitalista, seu processo de trabalho, mas uma oposição focada na rotina fabril. Além disso, estas organizações que surgem aparecem também como uma possibilidade de oposição ao sindicato. A partir da intensificação das greves em 1978, a oposição sindical se fortalece e se coloca como porta vozes das reivindicações dos trabalhadores. Contudo, pouco tempo depois a velha direção sindical retomará o controle das negociações, denotando o momento e os desafios enfrentados por esta oposição e uma necessidade de institucionalização do movimento. Os grupos de fábrica passaram a atuar na semiclandestinidad, mas forçando os dirigentes das empresas a negociarem com o grupo, havendo um claro momento de transição entre a autonomia, representados pelo grupo, e a institucionalização.

Esta análise se baseará, justamente, nessa perspectiva trabalhada por Eder Sader, do surgimento de novas formas de organização para além das instituições sindicais. A pesquisa buscará entender a atuação dos trabalhadores de limpeza urbana a partir desse contexto de organização não institucionalizada. Neste sentido, a reflexão desenvolvida por Eder Sader será crucial para o entendimento dos acontecimentos ligados aos garis. É nesse contexto

neoliberal iniciado na década de 80 e consolidado na década de 90 que a classe trabalhadora brasileira passou a ter perdas significativas, tanto na forma de organização coletiva, como também em ganhos salariais. Neste sentido, pode-se inferir que nessa configuração, os grupos de trabalhadores circunscritos nesse contexto e sua ação política ocasionaram perdas significativas e certo enfraquecimento das forças sindicais. No entanto, sua posterior crise possibilitou a formação de novas configurações políticas. É neste contexto que pretendo desenvolver a organização política dos garis com o advento da greve de 2014.

3 CAPÍTULO 3: Construir resistência e fazer política: garis de luta e na luta por melhores condições de trabalho

O presente capítulo busca mostrar a história de luta dos garis da cidade do Rio de Janeiro, bem como sua organização de caráter popular e coletiva para reivindicarem seus direitos sociais e políticos. Assim, se fará uma breve descrição da história desse grupo de trabalhadores até a greve de 2014 e sua relação no contexto político atual. Como tentei mostrar no capítulo 1 e 2, ao longo da história política, em ditaduras ou democracias, movimentos populares se organizaram de forma micropolítica, visando buscar melhores condições de trabalho. Essa pesquisa foca nas possibilidades de organização que se dão para além de uma lógica neocorporativista, ou seja, possibilidades de organização que se formam para além do Estado e das instituições formais ou apenas no “chão de fábrica”, como no sindicato e partidos políticos. Assim, os garis da cidade do Rio de Janeiro podem ser vistos como atores que lutam por suas demandas mais básicas e, de certa forma, buscam se libertar de uma opressão, seja ela econômica, social ou política.

3.1 A limpeza urbana e a gênese da profissão de gari

É comum ouvir no dia a dia, principalmente nas classes populares, expressões que o trabalho dignifica o homem, sem indagar de que tipo de trabalho está se referindo. É sabido que desde a formação desse país o trabalho manual, precarizado⁴, ficou restrito e ainda continua sendo exercido pela população em situação de vulnerabilidade social. Isso está relacionado a uma desigualdade histórica no Brasil promovida pelo Estado e sua elite, nos quais determinados grupos estão predestinado ao fracasso de suas vidas. Em coletânea organizada por Jessé de Souza (2008) há a elucidação da questão da desigualdade, a ascensão social no país e a perpetuação dessa desigualdade.

Para começo de conversa, podemos perguntar-nos por que algumas pessoas “se dão bem” e outras simplesmente “se dão mal” no mercado de trabalho. Bem, o que normalmente quase todo mundo pensa sobre o sucesso e o fracasso nessa dimensão tão importante da vida é que isso depende da capacidade e do desempenho individual. (MACIEL & GRILLO, 2011, p. 241).

0 ⁴ “Aos nossos olhos, o precariado, isto, é o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de superpopulação relativa”(BRAGA, 2012, p. 18)

Dentro da perspectiva capitalista é difundida a ideia de que a ascensão social se dá por vias individuais, em outras palavras, via trabalho, por isso a valorização do trabalho nos meios populares é fruto de uma filosofia política do capital, em que se coloca no indivíduo a responsabilidade de sua ascensão social. No Brasil, percebe-se uma perpetuação das desigualdades e manutenção de privilégios de determinados segmentos sociais e esse privilégio faz parte também do universo profissional. “Como já se pode ver, a construção dessa desigualdade é sutil. As ocupações braçais, que dependem muito pouco ou, na maioria dos casos, quase nada do conhecimento de escola são estigmatizadas o tempo inteiro simplesmente porque podem ser feitas por qualquer pessoa” (MACIEL & GRILLO, 2011, p.258).

É nesse contexto de precarização da pessoa e do trabalho que nasce a profissão do gari na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, a história da profissão do gari faz parte da história da cidade do Rio e também está inserido dentro do contexto de mudanças passadas pelas metrópoles a partir do século XVIII. Assim, pode-se dizer que a história dos trabalhadores de limpeza urbana se confunde com o processo de urbanização das cidades, no entanto, ainda são poucos os registros da luta desses trabalhadores na literatura. AIZEN & PECHMAN(1986), romperam esse paradigma no Brasil ao escreverem o livro *Memória da Limpeza Urbana no Rio de Janeiro*. Para eles um dos grandes problemas relacionados à questão urbana é o destino que cada cidade dá ao seu lixo, já que nas civilizações antigas muitas já tinham conhecimentos e a preocupação com escoamento de esgoto, mas não havia preocupação com o lixo. “E a remoção do lixo foi um dos principais problemas enfrentados, uma vez que o sistema de canalização para água e esgoto desde muito era conhecido, assim com a iluminação e a pavimentação das ruas” (AIZEN & PECHMAN,1986, p.10). Nesse sentido, “O lixo, espalhado por toda a cidade, contribuía para a deterioração das condições higiênicas e era forte aliado à proliferação de epidemias que de quando em quando assolam a cidade” (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.11). Assim, cidades europeias como Londres e Paris tinham essa preocupação, criando leis para punir aqueles que jogassem lixo nas ruas, já se sabia que o lixo contribuía para a proliferação de várias doenças. “Cada cidade, cada país ao longo de sua história se defrontou com a problemática do lixo. Cada qual deu uma solução para o problema, de acordo com seus recursos econômicos e a vontade de resolver a questão”. (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.14). Com a cidade do Rio de Janeiro não foi muito diferente daquilo que ocorreu com as cidades europeias no que diz respeito ao lixo. Centralizando a ideia no Rio de Janeiro, percebe-se que o lixo também foi e é uma preocupação dos gestores,

mas persiste a invisibilidade do trabalhador que lida diretamente com os dejetos produzidos pela população, tanto na profissão, quanto no dia a dia, esses trabalhadores eram até a grande greve, invisíveis⁵ para a maioria da sociedade. Antes de adentrar na questão do trabalhador, farei uma breve observação da cidade do Rio de Janeiro e sua geografia.

De tal ordem foi importante a configuração geográfica do Rio- a disposição dos morros, a proliferação das lagoas, a presença de pântanos - que, quando três séculos depois da sua fundação, a cidade foi assolada por surtos epidêmicos, os estudiosos imediatamente se voltaram para o estudo de sua situação geográfica e a correlação com a saúde da população. (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.16).

Acreditava-se que as questões geográficas eram a causa dos problemas, mas, as condições de saneamento e descarte do lixo, contribuiu de forma significativa para tais eventos, posteriormente a questão da limpeza urbana passou a ser preocupação frequentes para os governantes.

Ainda no início do século XIX, com a chegada da família real, o problema se acentuou. Justamente por que ainda não havia política pública voltada para a limpeza urbana. Ruas sujas e epidemias se tornaram frequentes na cidade capital. Os escravos e prisioneiros eram responsáveis pelo descarte dos dejetos dos senhores, despejando-os no mar ou nas lagoas. Esses escravos eram conhecidos como os tigres⁶. Assim, a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX, estava “Suja, infectada, pouco civilizada, a urbe carioca experimentará, no entanto, com a vinda da família real significativos melhoramentos [...]” (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.32).

A profissão do gari nasce nesse contexto escravagista. Os trabalhadores ou pessoas responsáveis por esses serviços eram “Preto mina libertos e galés (condenados), subordinados à câmara, que era a responsável pela limpeza, eram a mão de obra mais comum usada para este serviço” (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.35). Os trabalhadores da limpeza urbana eram os escravos e prisioneiros, os quais foram retratados pelo pintor Debret. Em suas pinturas, pode-se observar que os africanos carregavam vasilhas na cabeça com os dejetos dos seus senhores, isso porque o serviço de limpeza urbana nessa época estava a cargo dos próprios moradores e não do poder público. Mas, depois que o serviço de limpeza passou a ser responsabilidade do poder público, não houve alteração nas condições de trabalho e no segmento social. Nessa época o poder público já criava mecanismo de punição para quem

⁵ “A invisibilidade pública é o resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculada à forma baixa do trabalho assalariado, desqualificado, alienado e alienante” (COSTA, 2008, p. 15).

⁶ Os tigres eram os responsáveis pelo transporte de lixo e dejetos, dos escravagistas, em barris sobre a cabeça. Para mais informações ver: Emílio Maciel Eingenheer (2009).

jogasse lixo e dejetos nas ruas, visto que se tinha conhecimento que o esgoto e o lixo quando não era dado um destino adequado, contribuiriam para aumento de várias doenças.

Assim como nos séculos XVI e XVIII, as primeiras posturas que conhecemos do século XIX são basicamente normativas, isto é, definem proibições e estabelecem sanções quanto ao despejo do lixo nas vias públicas. No entanto, mesmo algumas dessas posturas já se traduzem num arremedo do que seriam os serviços de limpeza pública no futuro. (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.34).

A partir do século XIX o poder público passou a contratar empresas particulares para fazer a limpeza das ruas, as casas continuavam sobre a responsabilidade dos proprietários. Ao contratar o serviço particular de limpeza, o poder público passou a especificar locais fixos para o destino do lixo e quem não cumprisse seria multado. Assim,

§ 3º A câmara determinará diferentes lugares próprios para neles se fizerem os depósitos de imundice? Os que as depositarem fora destes lugares, e enquanto eles não forem designados nas ruas e praças da cidade, e seus anabaldes, serão multados em 2\$ 000 rs.. Os amos serão reclusos na cadeia até o pagamento: esta reclusão não poderá exceder oito dias. (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.35:34).

O trabalho manual ficava sob a responsabilidade da população pobre e escravizada e o Estado buscava medidas para resolver a questão da limpeza urbana. A câmara solicitava a “libertação” dos prisioneiros para a execução deste serviço. Assim, “[...] A câmara recebe sugestão de ter a sua disposição um número suficiente de escravos e outros réus sentenciados a trabalhos públicos, que se acham recolhidos nas prisões, para serem empregados na limpeza de ruas e praças, sob a guarda de soldado” (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.36). As transformações só apareceram quando se contratou o francês Aleixo Gary para fazer a limpeza da cidade do Rio de Janeiro. Assim, foi publicado no diário oficial “A 10 de outubro de 1876, Aleixo Gary, assinava contrato com o Ministério dos Negócios do Império para a execução dos serviços de limpeza e irrigação da cidade” (AIZEN & PECHMAN 1986, p.52). A partir desse momento a cidade passou a ter melhoras significativas na limpeza urbana, durando 10 anos, tempo de contrato com Aleixo Gary. Com o fim do contrato com a empresa, Aleixo Gary & Cia, que até então era particular, a limpeza urbana passou a ser de responsabilidade da Inspetoria da Limpeza Pública e Particular, uma parceria entre o poder público e empresariado. Devido ao reconhecimento do serviço prestado pela empresa Aleixo Gary & Cia, foi nomeado como inspetor dessa nova empresa Luciano Gary, filho de Aleixo Gary. Segundo os autores, “Gary deixara marca na história da limpeza pública no Rio de Janeiro. Tão importante foi a situação desse empresário que os empregados encarregados pela limpeza, enfim os lixeiros passaram a ser chamados de Garis” (AIZEN & PECHMAN, 1986, p.93). Alguns problemas persistem na limpeza urbana, principalmente a grande despesa aos

cofres públicos e reclamações da população em relação a coleta e destino do lixo. Assim, essa parceria pública e privada acabou. A Inspetoria Geral de Limpeza Pública e Particular foi dissolvida. A prefeitura voltou a contratar outra empresa particular para executar o serviço, dessa vez foi a Mendonça e Cia. Com a persistência das reclamações e má qualidade na prestação de serviço, durante a gestão do prefeito Pereira Passos se criou a Superintendência voltada para a limpeza urbana. Desde o século XIX, o lixo vem preocupando os gestores e muitos governantes passaram a entender que o lixo deve ser visto como uma questão de saúde pública e social. Mas e o trabalhador que lida diretamente com o lixo? “Os operários da coleta ou garis, trabalhavam em 1917 cerca de 12 horas por dia, mas no final da década de 20, já eram protegidos com as 8 horas diárias. Realmente já era ocasião para uma regulamentação dos serviços do trabalhador – varredor, que sofre um grande desgaste físico pelo próprio ambiente e material com que lida” (AIEZEN & PECEMAN, 1986. p. 94). As péssimas condições de trabalho dos garis acabavam refletindo na sua imagem, e isso passou a incomodar os governantes, o que levou o prefeito Olímpio de Melo a disponibilizar uniformes para esses trabalhadores gratuitamente, pois com o baixo salário não conseguiriam comprá-los.

As mudanças na gestão da limpeza urbana foram passando por transformação de acordo com a troca de governo na capital federal. Assim, após o período da República Velha (1889-1930) a limpeza urbana deixou de ser responsabilidade do Prefeito e passa a esfera federal. “Até então, seja como Superintendência, seja como Diretoria, os serviços de limpeza urbana sempre estiveram subordinados ao Prefeito e posteriormente ao Interventor do Distrito Federal. Mas em 1935, pelo decreto 17, os serviços da Diretoria Geral passaram a integrar uma secretaria: a de Viação, Trabalho e Obras” (AIZEN & PECEMAN, 1986, p.108). Assim, a limpeza urbana vem passando por melhorias e também por crises, já que a verba destinada para essa finalidade era pequena. De 1940 até 1975, a responsabilidade pela limpeza urbana ficou a cargo do Departamento de Limpeza Urbana (D.U.L), posteriormente sendo criada a Companhia Estadual de Limpeza Urbana (CELURB) que teve pouca duração. Finalmente, em 1975 foi criada a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB).

As demandas dos trabalhadores quase não aparecem nas pautas de prioridades e muito menos na literatura relacionadas ao trabalho. É nesse prisma que foi criada a Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro em 1975. Segundo a empresa:

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb – é a maior organização de limpeza pública na América latina. Sociedade anônima de economia mista, tem a

Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária. Ela resulta da transformação da CELURB – Companhia Estadual de Limpeza Urbana, conforme os termos do Decreto-lei Nº 102 – de 15 de maio de 1975. Seu principal objetivo é a limpeza urbana no município do Rio de Janeiro, tendo como principais atribuições os serviços de coleta domiciliar, limpeza dos logradouros públicos, das areias das praias, de parques públicos, do mobiliário urbano, dos túneis, viadutos, e, em especial, a limpeza e higienização de hospitais municipais. Coleta e destinação adequada de todos os resíduos produzidos em unidades de saúde localizadas no município do Rio de Janeiro. Transferência, tratamento e disposição final do lixo⁷.

O primeiro concurso para o ingresso na companhia foi realizado na Central do Brasil e na época não era admitido mulher para o trabalho: “1975 teve o primeiro processo de seleção de gari com recrutamento feito na estação de trens Central do Brasil e uma prova de resistência física. Os homens eram abordados e convidados a trabalhar na Comlurb” (COMLURB, 2015, p.42). O concurso consistia em uma prova de resistência física, ou seja, um teste de trabalho manual. Ao longo desse tempo algumas transformações aconteceram na empresa, dentre elas o ingresso de mulheres, que ocorreu em 1986, 10 anos depois da fundação da empresa. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo de terceirização das frotas de coleta. Dentro do contexto da política neoliberal em, 1994, a empresa passou por uma remodelação com a terceirização, “A terceirização da frota operacional de serviços, máquinas e equipamentos, com o objetivo de racionalizar os custos da empresa, aumentar a produtividade e concentrar sua capacidade gerencial nas atividades-fim” (COMLURB, 2015, p. 56).

A Comlurb é uma empresa pública, tendo como acionista majoritária a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e tem participação do capital privado. Com relação às formas de contrato de trabalho, atualmente os garis ingressam na Comlurb por meio de concurso público, porém o regime de trabalho se dá pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Uma das reivindicações dos trabalhadores durante a greve era, justamente se tornarem funcionários estatutários. Assim encontramos no edital da empresa, “1.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas pelo regime da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT e pelo Plano de Carreiras, Cargos e Salários da COMLURB – PCCS, dentro do prazo de validade de um (um) ano, a contar da data da publicação da homologação dos resultados, podendo ser prorrogado por igual período”⁸. Esse edital, lançado após a greve de 2014, tinha como salário o valor de R\$ 1100,00, além dos benefícios conquistados pelos grevistas, como aumento no vale-refeição, adicional de 40% de insalubridade. O concurso se dispõe nas seguintes etapas: “1ª Etapa: Prova Objetiva de Língua Portuguesa – eliminatória e

⁷ Fonte: <http://www.rio.rj.gnjmov.br/web/comlurb/conheca-a-comlurb>. Acesso em: 11/04/2015

⁸ Fonte: <http://fs.esppconcursos.com.br/arquivos/b92d266eaabe99279fc02c889cd5244e.pdf>. Acesso em: 14/5/2015

classificatória. 2ª Etapa: Prova de Capacitação Física – eliminatória e classificatória: a) Flexão de cotovelos sobre solo; b) Flexão Abdominal; c) Teste de Shuttle Run; d) Corrida de 12 minutos”⁹. Não há mais a “prova de fogo”, a qual obrigava o candidato a trabalhar três dias na capina. Essa prova foi substituída pela prova de língua portuguesa, acrescentada a exigência da 5ª série do ensino fundamental com jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Em relação ao sindicato, o órgão que representa os garis é o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro (SIEMACO-Rio). Esse sindicato engloba três categorias de empresas: empresas particulares de coleta de lixo; empresas particulares de asseio e conservação; Comlurb - Cia Municipal de Limpeza Urbana. Na própria descrição do sindicato:

O SIEMACO RJ – Somos uma Entidade Sindical, fundada em 10 de Outubro de 1952, registrados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e há mais de 50 anos estamos comprometidos na defesa dos interesses da Categoria Profissional, conquistando avanços importantes para o bem-estar do trabalhador e de sua família. A primeira Sede se estabeleceu na Rua Leandro Martins – Centro/RJ e em 1986 graças ao fortalecimento da Categoria adquirimos uma Sede própria no Bairro da Tijuca, ampliando nossa estrutura da qual o trabalhador pode contar com: 13 Advogados (Trabalhista/Família/Previdenciária) – 8 Estagiários (Direito) e 14 funcionários (Administrativos e operacionais) prestando assistência à Categoria. Desde 1952 até os dias atuais a chama por dias melhores não se apaga e continuaremos sempre seguindo engajados nessa luta em favor do trabalhador de Asseio e Conservação [...] ¹⁰.

Em nota oficial na página Sindicato percebe-se que o mesmo tem uma estrutura equipada e plenamente capaz de representar os trabalhadores. Mas não foi isso que foi noticiado nos jornais durante a greve de 2014.

3.2 Descrição dos acontecimentos antes, durante e depois da greve dos garis de 2014

Do dia 1º ao dia 8 de março de 2014 a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o cenário de uma das mais emblemáticas lutas de trabalhadores, momento no qual os garis fizeram-se visíveis. A princípio pode-se dizer que era mais uma paralisação de grupo de trabalhadores, isso se seus protagonistas não fossem os garis, um dos segmentos mais desvalorizados pela sociedade, seja no que se refere ao salário ou no reconhecimento dessa profissão. Até então se tinha construído uma imagem do gari docilizado, sorridente, sempre alegre com a população, servindo de propaganda para o governo local, mas suas condições de trabalhos eram

⁹ Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/documents/91370/1017211/Edital_Gari2014_Final_121-12.pdf. Acesso em: 12/04/2016

¹⁰ Fonte: <http://asseiomrj.com.br/site/institucional/quem-somos.html>: Acesso em 14/5/2015

degradantes e no momento em que passou a reivindicar seus direitos, esse mesmo governo municipal foi o primeiro a desqualificá-los, os quais eram vistos apenas como portadores de deveres e não de direitos mais básicos já conquistados por outras categorias na sociedade.

Anunciada a intenção dos garis em fazer greve, para auferir melhores condições de trabalho, o sindicato e o empregador se anteciparam e fizeram um acordo, em 03 de março. Esse acordo, segundo afirmam os garis, foi bem aquém das pretensões da categoria. Os garis resolveram, então, deliberar pela greve e tiveram que fazê-lo sem a presença do sindicato, o qual já havia se posicionado sobre o tema. A partir daí o que se viu foi a utilização de todo o aparato estatal para destruir os trabalhadores, até o ponto de alguns deles terem sido chamados de “marginais e delinquentes” pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro. (SOUTO MAIOR, 2014).

No período de greve, a forma de organização dos trabalhadores, a articulação durante os oito dias, a cobertura da mídia alternativa e posteriormente a grande mídia, o posicionamento da prefeitura na figura do prefeito Eduardo Paes e o Tribunal Regional do Trabalho demonstraram o corporativismo sindical. Estas relações são vistas na pesquisa. Atrelado a isso, percebe-se o interesse, a articulação da prefeitura e da Comlurb, deixando os trabalhadores desprotegidos e acionando a justiça, que concedeu liminar em pleno sábado, afirmando que a greve dos garis era ilegal e multando em R\$ 25 mil reais os trabalhadores que não voltassem ao trabalho. Essa notícia foi publicada pela repórter Alana Gandra, da Agência Brasil, no dia 1º de março,

Em decisão anunciada na tarde deste sábado de carnaval 1º de março, a desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo, do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (TRT-RJ), declarou a “abusividade e ilegalidade” de qualquer movimento de paralisação dos garis vinculados à Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) A sentença destaca que o “movimento paredista” corre no curso da negociação do dissídio coletivo de 2014 da categoria. A juíza determinou a imediata suspensão do movimento, de forma a garantir o funcionamento dos serviços essenciais de coleta e disposição do lixo domiciliar e urbano, “sob pena de multa diária no caso de descumprimento”. A multa tem valor de R\$ 25 mil. (GANDRA, 2014).

Uma das hipóteses dessa pesquisa era que os trabalhadores haviam escolhido o carnaval para fazer a paralisação, momento em que a cidade do Rio de Janeiro recebe milhares de turistas brasileiros e estrangeiros que vão para rua curtir essa festa popular. Mas segundo um dos grevistas,

Na verdade foi uma coincidência, a verdade é que o gari sempre tentou parar no ano novo e no carnaval e por coincidência e nesse ano o nosso dissídio estava bem próximo ao carnaval e pela atitude desonesta do Sindicato de continuar fazendo negociata por baixo dos panos, passando por cima da categoria. O Sindicato já tinha acertado todo um acordo com a Comlurb e com a prefeitura que era totalmente distorcido do que o trabalhador tinha pedido em assembleia. (Entrevistado 3. 20 mai, 2015).

Apesar das alegações acima, não se pode negar que carnaval foi um momento oportuno para esses trabalhadores. A cidade ficou tomada pelo lixo espalhado pela rua, a mídia começou a pressionar o prefeito, o sindicato e a Comlurb, continuaram afirmando, que não havia greve. Segunda a jornalista Alana Gandra,

Em nota oficial divulgada hoje 1º de março, o vice-presidente do Sindicato de Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, Antônio Carlos da Silva, informou que “não há qualquer movimento de paralisação ou greve na cidade do Rio de Janeiro”. Segundo a nota, “os rumores de uma ameaça de paralisação vêm sendo alardeados por um grupo sem representatividade junto à categoria”. O sindicato reafirmou que segue negociando com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb). Também em nota, a prefeitura do Rio, por meio da Comlurb, reiterou a informação dada pelo sindicato de que “não existe greve de garis na cidade”. A companhia comunicou que se mantém em negociação com o sindicato da categoria, “como faz todos os anos no período do acordo coletivo”. (GANDRA, 2014).

Não reconhecer a greve desses trabalhadores pode ser relacionado ao fato de que os mesmos não são percebidos e reconhecidos nos meios trabalhistas, deixando transparecer que quando se executa um trabalho braçal não se tem reconhecimento da sociedade e traz consigo estigmas da escravidão vivida pelo país, como já foi mencionado ao se referir a profissão de gari.

Uma semana antes da greve, os trabalhadores reunidos em assembleia com o sindicato decidiram que não aceitariam a proposta de reajuste de 3% oferecida pela Comlurb e que queriam um reajuste de 40% em cima do salário de R\$ 803,00, mais benefícios como plano odontológico, reajuste no vale alimentação, pagamento de 100% nas horas extras, para quem trabalhar aos domingos e feriados, gratuidade nos cinemas e centros culturais, volta do triênio, participação nos lucros e resultados, participação nas eleições para o sindicato, melhorias nas suas condições de trabalho e auxílio-creche para ambos os sexos, acordo de resultados possibilitando um 14º e 15º salário e transformação dos trabalhadores em estatutários. Nessa assembleia foi decidido, com o apoio do sindicato, a decretação da greve para o dia 1º de março. Segundo um trabalhador que participou da assembleia,

A gente limpa a cidade, mas a sociedade ainda não sabe da importância do gari, o serviço do gari é de fundamental importância para a cidade. Então, no dia 28 de fevereiro em assembleia com o sindicato eu peguei o microfone e falei para a gente entrar em greve, íamos deixar a cidade feder. Nesse mesmo dia o Vice presidente, Antônio Carlos, apoiou a nossa greve. (Entrevistado 4. 19 jan, 2016).

Assim, no dia 1º de março os garis entraram em greve e saíram em passeata da Estação de trem Central do Brasil até à prefeitura cantando o refrão,

Os garis usaram a criatividade para protestar contra o prefeito Eduardo Paes (PMDB). Um grupo improvisou uma paródia do samba-enredo "Acelera, Tijuca!", da Unidos da Tijuca, escola campeã do Grupo Especial em 2014. "Acelera, Comlurb! / Eu quero ver / Esse lixo vai feder / A prefeitura / Não deu aumento, não / E esse lixo vai ficar / Todo no chão". (HANRRIKSON, 2014).

Segundo a Polícia Militar, cerca de 500 trabalhadores ocuparam a Avenida Presidente Vargas. A tropa de choque foi chamada e tentou interromper a manifestação dos trabalhadores, usando spray de pimenta e bala de borracha. Em entrevista ao Jornal *A Nova Democracia* o gari Célio Viana explicitou os motivos da greve e do ato:

O nosso ato foi pacífico, ordeiro a fim de chamar a atenção do prefeito, do secretário da casa civil para reconhecer que nós queremos negociar melhorias para nossa categoria, infelizmente e acho que já se tornou um vício que em todas as manifestações, seja de professores ou de qualquer categoria surgir lançamento de bombas e Sprays de pimenta. Nós estamos reivindicando o que é nosso de direito. Queremos um piso salarial de R\$1.200 reais, participação em resultados e que a categoria não venha sofrer represália por parte da prefeitura [...]. (A NOVA DEMOCRACIA, 2014).

Mesmo com todo aparato da tropa de choque mobilizada para reprimir os trabalhadores, os garis não se renderam e avançaram até a prefeitura. No primeiro momento a cobertura da greve foi feita pela mídia alternativa, Mídia Ninja e a Nova Democracia. Têm-se então um sindicato que voltou atrás e não aderiu a greve, tanto é que no terceiro dia esses trabalhadores foram convocados via mensagens e e-mails pelo sindicato para comparecer em suas gerências para voltar ao trabalho, ou seja, demonstração clara de que a instituição formal de representação dos garis não apoiava a greve. Vendo que o sindicato não estava seguindo o acordo realizado antes da greve, no dia 3 de março o comando de greve dos trabalhadores em assembleia convocada por eles e com convite enviado para a representação do sindicato, que não apareceu, elegeram uma comissão para representá-los e negociar com a prefeitura e a Comlurb, que até o dia 3 março afirmavam que a situação estava sob controle e que não havia greve. Segundo os trabalhadores, nesse mesmo dia eles receberam mensagens de demissão, mas, “Mesmo após ameaças de que se não voltássemos ao trabalho iríamos ter que enfrentar 1100 demissões por justa causa- quando 300 trabalhadores já haviam sido demitidos via SMS, - a categoria, em assembleia decidiu não recuar” (CÍRCULO LARANJA, 2015, p.1). Na tentativa de coletar o lixo acumulado pela cidade, a prefeitura contratou trabalhadores para realizar a limpeza, pagando R\$ 150,00 por dia de trabalho. Os grevistas alegaram que esses trabalhadores substitutos não passaram por treinamentos e nem estavam usando os equipamentos fundamentais para o trabalho, podendo ocorrer acidentes.

A cidade do Rio de Janeiro virou um caos, com toneladas de lixo amontoadas por toda parte, e a população reclamando do odor. Entre os lugares mais afetados estavam, Lapa,

Tijuca, Zona Sul e Centro da Cidade, locais estes, que foram escolhidos para as manifestações dos trabalhadores. Segundo reportagem de O Globo,

As montanhas de lixo podem ser vistas em vários pontos da Zona Sul, Lapa e região central da cidade. O entulho deixado pelos garis em greve está atrapalhando a vida de quem segue para o trabalho. A quantidade de detritos é tanta que, em alguns pontos, fica difícil andar pela calçada. Além disso, o mau cheiro também prejudica quem passa pelos locais. (AMORIM; LIMA, PAIVA).

O portal de notícia da UOL destacou o impacto da greve no bairro de Campo Grande na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Na rua Barcelos Domingos, em Campo Grande, uma montanha de lixo se formou em uma das poucas praças que existem na região. À frente da sujeira, a lojista Sirlei Zanetti de Lima, 51, diz que não adianta limpar a loja para tentar se livrar do cheiro insuportável que tomou conta da vizinhança. "Esse cheiro de azedo no ar espanta qualquer freguesia. Não estamos aguentando mais isso. Minha loja virou uma grande lixeira, porque o lixo da rua está vindo parar aqui dentro", reclama a empresária que atua no ramo de bolsas e acessórios no calçadão de Campo Grande. "Além disso, os clientes não suportam esse futum, eu estou tendo prejuízos. O pior é que, ao contrário dos clientes, eu não tenho como me esquivar de ficar perto dessa nojeira. Eu trabalho aqui, não tenho como fugir". (HANRRIKSON, 2014).

Nessa mesma reportagem o portal UOL traz trechos de uma carta dos garis feita para a população, explicando os motivos da paralisação.

Os manifestantes distribuem uma carta aberta à população do Rio que diz que a culpa da greve é do prefeito Eduardo Paes (PMDB), do presidente da Comlurb, Vinícius Roriz, e do Sindicato. "Os transtornos criados em função do acúmulo do lixo na cidade são de única e exclusiva responsabilidade do prefeito Eduardo Paes e do presidente da Comlurb que se negam a negociar e atender as nossas reivindicações. São eles que devem ser cobrados por toda essa situação. Nós só queremos dignidade em nosso trabalho", diz o texto. "Essa é nossa única motivação". (HANRRIKSON, 2014).

Um dos trabalhadores grevista relatou que *“Houve uma greve selvagem por parte dos trabalhadores, na verdade foi um acúmulo de descaso, de punições, da retirada de direitos, demissões e falta de representatividade. 2014 foi o ano em que o gari se libertou da senzala e foi lutar por direitos”* (Entrevistado 1. 7 set. 2015). O contexto que a cidade do Rio de Janeiro passou contribuiu para o sucesso dos garis. Foram as condições históricas que proporcionaram a emergências dos garis enquanto protagonistas de sua própria história. Nessa perspectiva, junho de 2013 foi crucial para o fortalecimento da categoria, pois muitos deles participaram das manifestações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Assim, Cocco e Pedrosa afirmam que,

O levante de junho 2013 foi a mobilização da nova composição do trabalho metropolitano. A luta pelos “vinte centavos” foi pelo direito à mobilidade. No capitalismo contemporâneo, o lugar de produção é a metrópole enquanto tal. O capital investe toda a vida, e a fábrica apenas é um momento específico de um processo de valorização difuso na sociedade. Por isso, junho impulsionou também

greves de novo tipo por todo o país, explicitando a inadequação entre as mobilizações sociais que elas corporificavam e os aparelhos sindicais. Estes quando não buscavam reduzir a potência das lutas (*caso do sindicato Estadual dos Profissionais de Educação [Sepe] diante da greve do ensino municipal do Rio de Janeiro*), trabalham por sua dissolução (caso do sindicato dos garis, sempre no Rio). Ainda em abril deste ano, os professores de São Paulo ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa aos gritos de “Não tem arrego!” brado que emergiu das lutas grevistas da educação municipal carioca. (COCCO & PEDROSA, 2015).

Foi apenas, quando a cidade estava tomada pelo lixo que a grande mídia passou a fazer a cobertura, mostrando as ruas amontoadas pelo lixo, com os moradores reclamando. Neste momento, passaram então a entrevistar o comando de greve, ouvindo suas reivindicações, já que o sindicato não estava apoiando a greve. Em reportagem o Jornal *O Estadão* fez um balanço da greve,

Deflagrada no sábado de Carnaval, 1.º, a greve dos garis da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) pode prejudicar o retorno às aulas nas escolas da rede municipal carioca, previsto para a próxima segunda-feira, 10. Isso porque os agentes de preparação de alimentos (conhecidos como APAs) são funcionários da Comlurb, e muitos deles aderiram à paralisação dos garis. Na manhã desta quinta, 6, cerca de 400 funcionários da Comlurb, entre garis e APAs, participaram de uma assembleia em frente à sede da empresa, na Tijuca, zona norte do Rio, e decidiram manter a greve. “Somos nós APAs quem preparamos a merenda dos alunos. E sem merenda, não tem aula”, disse ao Estado Leonardo Mendes, de 28 anos, um dos agentes de preparo de alimentos que aderiu à greve. A rede educacional da Prefeitura do Rio possui cerca de 1.500 escolas e creches e atende cerca de 675 mil alunos. (GOMES, 2014).

Mesmo com toda essa repercussão o sindicato continuou apoiando a Comlurb e a prefeitura e não os trabalhadores, mostrando o seu aparelhamento com essas instituições. Nesse contexto neoliberal, o sindicato não estava representando os interesses dos garis. Segundo depoimento de um dos grevistas há cerca de 30 anos que não se tem uma mudança na direção do sindicato e, quando se tinha eleições, até 2015, não abria espaço para os garis disputarem uma chapa de oposição. Esse sindicato representa os garis ingressos por concurso público e também os trabalhadores das empresas particulares da cidade do Rio de Janeiro. Segundo levantamento realizado para a pesquisa, os trabalhadores das empresas particulares de limpeza somam entre 90 e 100 mil trabalhadores, já os garis somam menos de 24 mil.

De onde vem essa força do grupo grevista? Ela está inserida em um contexto de opressão, sofrida desde a formação da profissão de gari agravadas pela precarização do trabalho e os acontecimentos de junho de 2013.

Junho de 2013, onde a população sai para a rua reivindicando os direitos como educação e saúde e nós enquanto trabalhadores, fazemos parte da cidade, temos filhos que necessitam dessas instalações [...]. Nós nos vimos comtemplados nessas manifestações e ali foi um grande aprendizado, se a população pode ir para rua reivindicar seus direitos, por que no nosso local de trabalho não podemos nos organizar e lutar pelos nossos direitos também. Junho foi um grande impulsionador

para que nós pudéssemos nos organizar e lutar por direitos que foi tirado pelo sindicato ao longo dos anos. Esse sindicato que não nos representam. (Entrevistado 2. 17, jul. 2015).

As *Jornadas de Junho* trouxeram para o cenário político pessoas que até então não haviam se despertado para os problemas pelo qual o país estava passando. Hoje, para pensar a política brasileira é preciso levar em consideração esse acontecimento de 2013. Em artigo publicado no Blog da Boitempo Ruy Braga diz que:

Com as *Jornadas de Junho* do ano passado, é muito provável que a onda grevista que percorre o país nos últimos anos tenha alcançado um novo recorde histórico. Caso esta expectativa seja confirmada pelos números, o país terá deixado para trás o declínio grevista das últimas duas décadas e o movimento sindical readquirido seu protagonismo político popular. (BRAGA, 2014).

Os garis da cidade do Rio de Janeiro estão dentro desse contexto, pois, em relatos, os trabalhadores grevistas identificam as *Jornadas de Junho* como marco para deflagração da greve de 2014. Ainda segundo Ruy Braga,

É difícil imaginar um grupo mais precarizado de trabalhadores. Karl Marx criou uma categoria para analisar esta parte da classe trabalhadora: a população “estagnada”. Ou seja, aquele grupo que, a um passo do pauperismo, encontra-se inserido em condições tão degradantes de trabalho que sua reprodução social decai para níveis subnormais. Pois bem, quais as chances desses trabalhadores atropelarem um sindicato governista, enfrentarem ameaças de demissão, resistirem à repressão policial, conquistarem a simpatia popular e derrotarem um governo municipal tão poderoso quanto o da cidade do Rio de Janeiro? Além da coragem pessoal e da disposição combativa demonstradas pelos garis, sua engenhosidade foi decisiva para a vitória do movimento. Instintivamente, os trabalhadores da limpeza urbana construíram o que poderíamos chamar de “política simbólica do trabalho”. Como superar obstáculos tão poderosos à automobilização? Apenas tornando público um problema tratado como se fosse de domínio privado os subalternos podem reequilibrar minimamente a balança. (BRAGA, 2014).

Nesta perspectiva, as *Jornadas de Junho* trouxeram à tona um desejo de mudança e de busca de melhorias, principalmente nos serviços básicos do Estado, como a saúde, educação, segurança e transporte. No entanto, para Freixo (2016) esse período de crise política em que o país passava foi também berço para o despertar de grupos de direita. Segundo, Freixo, “Em Junho de 2013, uma onda de gigantescas manifestações ocupou as ruas das principais cidades brasileiras, dando início a um ciclo de protestos que, em maior ou menor intensidade e com diferentes sentidos e conotações, ainda permanece no início de 2016 e parece longe de chegar ao fim” (FREIXO, 2016, p.9). Na sua gênese as *Jornadas de Junho* tiveram como base as mobilizações contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, arquitetada pelo Movimento Passe Livre (MPL). Posteriormente as manifestações foram acoplando diversos movimentos sociais, pessoas sem filiação partidária, a esquerda, a direita e a extrema direita. Esses grupos múltiplos deram motivações para diversas categorias. Para Freixo,

Neste sentido, o que teria levado, de fato, à eclosão dos protestos de junho teria sido essa articulação de movimentos jovens em torno de questões do transporte público nas grandes cidades somente após 13 de junho é que teria havido uma ampliação da pauta de reivindicações, tanto através da incorporação de outros setores aos movimentos, quanto a certa ação midiática. (FREIXO, 2016, p.13).

Em relação às estratégias adotadas com êxito durante a greve, “*Entendemos que as pessoas que tiram nossos direitos não moram na Zona Norte e Oeste. Eles moram na Zona Sul. Então, como nós poderíamos atingir eles? Precarizando a limpeza nos seus locais de moradia [...]*” (Entrevistado 1. 7, set. 2015). Essa estratégia de paralisar os bairros mais elitizados deu certo. Assim, a greve tomou uma proporção grande devido à quantidade de lixo exposto na zona sul e no Centro da cidade, visto que a atenção desse serviço é mais exigida pela população nesses bairros. Antes de estourar a greve, esses trabalhadores já estavam se organizando no que chamo aqui de micropolítica, conversando sobre os problemas, tais como a falta de Equipamento de Proteção Individual (EPIs), assédio moral, a falta de participação da categoria no sindicato, aumento de salários e conversas com os colegas da gerência. Essa micro organização tomou fôlego a partir do momento em que os garis passaram a ter acesso as redes sociais e celulares, os quais possibilitaram um contato maior entre os trabalhadores, passando a dialogar com garis de vários bairros da cidade. Antes da greve já havia uma insatisfação desses trabalhadores em relação a empresa. Contudo, era preciso esperar um momento oportuno para decretar a greve, já que existia um sindicato representante da categoria. Segundo os grevistas ouvidos para a pesquisa, durante os oito dias de greve, tiveram tentativas de acabar com o movimento, oferecendo cargos nas gerências para diretor adjunto, suplente e encarregado. Os meios de comunicação, digital e impresso, contribuíram para dar visibilidade às causas reivindicadas pelos trabalhadores de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro. Estava colocada ali uma greve emblemática na história desses trabalhadores. O Jornal do Brasil fez uma reportagem em que mostrava a ausência do sindicato na greve. O primeiro dia de greve teve pouca repercussão na mídia, mas o segundo dia, quando o lixo começou a aparecer e a incomodar os foliões no carnaval, os jornais, a televisão e o rádio passaram a fazer matérias sobre a greve. Assim, foi divulgado no Jornal do Brasil em matéria publicada no dia 2 de março:

Centenas de garis ocuparam a frente da prefeitura do Rio de Janeiro, no Centro, no final da manhã deste domingo de carnaval (2/3), para protestar mais uma vez contra o piso salarial da categoria, pagamentos não efetuados de horas extras, a falta de equipamentos adequados ao serviço e ainda pedir aumento dos valores dos tickets refeição. Devido à paralisação da categoria, as vias do Centro da cidade amanheceram com montanhas de lixo e os foliões que acompanharam os blocos de rua reclamavam do mau cheiro que tomou conta da região. (FREITAS, 2014).

Nessa reportagem, a jornalista Cláudia Freitas relatou que nesse mesmo dia estava acontecendo uma segunda manifestação dos garis em frente à prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Essa é a segunda manifestação em menos de 24 horas. O mesmo grupo de garis organizou neste sábado (1/3) um ato na Avenida Presidente Vargas, que acabou em confronto com a Polícia Militar nas proximidades do Sambódromo. A liderança do grupo reclama do Sindicato de Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, que havia convocado a greve e, à meia-noite da sexta-feira (28), porém, cancelou a paralisação sem, segundo eles, sem dar qualquer justificativa. (FREITAS, 2014).

Em nota, a Comlurb anunciava o processo de demissão, abonando as faltas dos trabalhadores que saíssem da greve. A empresa divulgou nota de esclarecimento na página oficial da instituição,

O acordo firmado entre a categoria e a Comlurb garante 9% de aumento salarial para os cerca de 15 mil garis da cidade. Assim, a partir de abril, um gari em início de carreira terá como piso salarial R\$ 874,79 mais 40% de adicional de insalubridade, totalizando um vencimento de R\$ 1.224,70. Além do aumento salarial, o acordo garantiu mais 1,68% dentro do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com progressão horizontal. (COMLURB, 2014).

Ainda segundo a nota, os trabalhadores iriam receber um aumento de 100% para horas de trabalho fora do seu expediente, domingos, feriados e folgas, plano odontológico, aumento do seguro de vida de R\$ 6.300 mil para R\$10 mil, aumento do vale alimentação e auxílio creche. A nota ressalta que “É importante lembrar que, nos últimos cinco anos, os garis tiveram 50% de ganho real em seus salários. Em termos absolutos, o ganho foi de 85%, o dobro dos 43% do salário mínimo nacional nesse mesmo período”¹¹. Embora essa nota afirme o acordo com o sindicato, a empresa anunciou o processo de demissões.

A Comlurb iniciou na manhã desta terça-feira, 4 de março de 2014, o processo de demissão de cerca de 300 funcionários que não compareceram ao trabalho para o turno das 19h de ontem, segunda-feira. A demissão está prevista na cláusula 65 do acordo firmado entre a companhia e o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro. Quem voltou ao trabalho terá os dias parados abonados. (COMLURB, 2015).

O movimento que reivindicava aumento de 40% de salário não aceitou essa proposta e marcou nova passeata para o mesmo dia. No dia 4 de março, em reportagem o Jornal do Brasil afirmava que a Comlurb demitiu os funcionários que não voltaram ao trabalho, isso fez com que aumentasse a adesão à greve. A reportagem trouxe análise de um jurista comentando o abuso cometido pela empresa ao demitir os trabalhadores:

¹¹ Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/comlurb/exibeconteudo?id=4623525>. Acesso em: 20/05/2015

O jurista Reginaldo Mathias, especializado em Direito Trabalhista, considerou “arbitrária” e “questionável” a decisão da Comlurb em demitir o grupo de garis dissidentes. “Apesar de não conhecer o processo, avalio que de uma forma geral essa medida é discutível e deve percorrer três ou quatro instancias do Tribunal Regional do Trabalho”. A greve é um direito do trabalhador e quando ela é contrária aos interesses da população deve sofrer punições sim, mas optar por demissões já é um ato extraordinário e muito radical. [...]. (JORNAL DO BRASIL, 2014).

Na entrevista, o advogado diz que provavelmente o juiz iria cancelar as demissões dos trabalhadores grevistas. Notava-se nesses dias a pressão da população carioca exigindo uma providência da prefeitura com relação ao lixo. No dia 5 de março, mesmo o sindicato assinando o fim da greve, os garis decidiram manter a paralisação que durou até o dia 8 de março, quando Eduardo Paes foi à TV Globo pela manhã e declarou que os trabalhadores não estavam em greve e o que estava acontecendo era um motim. Quando a repórter perguntou ao prefeito qual era a avaliação dele sobre a greve ele disse:

O primeiro é o impacto imenso que isso gera na cidade. Eu não chamaria isso de greve, tem um motim. Greve é uma coisa que o sindicato convoca depois de um processo de negociação. Tem que informar ao empregador com 72 horas de antecedências, mantendo os serviços essenciais funcionando [...], você tem um grupo de pessoas não identificadas que impedem outros garis de trabalharem, pois não se pode imaginar que necessita colocar um carro da polícia atrás de um caminhão para proteger os garis que querem trabalhar, isso não é coisa de gari, gari não faz esse tipo de violência contra gari. (TV GLOBO, 2014).

Segundo o prefeito, o que estava ocorrendo de fato era um motim¹² organizado por um grupo de pessoas não identificadas, por isso, não sabia com quem dialogar e que a crise era entre os grevistas e o sindicato. Nessa mesma entrevista o comando de greve entrou ao vivo e falou ao prefeito:

Para essa greve acabar ela necessita de diálogo. Um diálogo onde nós podemos ser ouvidos, [...], é bom deixar bem claro que esse movimento não tem ligação com partido político nenhum. Paralisamos para fazer uma reivindicação decente ao nosso sindicato. Infelizmente o nosso sindicato que já está ali há 30 anos vem se omitindo a reconhecer a nossa assembleia [...]. (TV GLOBO, 2014).

As reivindicações dos trabalhadores de limpeza urbana eram políticas, as quais buscavam melhorias para a categoria. Durante a entrevista o comando de greve ratificava sua autonomia em relação às instituições, mas, por outro lado, o prefeito dizia que a greve era política, pois um dos participantes, Célio Viana, tinha sido candidato a vereador pelo Partido Republicano (PR) nas eleições anteriores. Na entrevista, o prefeito tenta desmoralizar a greve, além de tentar jogar a população contra os garis. Ao ser indagado pela repórter se a prefeitura não teria um plano de emergência para essas ocasiões, Eduardo Paes responde que,

¹² “Revolta, rebelião de militares contra seus superiores”. XIMENES, Sergio. Minidicionário da Língua portuguesa. São Paulo. Ediouro, 2000.

Você não tem um plano de emergência em que têm marginais na rua coagindo gari e ameaçando gari. Tendo que botar um carro de polícia acompanhando um caminhão coletor de lixo [...], não há um plano de emergência para isso. [...] o que se tem é uma guerrilha, eles furaram pneus dos carros com garis que iam trabalhar, para prejudicar o carnaval. Esse é um movimento reivindicatório? Não parece [...]. (TV GLOBO, 2014).

A prefeitura durante a greve adotou um plano de contingência em que foram contratados trabalhadores para fazer a limpeza, com vencimentos R\$ 150 reais por dia trabalhado, mas, esse plano não supriu a necessidade da cidade, logo, o mesmo não funcionou como esperava. Segundo Cocco e Pedrosa,

A precarização desse plano de contingência chegou ao absurdo quando os próprios terceirizados protestaram diante do não pagamento das remunerações combinadas. E se trata apenas disso, pois, desde a grande greve de 2014 (quando os garis conseguiram levar sua remuneração salarial um pouco acima do mínimo legal), as redes de organização autônoma são objetos de uma sistemática política de repressão e chantagem, com centenas de demissões, tentativas de cooptação e outras perseguições dignas da tradição escravagista. (COCCO & PEDROSA, 2015).

Vendo que os trabalhadores não iriam acabar com a greve se suas reivindicações não fossem atendidas, na tarde do dia 8 de março em uma reunião com o chefe da casa civil Pedro Paulo, representantes do Tribunal Regional do Trabalho, presidente da Comlurb, presidente do sindicato e o comando de greve, o prefeito Eduardo Paes e a Comlurb concederam aumento de 37% aos trabalhadores. Os garis reivindicavam 40% de aumento, mas aceitaram 37% oferecido pela prefeitura. No dia 8 de março foi decretado o fim da greve da categoria. Esse pequeno relato mostra a relevância e a necessidade de se investigar os acontecimentos ocorridos na greve 2014, visto que evidencia diferentes posições entre o sindicato e a categoria e denota as possibilidades de novas articulações de luta desvinculadas das tradicionais instituições. No ano de 2014, esses trabalhadores tiveram aumento salarial de 37%, passando a receber o valor de R\$ 1.100 reais mensal, aumento de R\$ 297 reais, o vale alimentação passou de R\$ 12 reais para 20 reais e nas horas extras, que passou a ser de 100% nos feirados, folgas e domingos, mas as condições de trabalho continuaram as mesmas, basta visitar algumas gerências na zonal norte e oeste para verificar. Isso pode ser constatado no Relatório realizado pelos trabalhadores que tivemos acesso e coloco em anexo nesse trabalho.

3.3 Desdobramentos pós-greve e as articulações dos trabalhadores

Após o fim da greve, os participantes começaram a ser demitidos por justa causa, outros foram transferidos para lugares distantes de sua residência, dificultando a chegada no

horário, sendo esta uma estratégia utilizada para viabilizar a demissão por justa causa. Sobre esses itens o Juiz Souto Maior em 2015 escreveu que,

A Comlurb e a administração do Município da cidade do Rio de Janeiro de repente perceberam que, por uma “coincidência do destino”, os trabalhadores de lideraram a greve, que perdurou de 13 a 20 de março deste ano, tinham, todos eles, acumulado motivos em sua ficha corrida para serem dispensados por justa causa. (SOUTO MAIOR, 2015).

As demissões por justa causa dos participantes da greve de 2014 foram infundadas, já que durante o acordo pelo o fim da greve de 2014 ficou acordado que não haveria demissões ou quaisquer tipos de punições aos trabalhadores participantes da greve, mais isso não aconteceu e a Comlurb começou a demitir os trabalhadores por justa causa. Segundo Souto Maior,

Pela simples ausência ao trabalho, no caso da greve declarada ilegal e, assim mesmo, somente depois de transitada em julgado a decisão, o empregador, portanto, poderia, no máximo, efetuar o desconto dos salários, sendo que uma justa causa somente advirá pelo abandono do emprego, que exige um completo desinteresse pela continuidade no trabalho (Art. 482, da CLT), do que não se trata, evidentemente. (SOUTO MAIOR, 2015).

Findando a greve de 2014, grande parte dos trabalhadores se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 2015, os grevistas se dividiram em três grupos: uma parte desses trabalhadores continuou no PSOL, um grupo de mais de 40 trabalhadores deixou o partido e se filiou à Rede Sustentabilidade (REDE), um terceiro grupo se aproximou do Sindicato. Em 2015 ocorreram dois acontecimentos importantes para a categoria: o lançamento do *Jornal Círculo Laranja*¹³, do grupo ligado à Rede Sustentabilidade e o *Garis de Combate classista e pela base*¹⁴, panfleto lançado pelo grupo ligado ao PSOL. Após a criação do primeiro jornal da categoria (Círculo Laranja), os garis começaram a visitar as gerências para a sua distribuição aos trabalhadores. Em uma dessas visitas, um dos líderes foi preso ao tentar distribuir o jornal no Hospital Souza Aguiar. O Jornal O Dia noticiou o caso:

Um dos líderes do movimento que deflagrou a greve dos garis no último mês de março, Célio Viana, foi preso na manhã desta quarta-feira quando distribuía publicações contra a Comlurb no Hospital Municipal Souza Aguiar, no Centro do Rio. Viana afirma que permaneceu o tempo todo no estacionamento do hospital e foi abordado com truculência por um policial militar que o algemou e o levou para a 5ª DP (Centro). Mas, de acordo com a direção do hospital, o manifestante não apenas entrou no prédio, como também tentou acessar uma área exclusiva dos médicos. (MARTINS, 2015).

Na reportagem também aparece a versão do trabalhador:

¹³“O Círculo Laranja é uma iniciativa para que o gari, que já é protagonista da cidade no seu dia a dia, também seja protagonista na discussão da cidade que queremos”. *Jornal Círculo laranja*- ano 1n.1

¹⁴ Panfleto lançado no Facebook para mobilizar os garis. Traz informações sobre as lutas dos garis, que são exemplos para todos os trabalhadores, com suas vitoriosas greves, conquistando melhores condições de trabalho. Acesso: em 24/04/2016

O líder grevista nega as afirmações do hospital. Diz que foi abordado por um segurança que tentou impedi-lo de distribuir os jornais do movimento na área externa da unidade, no estacionamento. "Eu estava calmo, não me exaltei em nenhum momento, apenas estava distribuindo os jornais quando o segurança veio na minha direção e tentou me impedir de circular no estacionamento. Eu disse que não estava fazendo nada de errado. Que se trata de um prédio público", disse Viana. (MARTINS, 2015).

Fortalecidos depois da vitória histórica da última greve em 2014, os trabalhadores autônomos conseguiram participar das eleições do sindicato, mas não tiveram êxito, sendo vencidos pela chapa da gestão atual. O candidato eleito foi o até então vice presidente do presidente atual do sindicato. Já em 2015, os garis fizeram outra greve.

Em 2015, fruto de uma experiência vitoriosa com a greve de 2014 e de uma organização da categoria onde o debate político aparecia com frequência no dia a dia dos trabalhadores, possibilitando pela primeira vez inscrever uma chapa de oposição para disputar contra os pelegos que controlam o sindicato há 30 anos, não aceitamos a vergonhosa proposta de 3%! (CÍRCULO LARANJA, 2016).

No ano de 2015 o ganho salarial foi de 8%, mesmo com a proposta inicial da Comlurb de 3%. Dessa greve pode-se dizer que os trabalhadores saíram enfraquecidos no sentido organizacional,

Por pouco não fomos derrotados. Dessa vez houve uma disputa mais intensa entre os que queriam novamente uma greve autônoma e aqueles que queriam aparelhar com adesivos, camisetas, dividindo a categoria, enfraquecendo a organização autônoma dos piquetes e colocando fim à união que construímos em 2014. (CÍRCULO LARANJA, 2015).

Foi a partir desse momento que houve uma divisão do grupo. Mas essa separação não inviabiliza a luta desses trabalhadores que continuam fazendo o trabalho de base em suas gerências e também lutando para readmissão dos que foram demitidos por justa causa. Em 2015, em artigo, Jorge Souto Maior questionou as medidas inconstitucionais da empresa em relação às demissões por justa causa.

Desse modo, a atitude da Comlurb de levantar "faltas" cometidas pelos líderes da greve ao longo do percurso da sua vida profissional, de modo a conferir uma pretensa organicidade a atos isolados e episódicos, e atribuir gravidade, tomando-se como parâmetro o comportamento individual praticado em épocas de relações estabilizadas e de conflitos contidos, a atos praticados pelos trabalhadores na dinâmica de um conflito de greve, é juridicamente insustentável. Mais do que isso, constitui, em si, um ato ilícito, juridicamente punível, nas esferas administrativa, civil, trabalhista e penal, podendo implicar, inclusive, em perda da função pública, vez que baseada na criação de um disfarce para tentar obstar a compreensão de sua intenção punitiva, ao mesmo tempo em que é uma ofensa à inteligência média de todos aqueles que ainda se percebiam como seres humanos. (SOUTOR MAIOR, 2015).

A atitude de demitir os trabalhadores por justa causa pode se configurar como perseguição política. Os trabalhadores entraram com ação para serem readmitidos, mas até o momento poucos conseguiram ter seu trabalho de volta.

Em nota pública a Comlurb tentou justificar as dispensas com outras dispensas, como se tal procedimento de conduzir pessoas ao desemprego fosse o seu papel institucional e estivesse na mais perfeita correspondência com a ordem jurídica. A sua defesa é baseada no argumento de “Desliga empregados com base na legislação trabalhista e por critérios de avaliação próprios”, acrescentando que: “ Em 2015, tivemos até o dia 10 de abril 115 desligamentos, sendo 41 por justa causa, destes 10 eram cargos de confiança, 33 a pedido e 19 por falecimento”. Estas novas demissões seguem esses critérios, sejam por justa causa ou por baixo desempenho. (SOUTO MAIOR, 2015).

Ainda segundo Souto Maior,

No entanto, do ponto de vista jurídico as coisas não são bem assim, na medida em que as empresas, sobretudo públicas, devem cumprir uma função social e as dispensas coletivas de trabalhadores, por ato unilateral do empregador, estão vetadas em nosso ordenamento, conforme reiteradas decisões da justiça do trabalho [...]. Oportuno lembrar que a Convenção 98 da OIT, ratificada pelo Brasil, dispõe que “os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego [...]”. (SOUTO MAIOR, 2015).

Como foi escrito por Souto Maior essas demissões não tiveram base legal. Prova disso é que os demitidos estão sendo readmitidos via justiça. Ou seja, o Ministério Regional do Trabalho está dando ganho de causa para os trabalhadores e a Comlurb está sendo obrigado a recolocá-los em seu quadro de funcionários. Até o momento, cerca de 15 garis já tiveram seus empregos de volta, mas a maioria está aguardando os processos serem julgados no Ministério Regional do Trabalho. Percebemos que o movimento dos garis vem se fortalecendo e a cada dia estabelecendo parcerias importantes com movimentos sociais, tais como, a Universidade Nômade¹⁵, instituições sindicais, movimentos sociais. Para além, há a criação de grupos nas redes sociais, a realização de assembleias nos Arcos da Lapa, Parque de Madureira, Campo Grande e em praças públicas, fortificando o engajamento desses trabalhadores.

Assim, pode-se inferir que os garis da cidade Rio de Janeiro buscam um novo caminho de luta e que eles também acreditam que podem ocorrer pela via sindical. Importante identificar que o fortalecimento da mobilização da categoria ocorreu pelas vias fora do contexto sindical, mas que, após esse fortalecimento, se incluiu também como estratégia de

¹⁵ “A rede Universidade Nômade é uma rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibulares populares, blogues, e pontos em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas. É também um estilo de militância, baseado nos conceitos de multidão, enxame, êxodo e produção do comum, que se organiza e nomadiza de um modo autônomo, independentemente de um centro orgânico, uma “sede” ou qualquer tipo de organização rígida de princípios, membros ou diretivas”. Fonte: <http://uninomade.net/quem-somos/>. Acesso em 11/62016

luta a mobilização dos trabalhadores para conseguirem a direção do sindicato. Essas articulações e mobilizações podem ser percebidas a partir do momento que eles montaram uma chapa para disputar as eleições em 2015. Outro aspecto que teve relevância foi as possibilidades de articulação pela via partidária. O que se percebeu neste processo é que muitos grevistas se filiaram a partidos políticos. Sendo assim, pode-se depreender que o afastamento da via institucional de mobilização gerou novas e múltiplas estratégias que fortaleceram o gari enquanto sujeito político, mas, que fortalecida esta perspectiva, eles buscam retomar as vias institucionais com outra postura. Pode-se avaliar, então, que esses trabalhadores ainda acreditam nas instituições, por isso, buscam vias institucionais como forma de integração ao sistema. 2014 foi o ano em que a categoria passou a ter visibilidade para a população carioca e para o Brasil. Nesse sentido a greve veio dar projeção e reconhecimento enquanto trabalhadores profissionais.

Ao se analisar os documentos disponibilizados na página oficial do sindicato da categoria percebe-se que a presidência costuma ficar no poder por muitos anos o que leva a crer que existe um monopólio na direção e gestão do sindicato, um presidente que ficou no cargo do ano 2000 até o ano 2015, momento este em que os grevistas conseguiram convocar eleições e participar do processo, porém não tiveram êxito e o presidente elegeu seu vice a presidência configurando assim, a continuidade da gestão anterior. A presidência anterior ao ano 2000 ficou no cargo por nove anos. Uma das reclamações dos grevistas era que a gestão atual do sindicato está na direção há 24 anos, e nesse tempo as reivindicações desses trabalhadores não foram atendidas. Foi possível verificar o tempo de mandato de cada presidente consultado à página oficial do sindicato na parte de convenções. Segundo a página, a formação atual conta com a participação de, “Diretoria- Efetiva, Presidente- Antônio Carlos da Silva; Vice –presidente –Gilberto Cesar de Alencar; Secretário -Geral – Fátima Maria dos Santos Conceição Orbel; 1º Secretário-Jorge dos Santos; 2º Secretário – Celina da Cruz Gonçalves; 1º Tesoureiro –Olímpio de Barros de Sá; 2º Tesoureiro –Luciano David de Araújo; Departamento Social e Patrimônio -Marcos Antônio Ferreira; Procurador – Manuel Martins Meireles¹⁶”. Ao se analisar os nomes dessa gestão percebe-se que muitos deles ocupam cargos no sindicato desde o ano de 1989, vindo a confirmar as denúncias dos trabalhadores em afirmar o não respeito ao processo democrático nas eleições. As mudanças nessa perspectiva começaram a partir do ano de 2014, momento este em que os garis passaram a se organizar pela base, não no chão de fábrica, mas nas praças e parques e em

¹⁶ Fonte <http://asseiomrj.com.br/site/institucional/diretoria.html>. Acesso em: 6/5/2016

organizações de movimentos sociais. A organização dos garis atualmente conta com páginas no facebook, em que são divulgadas denúncias de abusos de poder, assédio moral, reuniões e acontecimentos relacionados à limpeza urbana e discussão de política para melhoria da categoria. Assim, pode-se dizer que as redes sociais funcionam como espaço de mobilização da categoria.

Em pesquisas recentes Geovanni Alves se debruçou sobre esse contexto em que passam os trabalhadores e os sindicatos no Brasil, “No decorrer da década passada, por trás dessa crise do sindicalismo de classe, existia a crise do partido de classe”. (ALVES, 2006, p.462). Nessa perspectiva, os sindicatos de esquerda, nesse período, perderam suas forças na busca de melhorias para os trabalhadores. Ao analisar o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, SIEMACO, observa-se que ele se configura como uma instituição patronal, ou seja, um sindicato a serviço da Comlurb e da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

O Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação não passou por uma crise de representação, pois o mesmo segue a lógica capitalista. Visto que essa instituição não traz consigo uma história de luta e reivindicação de melhorias para categoria, assim pode-se dizer que esse sindicato é um sindicato de dissídio, aparece uma vez por ano na época do dissídio e geralmente não atende as reivindicações dos trabalhadores, e sim da empresa. Ao ser perguntado pela participação do sindicato na vida do trabalhar ele respondeu que,

Nem tudo o Sindicato é favorável. Acho que ele se dobra muito facilmente as questões políticas e não atendem as reivindicações dos trabalhadores. É como se eles se vendessem, como já foi o caso no passado de ganharem presentes para fazer acordo ao jeito deles. (Entrevistado 6. 20. ago, 2016).

Ao estudar os sindicatos, Alves (2006) afirma que “Constrangido pela constituição exacerbada de um novo e precário mundo trabalho, o sindicalismo submeteu-se à lógica da empresa, perdendo a perspectiva da classe. Deixou-se de lado, sob pressão do capital, os movimentos sindicais de caráter geral e adotou-se o sindicalismo por empresa” (ALVES, 2006, p.465). Percebe-se que o sindicato dos garis está imerso em uma burocratização patronal e corporativista. “Essa nova cultura neocorporativa é não apenas expressão de uma crise do sindicalismo, mas explicita o surgimento de um sindicalismo da crise, uma forma de prática política e cultura sindical incapaz de ir além da lógica do capital” (ALVES, 2006, p. 465).

Em decorrência da crise do sindicalismo, que possui um componente estrutural (os limites do sindicalismo diante da nova lógica de acumulação capitalista), a

capacidade de agitação sindical no sentido de sua inserção nas lutas sociais tornou-se bastante exígua (o próprio viés neocorporativo contribuiu para seu isolamento relativo dos problemas prementes do mundo do trabalho). Os sindicatos parecem incapazes de representar, não apenas em virtude de problemas burocráticos organizativos (ainda bastante verticalizados), mas principalmente político-ideológicos, *o novo (e precário) mundo do trabalho* surge com a mundialização do capital. (ALVES, 2006, p. 474).

Percebe-se que, não tendo um sindicato representativo, os garis foram em certa medida, forçados a se mobilizarem e essas mobilizações ganharam força a partir do entendimento, enquanto trabalhador explorado de que poderia se tornar um sujeito político e histórico. Na introdução do livro de Eder Sader (1988), Marilena Chauí traz uma reflexão do surgimento desses sujeitos políticos nos meios populares.

Antes de mais nada, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado das duas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monódica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações, postas como objetos domináveis pelo intelecto. O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior dos indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se. Em terceiro lugar, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operária como centro, vetor e telos das ações sócio políticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora. (SADER, 1988, p. 10).

Um fato importante na luta dos garis é que depois da grande greve de 2014 eles passaram a se organizar em praças públicas e espaços cedidos por movimentos sociais, dentre esses espaços o sindicato, Sindsprev/rj¹⁷. Essas ações, que a princípio poderiam ser realizadas nas dependências do sindicato da categoria lá não ocorrem. Disso, pode-se depreender que não existe uma base sindical, já que os trabalhadores não usam a suas dependências para reuniões e nem são mobilizados para tal.

A repercussão da greve de 2014 se espalhou para outros estados e países, assim, outras cidades do Brasil seguiram o movimento iniciado na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 2014, o Sociólogo Ruy Braga, ao analisar a greve dos garis da Cidade do Rio de Janeiro, já apontava para o que viria a acontecer posteriormente. “Depois do Carnaval deste ano, alguém duvida que as lições trazidas por esta greve irão libertar muitos outros trabalhadores precarizados do cárcere da apatia política e da invisibilidade social?¹⁸”. Outras greves apareceram em outras cidades tais como Curitiba, Salvador, São Paulo e Grande ABC. Em

¹⁷ SINDSPREV/RJ - Sindicato dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸ Fonte: <http://blogconvergencia.org/?p=2173>. Acesso em: 25/05/2016

2014, foi noticiado no Jornal Folha de São Paulo a Greve dos garis do Grande ABC. “Cerca de 2.500 garis e coletores das seis cidades do ABC, região com cerca de 2,5 milhões de habitantes da Grande São Paulo, estão em greve há quatro dias”¹⁹. Essa greve ocorreu um mês após a greve dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro. Em entrevista à Folha de São Paulo, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços e de Asseio e Conservação de Limpeza Urbana de São Paulo- SIEMACO-SP disse que: “A gente está esperando a resposta da Selur²⁰. Se eles demorarem dois dias ou anos para responder, nós ficaremos dois anos parados”. A limpeza urbana da cidade do Estado de São Paulo é terceirizada e cada cidade tem um sindicato que representa seus trabalhadores, Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo (SELUR). No entanto, existe, para além desses sindicatos locais, um sindicato geral que representa todos esses sindicatos. Quando os trabalhadores de limpeza urbana de uma cidade entram em greve, esse sindicato local negocia não com as prefeituras, mas com esse sindicato geral que representa junto à prefeitura.

O SELUR – Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo, foi criado no ano de 1992. Cristalizava-se ali o esforço das empresas de limpeza urbana no propósito de instituírem uma entidade capaz de executar a representação da categoria econômica como também de responder aos desafios enfrentados por um setor de relevante importância estratégica quanto às questões de natureza social, ambiental, econômica e de saúde pública de relevante importância estratégica quanto às questões de natureza social, ambiental, econômica e de saúde pública ²¹.

Em São Paulo, ocorreram greves no Grande ABC, muito influenciada pelas greves cariocas. Aconteceram paralisações também no estado do Paraná, na cidade de Curitiba, que também tem a limpeza urbana terceirizada, além de Vitória/ES e Salvador/ BA. O fato que chamou atenção nessas greves foi que os sindicatos estavam atuando junto à categoria, mesmo sendo trabalhadores de uma empresa terceirizada, diferente da cidade do Rio de Janeiro, onde os trabalhadores são funcionários públicos e o sindicato não agiu de forma atuante como nos outros estados. Em 2015 os trabalhadores da Limpeza Urbana do estado de São Paulo repetiram o mesmo feito de 2014 com maior participação da categoria. Segundo o Jornal O Estadão de São Paulo,

A greve dos coletores de lixo, que atinge cerca de 130 cidades no Estado de São Paulo, chega ao nono dia nesta terça-feira, 31, data em que a Justiça marcou uma

¹⁹ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1435050-garis-fazem-greve-em-seis-cidades-da-regiao-do-abc-em-sp.shtml>. Acesso em: 13/05/2016

²⁰ O SELUR – Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo, foi criado no ano de 1992. Cristalizava-se ali o esforço das empresas de limpeza urbana no propósito de instituírem uma entidade capaz de executar a representação da categoria econômica como também de responder aos desafios enfrentados por um setor

²¹ Fonte: <http://www.selur.com.br/institucional/>. Acesso em: 5/5/016.

audiência para o restabelecimento da maior parte da coleta. Em Diadema, na região do ABC, há sacos de lixo espalhados pelas vias públicas, alguns deles já rasgados. A paralisação começou na segunda-feira da semana passada, dia 23, e até agora não há uma resolução: os trabalhadores pedem reajuste salarial de 11,73%, mas as empresas querem oferecer só 7,68%. (VALLE, 2014).

Pode-se deduzir, então, que a partir das lutas desencadeadas pelos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, teve-se uma expansão das lutas da categoria pelo país. Uma situação inédita no que diz respeito à articulação ampliada destes trabalhadores. Esse fenômeno de lutas populares, para além desta articulação dos garis, já havia sido observado por Sader, que analisou aspectos interessantes na década de 70 e 80 que podem ser utilizados para auxiliar o entendimento.

Começaram a surgir interrogações sobre as potencialidades de movimentos sociais que só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade estatal. Como disse Weffort, esse não é um movimento puramente intelectual. As ideias aqui correspondem – isto é, tanto manifestam quanto produzem – à emergência de novos padrões de práticas coletivas. Essa nova valorização da “sociedade civil”, expressa uma alteração de posições e significados na sociedade, que se mostravam tanto nas categorias de pensamento quanto nas orientações das ações sociais. (SADER, 1988, p.34).

Ao se analisar a luta dos trabalhadores de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro percebe-se que no início era uma organização, mobilização por demandas emergenciais e pontuais. “É certo que, constituindo-se no campo genérico das chamadas classes trabalhadoras, tais movimentos se inscrevem num conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfazem suas necessidades de reprodução”(SADER, 1988, p43). No caso da pesquisa com os garis, percebe-se que depois da greve suas demandas passaram do micro para o macro política, na medida em que os trabalhadores começaram a participarem de movimentos sociais e foram se aproximando de debates políticos. Assim, os garis voltaram seus interesses para a política no âmbito municipal, estadual e federal. Essas vitórias possibilitaram uma ampliação da visão desses trabalhadores em relação à política, forjando uma nova identidade de trabalhadores, mas sem esquecer suas demandas enquanto trabalhadores da Comlurb. Seu fortalecimento se deu a partir dessas demandas básicas que pode ser ampliada na eleição municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Depende, em seguida, do modo como se articulam objetivos “práticos” a valores que dão sentido à existência do grupo em questão. Podem lutar por melhorias para um bairro sem querer imiscuir nos conflitos políticos por respeito à ordem vigente. Podem lutar por tais melhorias através de uma mobilização política que imaginam contribuir para a transformação da sociedade. Podem lutar pela defesa de melhores condições de trabalho com afirmação de uma dignidade coletiva e daí por diante. (SADER, 1988, p.44).

Nesta perspectiva, pode-se dizer que os garis fazem parte de pequenos movimentos autônomos e que pode ser pensado dentro do escopo de movimentos sociais populares. “Configuração dos movimentos sociais implicam uma forma particular de elaboração dessas condições elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência. Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente” (SADER, 1986, p.48). Ao se pensar a organização dos garis e as denúncias de condições de trabalho, percebe-se que ao longo da história esses trabalhadores passaram por um processo de entendimento de sua opressão. Assim, esses trabalhadores passaram a ser histórico a partir do momento em que viram a possibilidade de transformação dentro do seu espaço de trabalho ao vencer o medo e as possíveis punições. Esse medo foi construído ao longo da história pela administração da empresa, ao tentar evitar que esses trabalhadores se organizassem para buscar melhorias no seu ambiente de trabalho. Segundo um trabalhador entrevistado.

Ao começar reivindicar nossos direitos dentro da companhia passamos a ser mal vistos, começamos a ser mal interpretados, por sua vez perseguidos pelos encarregados e gerentes e muitas vezes eles nos colocam contra nossos próprios companheiros, dizendo que somos uma ameaça e se os companheiros atentarem para o que nós falamos eles serão punidos. Isso porque essas pessoas que reivindicam seus direitos serão punidas e até demitidas por justa causa [...]. (Entrevistado 3. mai, 20015).

Existe uma tentativa para desmobilizar os trabalhadores e evitar sua atuação política e a instituição que deveria representá-los não o faz. Em uma das entrevistas um trabalhador relatou que a empresa, faz uso de seus cargos para os seus parceiros políticos e com isso impossibilita um plano de carreira para os garis. Esse fato foi descrito por um trabalhador demitido por de participar da greve.

Existe um problema político na Comlurb, por que sua estrutura está junto com o aparato político. Os cargos mais altos na empresa são ocupados por indicação do prefeito. Eles loteiam a Comlurb no sentido de oferecer os cargos para seus cabos eleitorais, deputados e vereadores. Isso é uma prática que acontece até hoje. (Entrevistado 5. 15, mai, 2016).

Percebe-se que os garis da cidade do Rio de Janeiro estão pensando não só em buscar melhorias no seu trabalho no dia a dia, mas também em ter uma carreira dentro da empresa, visto que alavancados pelas transformações sociais ocorridas nas últimas décadas muitos deles estão concluindo o curso superior, outros estão retornando as escolas para terminar o ensino médio. Esses trabalhadores estão crescendo e acumulando uma base política, transformando em uma nova configuração social a partir das mudanças ocorridas após a greve de 2014. Segundo Sader, “[...] Com efeito, uma revalorização dos sujeitos, pensados como

“senhores de suas ações constituiu um movimento intelectual de oposição ao “objetivismo” preexistente” (SADER, 1988, p.45). Assim como Eder Sader, uso o conceito de sujeito para tentar mostrar a transformação desses trabalhadores, termo usado aqui no sentido positivo, como é descrito no fragmento a seguir pelo autor: “Quando uso a noção de sujeito político coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p.55). Assim, a forma de organização dos garis da cidade do Rio de Janeiro segue esses parâmetros apontados por Sader. Essa identificação da greve como um mecanismo de luta pode ser percebido na entrevista da trabalhadora Claudia Valéria da Silva ao Jornal *EL País em 2015*. [...] “Você acha que gosto de deixar de trabalhar? Claro que não. Mas se a Prefeitura não reajustar nosso salário, no ano que vem, vai ter greve com certeza²²”.

3.4 Possíveis aproximações do campo teórico com o trabalho empírico

Nesse tópico busca-se trazer as reflexões dos autores dos capítulos anteriores, problematizando as ideias de formação de classe e de consciência de classe. Se para Marx (1981) a classe operária emergiu com a consolidação da burguesia e com a revolução industrial, o que seria a luta dos trabalhadores antes da indústria? No pensamento marxista a classe operária nasce com o surgimento da indústria, mas antes da industrialização existiam grupos de trabalhadores que se organizavam contra a exploração e por melhoras de vida. Isso pode ser observado nas obras de Thompson (2011) e Eric Hobsbawm (2003). No manifesto do partido comunista Marx e Engels, reforçam a ideia de união do operariado em sindicato e esse passa a ser espaço central de reconhecimento e de representação desses trabalhadores. Nessa perspectiva, pode-se dizer que as mudanças relacionadas à classe operária passariam de certa forma, pela instituição sindical a qual teria um papel fundamental nesse processo de mudança e fortalecimento da classe operária. Neste sentido, os autores do Manifesto não levaram em consideração a organização autônoma dos trabalhadores. Também não foi destacado o fato de que as lutas poderiam acontecer fora do espaço fabril, como bem ilustrou Thompson, assim, as mudanças, as reivindicações partiriam apenas do chão de fábrica. A ideia defendida na pesquisa é a de que a partir do momento em que pessoas estejam inseridas no mundo do trabalho, a qualquer momento, elas podem passar a buscarem mudanças e

²² Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/21/politica/1426969477_916839.html. Acesso em: 16/5/2016.

melhorias para a categoria. Nessa perspectiva, os garis em 2014 fizeram isso ao se imporem frente ao seu empregador e exigirem direitos.

Como se pensar o ponto de partida da organização dos garis? Quais os dispositivos acionados que levaram a greve de 2014? Pelos resultados obtidos nas entrevistas mostra-se uma necessidade de organização que vem de longa data, agravado pelo não reconhecimento dessa profissão, péssimas condições de trabalho e assédio moral.

A partir da experiência descrita, não se pode afirmar categoricamente que a consciência de classe desenvolvida por Lukács (2003) se manifesta nos trabalhadores de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro. Percebeu-se uma conscientização de demandas básicas, particulares, específicas e necessárias para as melhorias na qualidade de vida. Não se identificou com este trabalho uma consciência geral de classe operária, mas percebeu-se uma conscientização da categoria dos trabalhadores de limpeza urbana no momento em que eles se identificaram e se conscientizaram da importância dos serviços que a categoria presta a sociedade. Pode-se concluir que num primeiro momento, o foco da luta dos trabalhadores em questão não estava voltada para a transformação da classe trabalhadora e sim sua transformação e reconhecimento enquanto trabalhador. Utilizando-se da perspectiva de Lukács, pode-se inferir que os garis não teriam uma consciência geral, mas uma consciência de si e da categoria. Percebe-se que a consciência se fez no fazer cotidiano dos garis, sendo constituída ao longo do tempo.

Sendo o serviço de limpeza urbana um serviço essencial, por que é entendido de forma depreciativa pela sociedade e principalmente pelos empregadores? Encontra-se elementos semelhantes a esses trabalhares nos sapateiros estudados por Eric Hobsbawm (1987), que ao estudar esses segmentos percebeu que a atuação desse grupo se fez presente em momentos importantes de lutas dos trabalhadores na Europa. Assim, como os sapateiros estudados por Hobsbawm, os quais tinham fácil acesso em diversos espaços da sociedade. O gari também tem essa facilidade de perpassar diversos espaços sociais que vão desde a limpeza e preparação de alimentos nas escolas municipais, espaços urbanos, até a limpeza nos hospitais. Percebe-se, neste sentido, uma relação de proximidade entre os sapateiros estudados por Hobsbawm e os garis, na medida em que ambos executam um serviço que poucos se propõem a fazer.

Na perspectiva de Thompson, o entendimento de classe é construído ao longo do processo histórico. Esse fato foi percebido com os trabalhadores de limpeza urbana da cidade

do Rio de Janeiro, os quais, mesmo com dificuldades de se organizarem, conseguiram romper as barreiras impostas pela empresa. Nesse sentido, o processo histórico tem papel fundamental, pois a organização vem há muito tempo sendo construída no “boca a boca”. Com as condições favoráveis de 2014, momento posterior *As Jornadas de Junho* em que as mobilizações de diversas categorias se intensificaram, a organização desse grupo pôde ser realizada de forma mais intensiva. Percebe-se que esse despertar só foi possível quando os interesses de diversos trabalhadores em diferentes localidades da cidade se convergiram e quando novas ferramentas tecnológicas, principalmente o celular com câmera filmadora e máquina fotográfica passaram a fazer parte da vida do gari, ou seja, maior facilidade de comunicação entre eles. Essa luta é fruto de uma identidade do trabalhador enquanto gari, de formação de identidade do gari como ator político e portador de direitos. Percebe-se que as ideias levantadas por Thompson têm semelhanças com as lutas dos garis da cidade do Rio de Janeiro, quando ele estuda a organização dos sapateiros, livreiros e pedreiros. Têm-se, então, o que se pode chamar de grupo de subalternos, desprovidos de oportunidades, perspectivas de melhoras e mudanças de vida, mas que ao se conscientizarem da exploração despertou o desejo de mudanças.

No capítulo 2 desenvolvemos a ideia de que no Brasil os trabalhadores estiveram à mercê de um grupo de produtores, ou seja, patrões. A ideia de organização de trabalhadores no Brasil ainda está vinculada a chegada dos europeus, principalmente com a chegada dos italianos. Nessa dissertação sigo a ideia desenvolvida por Marcelo Badaró Matos (2009) de que os trabalhadores resistiram e se organizaram contra a exploração imposta a eles, seja no período agrário ou na industrialização. Logo, antes do desembarco dos trabalhadores europeus já existem grupos de resistência no país. No processo de formação de classe trabalhadora, além de buscar uma forma de organização coletiva e melhorias frente ao patronato, havia a necessidade de romper o estigma associado ao trabalho braçal. Já que esse trabalho ficava, na maioria das vezes, restrito as pessoas escravizadas e seus descendentes, mas passou ser realizado também pelos europeus. Será que essa desvalorização da profissão de gari tem suas raízes na escravidão? Essa associação foi realizada pelos trabalhadores da Comlurb no período de greve ao dizerem que “o gari saiu da senzala”.

Os trabalhadores brasileiros passaram por diversas situações e na década de 30 com a política de Vargas, mais uma vez o trabalhador estava sob controle, justamente no momento em que o Estado passou a ter o controle do sindicato e impedia os trabalhadores de criarem o

seu próprio sindicato, Nesse período a autonomia dos trabalhadores foi suprimida, proibição de greve, ou qualquer tipo de organização.

O controle do trabalhador e o controle da vida do brasileiro foi algo presente nos governos Vargas. Durante esse período a classe trabalhadora ficou suprimida e amordaçada, não sendo muito diferente no período ditatorial, mas que começaram a aparecer grupos de resistência fora da esquerda, grupos populares da periferia, os quais reivindicavam igualdade de oportunidade. Após a repressão a esquerda, surge nas grandes cidades, principalmente em São Paulo grupos autônomos, sem vínculos institucionais de luta e resistência. Essa luta não era para acabar com a estrutura e sim, buscar melhorias específicas, Segundo Ruth Cardoso (2008) foi nesse período que a ciências sociais passaram a observar esses movimentos, antes o foco dos estudos e análises sociológicos estavam voltados para a classe operária e sindical. Mas foi nas periferias que emergiram nesse período a resistência nas classes populares, que se deu de forma heterogênea, buscando defender seus interesses pontuais. Para Cardoso e Eder Sader (1988) a principal características desses novos atores encontravam na sua forma autônoma do movimento. No modo de se organizar, o sindicato, o partido não se fez presente, pelo menos no primeiro momento. Esses movimentos segundo Ruth Cardoso não trazia consigo uma organização vertical, sem uma liderança definida, as questões eram decididas horizontalmente, configurando uma nova forma de se fazer política. Não a política de até então, mas a política micro. Quando Sader começou a pesquisar esses grupos percebeu que a formação do ser político foi se configurando ao longo do processo, ou seja, foram se construindo do individual para a coletiva.

A composição diversa desses grupos populares eram segundo, Sader e Cardoso um fator importante, pois ali diversas identidades foram se fortalecendo, negros, mulheres e sem tetos. As justificativas para o surgimento desses grupos populares basicamente era por injustiças, falta de recursos, falta de saneamento básico, falta de postos de saúde e também a libertação de opressões vividas por muitas mulheres no casamento. Durante esse período, década de 70 e 80 surgiram movimentos em São Paulo, Eder Sader acompanhou o Clube de Mães, movimento de Custo de Vida, os quais buscavam objetivos concretos. Têm-se sem então, grupos organizados reivindicando melhorias, fazendo política, buscando transformações para os bairros periféricos e transformações de suas próprias realidades. A conscientização de grupo explorado seria das más condições de vida na periferia, da falta de recursos, baixos salários, precariedade do transporte coletivo, precariedade na saúde e falta de creches.

Esses grupos populares surgidos nas décadas de 70 e 80 têm traços semelhantes com os garins, na medida em que são autônomos e traziam consigo desejo de se tornarem protagonistas de sua própria história e a lutar contra as diversas formas de opressão. No caso das fábricas do ABC Paulista, o processo de conscientização de classe operária apareceria a *posteriore*, ou seja, quando o movimento de base organizado nas fábricas passaram a angariar vitórias e no momento em que o sindicato absorveu essa base, levando a formação do que ficaria conhecido como o Novo Sindicalismo liderado pelo torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva. Se com o regime militar os grupos populares conseguiram êxito e se fortaleceram, mas culminaram sendo absorvidos pelas instituições, sindicatos e partidos políticos. Após período de abertura democrática e com o arxoxo das políticas neoliberais no período de globalização promoveu-se uma precarização de direitos trabalhistas e precarização das condições de vida das classes populares.

4 Conclusão

Como foi dito na introdução, o interesse pela temática surgiu a partir do momento em que foram noticiadas as demissões por justa causa dos garis por terem participado da greve de 2014. Um movimento que se deu na experiência do cotidiano, no dia a dia e na organização de base que culminou na união dos garis, desembocando na greve que chegou, segundo os grevistas, a 80% de adesão da categoria. Esses acontecimentos ocorrem dentro do escopo de organização de classe trabalhadora autônoma e popular, indo ao encontro do eixo teórico adotado na pesquisa. Percebemos durante as entrevistas que, quando indagados da escolha da Comlurb para trabalhar, verificamos que a maioria dos entrevistados, diz que entrou na empresa devido a estabilidade oferecida, falta de oportunidades em se colocarem em outro serviços, mesmo não sendo estatutário, a necessidade de precisar contribuir na renda familiar. Percebemos que esses trabalhadores começam a trabalhar desde muito cedo, ou seja, a partir dos 14 anos de idade. Assim, para entender os problemas dos trabalhadores de limpeza urbana é necessário ter em mente as relações de complexidades pelas quais passa no mundo do trabalho.

Já no século XIX Marx apontava para um aumento de conflito entre as classes e isso iria desembocar na criação dos sindicatos que fortaleceriam os trabalhadores frente à burguesia. Posteriormente, as lutas se especializariam e os trabalhadores das fábricas conscientes de sua exploração fariam a transformação do modelo social, econômico e político. Já naquela época, acreditava-se que o sindicato seria um instrumento e um mecanismo de luta para a classe trabalhadora. Percebe-se hoje que as lutas mundiais as quais envolveriam todos os trabalhadores ficam cada vez mais distantes, visto que ao longo do tempo o trabalho vem se complexificando cada vez mais. Obviamente que ainda persiste exploração de classe, que agora é difusa. Nesse sentido, Marx continua sendo importante para entender os trabalhadores e seus conflitos diários na atualidade, pois, independente de qual seja o trabalho realizado, de alguma forma, a exploração se faz presente. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Lukács entende que a consciência de classe aparece junto com o sistema capitalista, logo, no momento que antecede o capitalismo, essa conscientização não aparecia. E. Hobsbawm (1987) traz um estudo sobre a formação da classe operária, especificamente os sapateiros, sua contribuição para esse trabalho se dar justamente pelo fato de o autor direcionar sua pesquisa a um grupo popular da classe operária Inglesa, o que vai ao encontro dos garis, no sentido de se organizar enquanto coletivo e um grupo que exerce um trabalho considerado subalterno para a sociedade. A formação de resistência não tem espaço, lugar ou tempo determinado, é

no fazer cotidiano que ela acontece. Com esse trabalho busquei trazer para a discussão os trabalhadores de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro, os garis, com objetivo mostrar um pouco da história, bem como sua trajetória de invisibilidade social e de suas lutas em prol de melhorias para a categoria. Como já foi dito anteriormente, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que tenham como análise esse quesito. Esses acontecimentos ocorridos em 2014 podem ser entendidos a partir das ideias de Thompson ao estudar o operariado inglês.

Em relação aos garis, entendo que não se pode falar em uma conscientização de classe e sim de uma consciência de exploração no sentido mais amplo, a qual vai ao encontro das formulações realizadas por Thompson. As ideias desenvolvidas pelo autor podem trazer indícios interessantes para entender os garis da cidade do Rio de Janeiro. O século XVIII foi momento em que grandes pesquisadores se voltaram para o estudo dos movimentos sociais, populares e suas ações de coletividade, destacando a resistência da classe trabalhadora. Dentro desse prisma, Thompson discorreu sobre as maneiras em que os sujeitos são capazes de julgar seus interesses, suas articulações, o seu fazer-se enquanto trabalhador, possibilitando identificar-se entre os pares os quais irão refletir em algo maior, que é a identidade desses trabalhadores. Dentro desse escopo, o autor nos traz elementos para entender o processo complexo pelo qual vive a classe trabalhadora atual em que os meios de produção e as relações de trabalho são realizados de maneira diversa. No caso específico dos garis da cidade do Rio de Janeiro, essas ideias levantadas pelo autor são pertinentes devido a sua forma de organização e identificação enquanto classe trabalhadora. Nesse caso foi constatado que o fazer-se dos trabalhadores se deu a partir de suas experiências e opressões vividas e vivenciadas cotidianamente, em que se desenrolou o despertar para a conscientização da necessidade de se organizar e enfrentar as mazelas impostas pela Comlurb e pelo sindicato patronal em um contexto de precarização do trabalho. Dentro desse escopo, pode-se entender que por si só as instituições não refletem a consciência da classe trabalhadora. Tal fato pode-se manifestar em espaço de exploração, portanto, longe das estruturas, no caso específico que foi levantado aqui são as instituições formais, sindicato e partidos políticos, visto que os sujeitos não são estáticos e mudam de acordo com o processo histórico e vão definindo suas consciências coletivas ou individuais para uma determinada direção. Assim, pode-se inferir que a partir do momento em que esses trabalhadores se conscientizam de sua exploração passam a refletir e se posicionar frente ao empregador ou empregadora. Dentro dessa perspectiva, MÜLLER (2011) publicou um artigo ressaltando a importância da contribuição

de Thompson para as ciências sociais e conseqüentemente para entender as organizações coletivas atuais. Segundo Muller,

Os estudos de Thompson valorizam a importância da *práxis* envolvendo práticas, experiências, aspirações e valores comunitários da classe trabalhadora. Dessa forma, um dos aspectos fundamentais do método de Thompson é sua capacidade de formar objetivos e aspirações para aqueles submetidos a circunstâncias políticas adversas, mas que precisavam estabelecer e defender sua própria opinião política. Para ele, um dos princípios básicos de uma análise reside na habilidade de articular a teoria a processos diferentes e em constante mudança. (MÜLLER, 2011).

Dentro dessa visão pode-se dizer que Thompson se debruçou sobre uma ótica, na qual seu objeto de pesquisa era as organizações populares e cotidianas. Suas teorias podem ser inseridas dentro das ciências sociais e históricas. Segundo Müller, “Nesse sentido, seu método para analisar a formação da classe trabalhadora pode ser visto como uma crítica simultânea às leis e regras metodológicas de historiadores sociais conservadores, de marxistas ortodoxos, bem como as dos sociólogos funcionalistas, responsáveis” (MÜLLER, 2011). Continua Müller,

Por isso, para Thompson, não há sentido em pensar “classe” como categoria de análise se não for levada em conta a mediação entre o agir humano (*agency*) e a realidade acionada no processo histórico de transformação da cultura, da consciência e das condições materiais que a impulsionaram. (MÜLLER, 2011).

A experiência e a consciência são fatores primordiais para que as demandas vivenciadas cotidianamente e suas relações sociais se transformem em mecanismos de mobilização. Dentro da perspectiva thompsoniana de que a consciência de classe pode ser forjada, não apenas no chão de fábrica, mas em contexto em que os trabalhadores unidos buscam mudanças econômicas, sociais e políticas num espaço de trabalho hostil, dentro dessa engenharia encontram-se os movimentos populares de trabalhadores. Lembrando que, para Thompson, diversos fatores podem contribuir para a união dos trabalhadores.

Diante do processo de transformação do meio de produção e de mudanças na classe operária outras categorias de trabalhadores surgem como militância política. Isso foi verificado por Sader, ao averiguar as organizações populares nas periferias de São Paulo e dos trabalhadores no ABC paulista. Pode-se pensar o trabalhador da limpeza urbana, mesmo sem ser considerado operário, a eles foram relegadas as condições mais precárias da classe trabalhadora. Dentro desse escopo, os garis com necessidades objetivas e imediatas, que desde a formação de sua profissão foram esquecidos pela história e massacrados pelas leis, estão buscando perspectivas ousadas no que se refere às transformações sociais dos trabalhadores e no cenário político. Cenário este que pode vir a se concretizar nas próximas eleições

municipais, já que dois dos candidatos a vereadores da cidade do Rio de Janeiro são garis, Célio Viana pela Rede Sustentabilidade (REDE) e Willian do Chapéu pelo partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Constatamos na pesquisa que os movimentos populares e autônomos conseguem se mobilizar e atuar como movimento de resistência e vencer as barreiras impostas a eles, conquistando melhorias, no caso, relacionadas à condição de trabalho. Contudo, pode-se verificar que, quando esses movimentos ganham visibilidade política, as instituições, como o sindicato, os partidos políticos e os intelectuais organizados, aparecem e acabam cooptando esses novos sujeitos em articulação. Essas questões foram apresentadas na pesquisa de Eder Sader e também apareceu, em certa medida, com o movimento dos garis da cidade do Rio de Janeiro. Isso ficou notório a partir do momento em que os grevistas se filiaram aos partidos políticos e ao sindicato. Neste sentido, pode-se depreender que as instituições, por mais controversas que sejam ainda exercem uma força muito grande na sociedade.

5 Referências bibliográficas

A NOVA DEMOCRACIA. Garis em greve fazem novo protesto no sábado de carnaval. *Jornal A Nova Democracia*, Rio de Janeiro. 3 de mar. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxJMO_II7TI. Acesso em: 24 abr. 2016.

ALVES, Giovanni. Trabalhos e Sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In.(org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006 (pp.461-476)

AMORIM, Bruno; Paiva, Gabriel & Lima, Ludmila. Rua da Tijuca é liberada após cinco horas fechada para protesto de garis: Grevistas, que estavam em frente à sede da Comlurb, impediram garis de trabalhar no aterro no início da manhã. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro. 3 de mar. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rua-da-tijuca-liberada-apos-cinco-horas-fechada-para-protesto-de-garis-11786045#ixzz4OLWuClg5>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado da ação coletiva. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2012 (pp.213-224).

AIZEN, Mário & PECHMAN, Roberto Moses: *Memória da Limpeza Urbana no Rio de Janeiro*. Comlurb/ Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1985.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

BRAGA, Ruy. A cor mais visível. 31 de mar. 2014. Blog da Boitempo, São Paulo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/31/a-cor-mais-visivel/>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BOITO JR, Armando. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Revista Crítica Marxista, São Paulo: Editora Brasiliense, n. 03, 1996, p. 80-106.

BOITO JR, A. e GALVÃO, A.(org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. SP, Alameda, 2012.

BETIM, Felipe. Nova vitória de garis do Rio de Janeiro mantém viva a ‘revolução laranja’. Após greve, eles têm alta salarial de 8% e auxílio-funeral, mas ganho é menor que em 2014. *Jornal EL País*, Rio de Janeiro. Disponível http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/21/politica/1426969477_916839.html. Acesso em: 16 mai. 2016.

COCCO, Giuseppe & PEDROSA, Silvio. Terceirização do trabalho e terceirização da política: A repressão da luta autônoma dos garis do Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, 3 de mar. 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1863>. Acesso em: 26 mai. 2016.

COSTA. Fernando Braga. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo. 2004. E-books

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, Rio

de Janeiro. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas de Ciências Sociais, 2008 Disponível em : www.bvce.org. Acesso em: 10 mar.16.

Companhia Municipal de Limpeza Urbana –COMLURB. Comlurb inicia processo de demissão de garis e abona as faltas de quem voltar ao trabalho. Página Oficial Comlurb. Rio de Janeiro, 4 mar. 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/comlurb/exibeconteudo?id=4623525>. Acesso em: 20 mai. 2015.

FIORI, José Luís. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIXO, Adriano (org.). Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016). In: FREIXO, Adriano. *Manifestações no Brasil: as ruas em disputas*. Rio de Janeiro: Coleção Pensar Político. Oficina Raquel, 2016, (p9-40).

FREITAS, Cláudia. Carnaval: garis em greve fazem novo protesto e lixo se acumula nas ruas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 3 de março de 2014. Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/03/02/carnaval-garis-em-greve-fazem-novo-protesto-e-lixo-se-acumula-nas-ruas/>. Acesso em 15 mai. 2015.

GANDRA, Alana. Justiça do Trabalho declara ilegalidade da greve de garis no Rio de Janeiro. EBC. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 1 mar. de 2014. Disponível em. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/justica-do-trabalho-declara-ilegalidade-de-greve-de-garis-no-rio>. Acesso em 11 mai. 2016.

GOMES, Marcelo. Greve dos garis pode prejudicar volta às aulas nas escolas municipais do Rio: preparadores de merenda da rede carioca também são funcionários da Companhia Municipal de Limpeza Urbana. São Paulo, 6 de mar. 2014. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,greve-dos-garis-pode-prejudicar-volta-as-aulas-nas-escolas-municipais-do-rio,1137848>. Acesso 12 mai. 2016.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho; Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Hanrikson, Andrade. Garis grevistas fazem novo protesto em frente à Prefeitura do Rio. UOL no Rio de Janeiro. 7 mar. 2014. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/07/garis-grevistas-fazem-novo-protesto-em-frente-a-prefeitura-do-rio.htm>. Acesso em: 29 mai. 2015.

JORNAL DO BRASIL. Editorial. Juristas consideram arbitrárias as demissões de garis grevistas. Rio de Janeiro, 3 mar. 2014. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/03/04/juristas-consideram-arbitrarias-as-demissoes-de-garis-grevistas/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

JORNAL A NOVA DEMOCRACIA: RJ: Garis em greve fazem novo protesto no sábado de carnaval. Rio de Janeiro, 3 de mar.2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxJMO_II7TI. Acesso em: 22 abr.2016

JORNAL DO CÍRCULO LARANJA. Ano 1-n.1. Nossa luta nunca foi só por salário. Rio de Janeiro. 24 set. 2015.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

MACIEL, F. & GRILLO, A. O trabalho que (in)dignifica o homem. In J. Souza (Org.), *A ralé brasileira: quem é e como vive*. (pp. 241-277). Belo Horizonte. UFMG, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: Processo de Produção de Capital. Tomo2, (Os Economistas)* São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Universidade popular, Rio de Janeiro: Editora Global, 1981.

MATTOS, Marcelo. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

MACHADO, Leonardo. Garis fazem greve em seis cidades da região do ABC, na Grande SP. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1435050-garis-fazem-greve-em-seis-cidades-da-regiao-do-abc-em-sp.shtml>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MARTINS, Felipe. Líder do movimento dos garis é preso em ato no Hospital Souza Aguiar. Jornal o dia, Rio de Janeiro. 7 jul. 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-10-07/lider-do-movimento-dos-garis-e-presos-em-ato-no-hospital-souza-aguiar.html>. Acesso em: 25 mai. 2016.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Pesquisa Social e Lógica Histórica: a atualidade de E. P. Thompson. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA E MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS. Portugal: 2011. Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PINHEIRO, Paulo de M. S. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PAES, Eduardo. 2014. Eduardo Paes comenta a greve dos garis no Rio. Rio de Janeiro: TV Globo RJTV 1ª Edição, 8 de março de 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3198756/>. Acesso em: 29 mai. 2015.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Em defesa do direito de greve dos trabalhadores garis: o encontro do Carnaval com sua história. Blog da Boitempo, São Paulo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/07/em-defesa-do-direito-de-greve-dos-trabalhadores-garis-o-encontro-do-carnaval-com-sua-historia/>. Acesso em: 2 mar. 2016.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O massacre do Rio de Janeiro contra os garis. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/05/04/o-massacre-do-rio-de-janeiro-contras-os-garis/>. Blog da Boitempo, São Paulo. Acesso em: 2 mar. 2016.

THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V.1. 2011.

----- *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V.2. 2012.

----- *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V.3.2012.

TAVARES, M. Tereza de Almeida. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, Rio de Janeiro: Edição on-line, 2008. Centro Edelstein de Pesquisas de Ciências Sociais. Disponível em: www.bvce.org. Acesso em: 20 jul. 2016.

VALLE, Caio. Em 9º dia de greve, cidades sofrem com falta de coleta de lixo em SP: uma audiência no Tribunal de Justiça na tarde desta terça-feira, 31, discutirá a liminar que prevê que 70% dos serviços seja mantido. São Paulo. 31, mar. 2015. Disponível: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-9-dia-de-greve-cidades-sofrem-com-falta-de-coleta-de-lixo-em-sp,1661344>. Acesso em: 20 mar. 2016

6 Anexos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos sete dias do mês de março do ano de 2014, às 19h54min, na sede da Procuradoria do Trabalho da 1ª Região, com a presença do Procurador do Trabalho, Marcelo José Fernandes da Silva, designado para presidir a Procedimento Preparatório nº 000687.2014.01.000/0, instaurado em face de **COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB**, compareceram os Srs. [REDACTED]

200. Compromissados a dizerem a verdade, indagados responderam: que o sr. André [REDACTED] e o sr. Bruno desde [REDACTED] que [REDACTED] função [REDACTED], mas atua apenas como

[REDACTED] função [REDACTED], gari; que não tiveram conhecimento, em suas gerências, de qualquer reunião ou assembleia ocorrida em janeiro de 2014; que apenas sabiam que a data base era em março de 2014; que os delegados sindicais não se fazem presentes nas gerências; que apenas atuam de forma a neutralizar qualquer possível reivindicação os trabalhadores; que ambos são sindicalizados; que tomaram conhecimento da pauta que estava sendo negociada pelo sindicato por volta do dia 26/27 de fevereiro; que o sr. André só tomou conhecimento no dia 27 quando leu no jornal que o sindicato já havia aprovado a proposta da Comlurb; que foi afixado nas gerências de cada um dos depoentes o acordo já firmado entre sindicato e Comlurb; que, no mês de fevereiro também não receberam qualquer comunicação de assembleia; que em ambas as gerências houve um clima de insatisfação generalizado; que no Facebook há grupos de empregados da Comlurb; que a aprovação do acordo foi comentada neste site e os empregados demonstraram a insatisfação pelo acordo realizado, principalmente porque não foram consultados; que saíram das gerências e foram ao sindicato no dia 28/02/2014; que chegaram ao sindicato e foram atendidos por um representante do sindicato; que este representante se reuniu com os trabalhadores; que os trabalhadores exigiram a presença do Presidente e do vice Presidente; que o sr. Presidente foi ao local e apresentou documento em que comunicava que a categoria havia decidido entrar em greve e marcou uma assembleia para as 12h do dia 01/03/2014, que no dia 28/02/2014 os trabalhadores presentes exigiram a discussão da pauta prioritária, que foi assinada pelo vice presidente, que se comprometeu a defendê-la perante a Comlurb; que a assembleia no dia seguinte seria para analisar o resultado da negociação; que continuaram em greve em razão do comunicado; que no dia 01/03/2014, na hora designada,

23

²³ Na cópia anexada falta a última frase, que foi cortada devido à cópia mal reproduzida. De qualquer modo, mantive o anexo por acreditar que esta falta não interfere como um todo no conteúdo desta ata, sendo ela altamente representativa para elucidar a análise em questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

nem o Presidente nem o Vice compareceram à sede do sindicato; que os trabalhadores aguardaram e, sentindo que foram ludibriados/enganados pelos dirigentes, resolveram permanecer em greve; que foram em caminhada do sindicato até o prédio da Prefeitura continuando a manifestação; chegando lá, não foram recebidos; que foram hostilizados pela PM, que lançou bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo; que os depoentes perceberam que houve divergência entre os policiais, pois alguns foram contra a utilização das bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo pois a manifestação era pacífica; que encerraram a manifestação e marcaram outra para o dia seguinte, dia 02/03/2014 na porta da Prefeitura; que na Prefeitura uma comissão foi recebida e essa comissão voltou informando que não houve avanços com relação aos pisos e outros temas da pauta; que os trabalhadores rejeitaram a proposta da Comlurb; que resolveram realizar manifestação em Copacabana; que a comissão se reuniu com representante do sindicato e da Prefeitura; que a comissão, ao retornar da reunião, informou que haveria demissões se a greve continuasse; que mesmo assim a categoria rejeitou a proposta; que souberam que colegas foram dispensados por meio de cartas e também por SMS; que, entretanto, os depoentes não receberam qualquer comunicação de dispensa; que a proposta trazida pela comissão foi rejeitada de forma quase unânime pelos trabalhadores; que voltaram a negociar no mesmo dia e novamente a proposta foi rejeitada; que no dia 03/03/2014, pelo que se recorda, houve uma reunião com outra comissão formada pelos trabalhadores; que, como estão a muitos dias neste embate, acabam trocando as datas; que essa manifestação na Major Ávila, pelo que se recorda, aconteceu depois da apuração de carnaval; que durante a apuração houve a negociação e foram mantidas as propostas da Comlurb; que novamente esta foi rejeitada; que aguardaram das 12h até as 18h; que se não voltassem a trabalhar as dispensas iriam prosseguir alcançando cerca de mil e cem pessoas; que se sentiram traídos pelo sindicato e coagidos pela empresa que os ameaçava de demissão se não voltassem ao trabalho; que muitos colegas acabaram voltando ao trabalho porque não havia uma informação clara do sindicato e havia notícias nos jornais de que a greve era ilegal; que diante desta divergência de informações as pessoas se sentiram mais inseguras acabaram voltando a trabalhar; que muitos trabalhadores bateram ponto mas não trabalharam, mas outros bateram ponto porque foram intimidados; que os trabalhadores relataram ao segundo depoente que o sr. Sebastião, gerente de uma unidade da Comlurb havia determinado que os trabalhadores pelo menos limpassem os locais onde eram realizadas as feiras; que as pessoas relatavam aos depoentes que trabalhavam se sentindo coagidas e não protegidas pela PM; que o depoente André informou que esteve na gerência 18G em Campo Grande para convencer os trabalhadores, sem qualquer tipo de ameaça, a voltarem ao movimento; que,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

e trancou os trabalhadores do lado de dentro da gerência; que, saindo da 18G para a DSO, também em Campo Grande, o sr. André, quando estava conversando com os trabalhadores, viu que entraram duas pessoas com roupa social e camisa fora da calça; que disseram para o depoente que eram inspetores da Polícia Civil e integrantes da milícia local a mando do sr. [REDACTED] que por isso teme por sua integridade física; que o sr. Bruno, ao chegar no sindicato, encontrou, além de policiais fardados, duas pessoas com roupas civis com certo volume na parte de trás e foi informado que se tratavam de policiais que não estavam a serviço; que o sr. André esteve na gerência do Leblon e lá havia uma equipe de reportagem e o repórter perguntou a uma pessoa se ela era gerente da unidade e ela levantou a camisa respondendo com a pergunta: "Gerente anda assim?", mostrando uma arma na cintura; que o depoente viu apenas a filmagem e quem a mostrou foi o próprio repórter da TV Brasil; que esse repórter esteve no MPT na data de hoje; que a partir daí o depoente se sentiu mais ameaçado. Nada mais havendo a acrescentar, é encerrada a presente ata às 20:53, que foi por mim, *Barbara* Bárbara Fernandes, lavrada e por todos os presentes assinada.



Relatório referente às denúncias em andamento na COMLURB

A/C: Comissão de Trabalho, Legislação Social, e Seguridade Social da ALERJ, Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público Federal do Trabalho, Ministério Público Estadual do Trabalho, Presidente da Comissão de Trabalho da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Sindicatos do Rio de Janeiro, Movimentos Sociais, e Sociedade Civil

1. Demissões

O processo atual de demissão dos trabalhadores da COMLURB está relacionado diretamente a uma nítida retaliação ao processo de greve ocorrido no início de 2014, como forma de desestabilizar a Campanha Salarial de 2015.

O processo está sendo concretizado através da avaliação de desempenho individual (ADI), que tem um caráter completamente subjetivo de avaliação, sem considerar as competências efetivas dos funcionários no exercício de suas funções, para adotar critérios de avaliação arbitrários baseados na percepção política de gerentes, diretores, que em sua maioria, são indicados pelo prefeito Eduardo Paes, e pelo presidente da COMLURB, Vinícius Roris. Na nossa opinião tal método de avaliação só serve para desqualificar e reduzir a importância do trabalhador.

No dia a dia somos expostos a todo tipo de assédio moral, físico, e psicológico, a fim de nos intimidar na resistência e na luta por direitos.

Como trabalhadores da base estivemos nos dias 19/11 e 24/11 no sindicato para cobrar a listagem de todos os demitidos e a paralisação do processo de homologação das demissões, mas infelizmente o sindicato em conluio com a COMLURB e com a prefeitura, se nega a acatar nossas reivindicações.

As demissões estão ultrapassando a norma do direito ao contraditório na esfera administrativa, onde o trabalhador não passa pelo inquérito, sendo demitido por justa causa.

2. Histórico de violações aos direitos adquiridos

Ao longo do tempo estamos percebendo a retirada em nossos contra-cheques de direitos adquiridos e garantidos na Constituição da República, como por exemplo: licença prêmio, triênio, quinquênio, insalubridade, e licença férias. Quando questionamos, a COMLURB diz que foi acordado em acordo coletivo juntamente ao sindicato, que não poderia ter transigido sobre essas conquistas sem consultar a base da categoria em assembleia extraordinária. A nossa pergunta é: Como pode um acordo unilateral ser preponderante em relação à vontade da categoria e das garantias constitucionais?

3. Condições de Trabalho

- Insalubridade: diversos setores de trabalhadores da COMLURB, como por exemplo: APAS, vigias, auxiliares de serviços gerais, não estão recebendo o adicional. Todos trabalham envolvidos diretamente com exposição a lixo domiciliar, agentes tóxicos, máquinas e equipamentos industriais expostos a calor, ou a objetos perfuro cortantes, portanto é inadmissível não receberem o mesmo.

- Segurança e Saúde do trabalhador: todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) são fornecidos de maneira precária comprometendo a qualidade do serviço, e a integridade física dos trabalhadores; a falta de novas contratações, aliado às demissões em massa neste momento, levam os trabalhadores a uma sobrecarga de trabalho, portanto, causando o

adocimento geral da categoria. O que, na nossa opinião, não se revolve com um novo concurso apenas, mas com respeito às normas de trabalho por parte da COMLURB e o cumprimento de medidas fiscalizatórias pela Prefeitura e pelos órgãos estaduais e federais de proteção ao trabalhador.

- Pagamento de Horas Extras/Domingos/Feriados: Os trabalhadores estão sendo privados da percepção de horas extras, direito constitucionalmente garantido no artigo 7º, inciso XIII. Além disso, a jornada de trabalho regulamentar é de 44 horas semanais, mas os trabalhadores são obrigados a cumprir carga horária superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais.

- Ambiente de Trabalho: as instalações da COMLURB são precárias. Exposição direta a urina de ratos, banheiros sem segurança, instalações elétricas abertas, telhados com vazamentos, refeitórios sem condicionamento, falta de estufa, lixo armazenado em caixas compactadoras, quando deveriam estar sendo coletados e transferidos para o vazador.

- Uniforme: hoje o uniforme não garante a segurança do trabalhador para a atividade fim. Equipamento de baixa qualidade, como por exemplo: luvas, burzuguim, capa de chuva, que inclusive, não existe pra todos, etc.

- Luvas: Não existe para todos os trabalhadores, e o mais importante, não é descartável, ou seja, os trabalhadores levam nas luvas as bactérias pra casa, pois a COMLURB não está se responsabilizando pela higienização da mesma.

- Medidas de peso de coleta domiciliar e distância de varredura – não está sendo respeitado o limite, que já é absurdo, de 5,2 toneladas individual, e que tem ultrapassado de 7 à 10 toneladas para cada trabalhador. Queremos registrar também que este número não é definido pelo Ministério do Trabalho, e sim pelo plano de ação da COMLURB. Dos 1.800 metros linear de varredura que cada trabalhador tem que cumprir diariamente, essa metragem não está sendo respeitada pela COMLURB.

- Férias: Temos diversos trabalhadores com férias acumuladas de até 3 anos, descumprindo a CLT e a CF/88.

- Máquina: Os operadores de máquinas leves estão dirigindo as mesmas em vias públicas, quando deveriam estar sendo transportadas por um reboque, tais como: carrinho de golfe, n, varredeira; bob cat, entre outras.

4. Privatização – Estamos observando que diversas empresas privadas estão assumindo frentes de serviço da COMLURB, tais como CS Brasil – atuante no transporte, Consórcio Porto Novo – atuante no Porto Maravilha, CALL – Contact Center – atuante na Recepção, STOCK – atuante no arquivo morto, Conservadora Luso Brasileira – atuante nas escolas públicas.

Queremos destacar que não temos acordo com este processo de privatização da COMLURB como parte de afinilamento para um Estado Mínimo, pois leva a uma política de demissão em massa, à contratação de novos funcionários por estas empresas privadas, em que seus trabalhadores correm o risco de uma exploração ainda maior, e a diminuição na qualidade do serviço prestado à população da cidade do Rio de Janeiro, a qual prezamos em primeiro lugar.

5. Acordo Coletivo – O acordo de 2014 não está sendo cumprido, pois reza no mesmo que não poderia haver demissão dos grevistas, e que os 37% seriam repassados a todos os trabalhadores da COMLURB, porém o aumento foi repassado apenas aos garis, excluindo os demais setores da empresa e as demissões correm de vento em popla.

6. Desvio de função – Trabalhadores estão exercendo outras atividades, como por exemplo, de supervisão e administrativo, sem a remuneração pela mesma. E dentro da mesma função também há salários diferenciados. No caso dos APAS há inclusive desvio de função, quando o preparador de alimentos exerce a função de cozinheiro.

7. PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários: É uma farsa. Em razão das práticas arbitrárias de avaliação dos trabalhadores, os mesmos nunca têm condições de disputar uma ascensão profissional, como reconhecimento de mérito. Portanto, não há mobilidade para ascensão na carreira. A desconsideração das ambições individuais do trabalhador e da dignidade desse ser humano como chefe de família, afronta a sociedade e nega o direito de realização profissional. Denunciamos que seja revista a tabela de cálculo do mesmo, a fim de ajustar as irregularidades apresentadas na tabela de referência de 2014. Que a tabela seja revista por um técnico do Ministério do Trabalho.

8. Celetistas: Reivindicamos a condição de trabalhador estatutário pois consideramos que exercemos atribuições que nos garante este direito.

9. Nepotismo: Identificamos a ocorrência dentro da companhia de tal desvio. Não concordamos, pois a mesma trata-se de uma empresa pública portanto de direito público e não privado.

10. Considerações Finais:

Sabemos que os problemas relacionados acima estão longe de serem apenas estes. Porém achamos que já é um bom começo a medida que a partir de uma ação fiscalizadora outros problemas serão identificados e, portanto, deveriam ser igualmente atacados.

Nossa luta por direitos não irá cessar enquanto não virmos um avanço real nas condições de trabalho. Isso significa que nós manteremos alertas, denunciando publicamente para sociedade e organizando a resistência na base da nossa categoria.

Não estamos dispostos a ceder nenhum milímetro em nenhuma reivindicação, pois sabemos que estas são mínimas, mas que de alguma forma já importantes para o trabalhador e para a garantia da permanência de um serviço prestado com qualidade à sociedade da cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2014.
Comissão de Mobilização dos Trabalhadores da COMLURB



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PP 687.2014

CERTIDÃO

Eu, Bárbara Pereira Fernandes da Silva, Assessora Jurídica do Ministério Público do Trabalho, certifico que, de ordem verbal do Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Marcelo José Fernandes da Silva, atendi o Sr. Célio Viana, RG [REDACTED] IFP, residente à rua [REDACTED] [REDACTED] Rio de Janeiro - RJ, telefone ([REDACTED]) e tomei as declarações abaixo.

Presente no gabinete, o declarante informou: Que a Comissão de Empresa (Comissão de Greve) da Comlub enviou em 27 de maio deste ano um documento endereçado ao presidente da Comlub, Sr. Vinicius Roriz, com cópia ao presidente do Sindicato, Sr. Luciano David de Araújo, solicitando uma abertura de diálogo em relação aos problemas trabalhistas que vem ocorrendo dentro da empresa, principalmente no que tange às demissões de retaliação por greve; que, contudo, não houve resposta nem do Sindicato nem da Comlub; que o referido documento visou o diálogo sobre o assédio moral que aumentou nas dependências da empresa após a greve pois trabalhadores ativos no citado movimento estão sendo remanejados de seus postos bem como sendo avaliados negativamente na Avaliação de Desempenho Individual, que teve também por objetivo a discussão sobre o motivo pelo qual muitos profissionais não foram contemplados com o aumento salarial de 37% nem estão recebendo suas horas extras; também foi pauta do referido documento a cobrança de pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade a vigias e apas da companhia (tendo o declarante, notícias de que o Sindicato já teria contratado empresa para ser realizada a avaliação de tais quesitos, contudo até hoje nada foi apresentado); a busca de melhoria da qualidade do ambiente dos vestiários que são totalmente insalubres; a busca da qualificação dos membros integrantes da CIPA, a feitura de tabela explicativa de cálculo do Plano de Carreiras, Cargos e Salários juntamente com representante do Ministério do Trabalho para dar respaldo às referências utilizadas no cálculo, bem como melhor apresentação desta a fim de que todo funcionário pudesse entender; no referido documento se pede também a análise da extensão do pagamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

da participação de resultados a toda a categoria, de forma a não ser mais baseada na nota de desempenho individual, que é adotada de forma subjetiva e que automaticamente gera demissão de muitos trabalhadores; que a avaliação de desempenho individual (ADI) foi criada para o crescimento do funcionário na empresa, mas seu caráter foi extraviado para critérios de demissão e não é enviada cópia da referida avaliação ao funcionário, como previsto no Acordo Coletivo de 2014; que o referido documento também teve por objetivo o pedido de inserção de plano odontológico para a categoria, a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequado, visto que há funcionários que trabalham com uniformes rasgados, com seus próprios calçados pela falta de bota própria (pois somente é reposta de seis em seis meses), falta de luvas (pois são orientados a permanecer com as mesmas durante o período de um mês). O declarante informou também que foi anunciado pela Comlurb que seria pago o PCCS retroativo de 2012 em 15 de maio e, por razões burocráticas, adiará o pagamento para hoje, 03/06/2014, tendo a maior parte da categoria não sido contemplada por razões desconhecidas; que, diante da falta de resposta por parte do Sindicato de Associação e da Comlurb acerca do referido documento de discussão, será realizada uma Assembleia dia 05/06/2014 às 17h na Candelária junto à categoria para todas as questões acima citadas serem discutidas a fim de se buscar meios de solução dos referidos impasses. Nada mais foi declarado, eu Bárbara Pereira Fernandes da Silva encerrei a presente que vai devidamente assinada.

RIO DE JANEIRO, 03 de junho de 2014.

Declarante


BÁRBARA PEREIRA FERNANDES DA SILVA

Assessora Jurídica

Matrícula 6006054-9



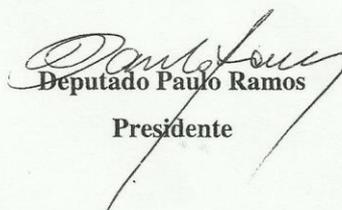
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL
DEPUTADO PAULO RAMOS
PRESIDENTE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que [REDACTED] RG nº [REDACTED] participou da Audiência Pública desta Comissão sobre “A precariedade das relações e condições de trabalho dos garis”, realizada no dia 11 de dezembro de 2014, de 10:00 às 17:00 horas, nesta Casa de Leis.

Sendo expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2014


Deputado Paulo Ramos
Presidente